

ANO V

N.º 7

REVISTA

— DO —

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

— E —

HISTÓRIA MILITAR

— DO —

BRASIL



1.º SEMESTRE DE 1945

VOLUME VII

RIO DE JANEIRO

BRASIL

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

**Relação do número das cadeiras do Instituto, seus
Patrônos e sócios que as ocupam**

P A T R O N O S

S Ó C I O S

1 — Visconde Taunay	— Cel. Humberto Castelo Branco, fundador
2 — General Malan d'Angrogne	— Ten. Cel. Frederico Rondon, fundador
3 — Barão do Rio Branco	— Gen. Paula Cidade, fundador
4 — Cmt. Antonio Claudio Sôfdo	— Cel. A. Damasceno Vieira, efetivo
5 — Almt. Antonio C. Gomes Pereira	— Almt. M. Nogueira da Gama, fundador
6 — Gen. A. Dias de Oliveira	— Gen. J. Borges Fortes, fundador Ten. Cel. Afonso de Carvalho, efetivo (*)
7 — Cmt. Julio Cesar Ribeiro de Souza	— Brigadeiro Lisias A. Rodrigues, efetivo
8 — Almt. Barão de Teffé	— Cmt. Frederico Villar, fundador
9 — Cmt. Mariano de Azevedo	— Gen. M. Liberato Bitencourt, fundador
10 — Cel. Sena Madurtira	— Cel. Alvaro de Alencastre, fundador Vaga
11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza	— Cel. Genserico de Vasconcelos, fundador Gen. Onofre Gomes de Lima, efetivo (*)
12 — Pandiá Calogeras	— Ten. Cel. Aurélio Lyra Tavares, efetivo
13 — Almt. Barão de Jaceguay	— Almt. Raul Tavares, fundador
14 — Cel. Fausto de Souza	— Gen. E. F. de Souza Docca, fundador Vaga
15 — Almt. Barão de Jelgaço	— Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães, fundador
16 — Gen. Carlos de Campos	— Cel. Altamirano Nunes Pereira, fundador
17 — Visconde de Porto Seguro	— Major De Paranhos Antunes, efetivo
18 — Ten. Cel. Diogo Arouche	— Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira, fundador
19 — Gen. Dionisio Cerqueira	— Gen. E. Leitão de Carvalho, fundador
20 — Gen. Eduardo José de Moraes	— Cel. José Faustino da Silva, fundador
21 — Cel. E. C. Jourdan	— Gen. Valentim Benício da Silva, fundador
22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha	— Gen. Lima Mindello, fundador
23 — Mal. Thaumaturgo de Azevedo	— Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corrêa, fundador

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

**Relação do número das cadeiras do Instituto, seus
Patrônos e sócios que as ocupam**

P A T R O N O S

S Ó C I O S

1 — Visconde Taunay	— Cel. Humberto Castelo Branco, fundador
2 — General Malan d'Angrogne	— Ten. Cel. Frederico Rondon, fundador
3 — Barão do Rio Branco	— Gen. Paula Cidade, fundador
4 — Cmt. Antonio Claudio Soído	— Cel. A. Damasceno Vieira, efetivo
5 — Almt. Antonio C. Gomes Pereira	— Almt. M. Nogueira da Gama, fundador
6 — Gen. A. Dias de Oliveira	— Gen. J. Borges Fortes, fundador Ten. Cel. Afonso de Carvalho, efetivo (*)
7 — Cmt. Julio Cesar Ribeiro de Souza	— Brigadeiro Lisias A. Rodrigues, efetivo
8 — Almt. Barão de Teffé	— Cmt. Frederico Villar, fundador
9 — Cmt. Mariano de Azevedo	— Gen. M. Liberato Bitencourt, fundador
10 — Cel. Sena Madurtira	— Cel. Alvaro de Alencastre, fundador Vaga
11 — Gen. Tiburcio Ferreira de Souza	— Cel. Genserico de Vasconcelos, fundador Gen. Onofre Gomes de Lima, efetivo (*)
12 — Pandiá Calogeras	— Ten. Cel. Aurélio Lyra Tavares, efetivo
13 — Almt. Barão de Jaceguay	— Almt. Raul Tavares, fundador
14 — Cel. Fausto de Souza	— Gen. E. F. de Souza Docca, fundador Vaga
15 — Almt. Barão de Jelgaço	— Cap. de Frag. A. B. Pinto Guimarães, fundador
16 — Gen. Carlos de Campos	— Cel. Altamirano Nunes Pereira, fundador
17 — Visconde de Porto Seguro	— Major De Paranhos Antunes, efetivo
18 — Ten. Cel. Diogo Arouche	— Cel. R. Danton Garrastazú Teixeira, fundador
19 — Gen. Dionisio Cerqueira	— Gen. E. Leitão de Carvalho, fundador
20 — Gen. Eduardo José de Moraes	— Cel. José Faustino da Silva, fundador
21 — Cel. E. C. Jourdan	— Gen. Valentim Benício da Silva, fundador
22 — Cel. F. A. Carneiro da Cunha	— Gen. Lima Mindello, fundador
23 — Mal. Thaumaturgo de Azevedo	— Ten. Cel. Jonathas de Moraes Corréa, fundador

24 — Marechal F. Chagas Santos	— Gen. Alipio de Primio, fundador Vaga
25 — Euclides da Cunha	Cap. Humberto Peregrino, efetivo
26 — Marechal H. Beaurepaire Rohan	— Cel. F. Jaguaribe de Mattos, fundador
27 — Cel. Antonio F. Pereira do Lago	— Cap. M. Cavalcanti Proença, efetivo
28 — Almirante Saldanha da Gama	— Almt. Souza e Silva, fundador Gen. T. Alencar Araripe, efetivo (*)
29 — Gen. Jeronimo Francisco Coelho	— Gen. Moreira Guimarães, fundador Ten. Cel. Frederico Leopoldo da Silva, efetivo
30 — Gen. João Severiano da Fonseca	— Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade, efetivo
31 — Gen. Bernardino Borman	— Gen. Tasso Fragoso, fundador
32 — Almt. José Candido Guillobel	— Cmt. Rajá Gabaglia, fundador
33 — Cmt. Vital de Oliveira	— Cmt. L. A. de Oliveira Belo, efetivo
34 — Mal. Soares Andréa	— Cel. Luiz Lobo, fundador Cel. Felicio Lima, efetivo.
35 — Gen. J. I. de Abreu e Lima	— Cmt. Cesar Feliciano Xavier, fundador
36 — Gen. José Joaquim Machado de Oliveira	— cmt. Egon Prates, fundador
37 — Gen. Oliveira Barbosa	— Maj. Adailton Sampaio Pirassungua, fundador
38 — Almt. Ignacio José da Fonseca	— Cmt. Didio Iratim Afonso Costa, fundador
39 — Gen. Couto de Magalhães	— Cel. J. de Lima Figueiredo, fundador
40 — Major Santos Titara	— Cel. A. Pereira Ferraz, fundador
41 — Cel. João de Souza Mello Alvim	— Cel. Jonas de Moraes Corrêa Filho, fundador
42 — Cap. Alfredo Pretextato Maciel da Silva	— Cel. Cordolino de Azevedo, fundador
43 — Cmt. Luiz Barroso Pereira	— Cmt. Lucas Alexander Boiteux, fundador
44 — Major João M. de Silva Coutinho	— Cel. J. Rego Monteiro, fundador. Cadeira vaga
45 — Major Francisco de Paula Borges Fortes	— Gen. Francisco José Pinto, fundador Maj. Amir Borges Fortes (*)
46 — Cel. José Saturnino da Costa Pereira	— Gen. Raul Bändeira de Mello, fundador Major Waldemiro Pimentel, efetivo
47 — Mal. R. J. da Cunha Mattos	— Major Severino Sombra, fundador
48 — Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra	— Gen. Candido Mariano da Silva, Rondon, fundador
49 — Gen. Visc. de Maracajú	— Cel. Leopoldo Nery da Fonseca, fundador
50 — Almt. Barão de Iguatemy	— Almirante Henrique Boiteux, fundador Vaga

NOTA — Os sócios assinalados com um "asteristico" estão eleitos, porém ainda não tomaram posse.



**PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DO INSTITUTO
DESDE A SUA FUNDAÇÃO**

- 1.º Presidente : Almt. Raul Tavares
1.º Vice-Presidente: Gen. Francisco José Pinto
- 2.º Presidente : Gen. Estevão Leitão de Carvalho
2.º Vice-Presidente: Almt. Augusto Carlos Souza e Silva
- 3.º Presidente : Gen. Valentim Benício da Silva
3.º Vice-Presidente: Gen. Emilio Fernandes Souza Docca
- 4.º Presidente : Gen. Emilio Fernandes Souza Docca
4.º Vice-Presidente: Cmt. Frederico Villar

**DIRETORIA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**

eleita em sessão de 22-VI-1945, para o biênio 1945-1947

CONSELHO DIRETOR

DIRETORIA:

Presidente	— General Valentim Benício da Silva
Vice-Presidente	— Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues
1.º Secretário	— Coronel Felício Lima
2.º Secretário	— Major Paranhos Antunes
1.º Tesoureiro	— Cap. Umberto Peregrino
2.º Tesoureiro	— Cap. M. Cavalcanti Proença
Bibliotecário	— Ten. Cel. Jonathas de Moraes Correia

COMISSÕES

DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA MILITAR

- 1 — Coronel Jaguaribe de Matos
- 2 — Coronel Lima Figueiredo
- 3 — Coronel Jonas Correia

DE HISTÓRIA MILITAR

- 1 — Cmt. Frederico Villar
- 2 — Comandante Didio Costa
- 3 — Coronel D. Garrastazú Teixeira

DE HERALDICA E MEDALHISTICA

- 1 — Comandante Egon Prates
- 2 — Comandante Lucas Boiteux
- 3 — Cmt. Pinto Guimarães

DE ICONOGRAFIA E ARMAS ANTIGAS

- 1 — Coronel H. Castello Branco
- 2 — Comandante Cesar Xavier
- 3 — Coronel Nery da Fonseca

IG HMB/NT/6/5
YAP

FISCAL

- 1 — General Lima Mindello
- 2 — Almirante Nogueira da Gama
- 3 — Coronel Damasceno Vieira

DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

- 1 — Comandante Oliveira Bello
- 2 — Cel. Afonso de Carvalho
- 3 — Coronel Altamirano Nunes Pereira

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 — Tenente Coronel Aurelio Lyra Tavares
- 2 — Major Waldemiro Pimentel
- 3 — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES:

- 1 — Major Adailton Sampaio Porassinunga
- 2 — Comandante Cesar Feliciano Xavier
- 3 — Ten. Cel. Frederico Augusto Rondon
- 4 — Comandante Didio Iratim Affonso Costa
- 5 — Comandante Egon Prates
- 6 — Comandante Frederico Villar
- 7 — Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
- 8 — Coronel Raphael Danton Garrastazú Teixeira
- 9 — Cel. Umberto de Alencar Castello Branco
- 10 — Tenente Coronel Jonas de Moraes Correia
- 11 — Ten. Cel. Jonathás de Moraes Correia
- 12 — Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
- 13 — Coronel José Faustino da Silva Filho
- 14 — General Manoel Liberato Bitencourt
- 15 — General João Fulgencio de Lima Mindello
- 16 — General Estevão Leitão de Carvalho
- 17 — Coronel José de Lima Figueiredo
- 18 — Comandante Lucas Alexandre Boiteux
- 19 — Coronel Leopoldo Nery da Fonseca
- 20 — Almirante Manoel José Nogueira da Gama
- 21 — Tenente Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz
- 22 — General Francisco de Paula Cidade
- 23 — Coronel Pedro Cordolino Pereira de Azevedo
- 24 — Comandante Antonio Buarque Pinto Guimarães
- 25 — Comandante Antonio Carlos Raja Gabaglia
- 26 — Almirante Raul Tavares
- 27 — Major Severino Sombra de Albuquerque

NOMES DOS SÓCIOS EFETIVOS:

- 1 — Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
- 2 — Capitão Amir Borges Fortes
- 3 — Ten. Cel. Frederico Leopoldo da Silva
- 4 — Capitão Umberto Peregrino Seabra Fagundes
- 5 — Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues
- 6 — General Onofre Gomes de Lima
- 7 — Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade
- 8 — Major De Paranhos Antunes
- 9 — Cap. Manoel Cavalcanti Proença

- 10 — Major Waldemiro Pimentel
- 11 — Tenente Coronel Aurélio Lyra Tavares
- 12 — Comandante Luiz Alves de Oliveira Bello
- 13 — General Tristão de Alencar Araripe
- 14 — Tenente Coronel Afonso de Carvalho
- 15 — Cel. José Felício Monteiro Lima

NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS E FUNDADORES:

- 1 — General Candido Rondon
- 2 — General Valentim Benício da Silva
- 3 — General Augusto Tasso Fragoso

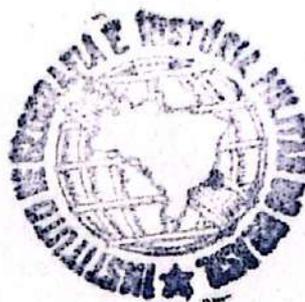
NOMES DOS SÓCIOS BENEMÉRITOS:

- 1 — Embaixador J. C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- 2 — Ministro Ataulpho de Paiva
- 3 — Ministro Gustavo Capanema
- 4 — Almirante Henrique Guilhem, ministro da Marinha
- 5 — General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra
- 6 — Dr. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica
- 7 — General Meira Vasconcellos
- 8 — General Marcelino Ferreira da Silva
- 9 — General Pargas Rodrigues

NOMES DOS SÓCIOS FUNDADORES JA' FALECIDOS:

- 1 — Almirante A. C. de Souza e Silva
- 2 — General Francisco José Pinto
- 3 — General Raul Bandeira de Mello
- 4 — Coronel J. Rego Monteiro
- 5 — General J. M. Borges Fortes
- 6 — General Moreira Guimarães
- 7 — Coronel Genserico de Vasconcellos
- 8 — Coronel Alvaro de Alencastre
- 9 — Coronel Luiz Lobo
- 10 — Almirante Henrique Boiteux
- 11 — General E. F. de Souza Docca
- 12 — General A. Virgilio de Primio

SUMARIO



✓	CAXIAS, O GUARDIÃO DO BRASIL — Cel Felicio Lima	15
†	O CHANCELER DA PAZ — Ten. Cel. Lyra Tavares ..	19
	OZORIO, O BAYARD DO NOVO MUNDO. — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrada	31
✓	HOMENAGEM PÓSTUMA — Cmt. Frederico Villar ..	39
✓	DISCURSO EM HOMENAGEM A MEMORIA DO GE- NERAL EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCA — Ten. Cel. Altamirano Nunes Pereira	41
✓	ELOGIOS AO ALMIRANTE HENRIQUE BOITEUX — Cap. de Fragata L. de Oliveira Bello	47
✓	UM INSTANTE DE DÔR — Cel. Felicio Lima	53
†	DISCURSO EM HOMENAGEM AO CORONEL ALVARO DE ALENCASTRE — Ten. Cel. A. Lyra Tavares ..	57
✓	O VERDADEIRO LOCAL DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL — Cel. Leopoldo Nery da Fonseca	61
✓	DISCURSO DE RECEPÇÃO AO CEL. FELICIO LIMA — Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade	87
✓	DISSERTAÇÃO NA POSSE DA CADEIRA N.º 3 — Co- ronel Felicio Lima	93
†	EUCLIDES DA CUNHA E A VIDA MILITAR — Cap. Humberto Peregrino	115

Caxias, o Guardião do Brasil

Cel. Felício Lima

Comemoramos hoje o dia do soldado brasileiro, personificado na figura gloriosa do Duque de Caxias.

Nesta data, há 142 anos, nasceu Luiz Alves de Lima e Silva, incontestavelmente o maior dos nossos generais, tendo cooperado de um modo altruístico para a consolidação da independência do Brasil proclamada em 1822 por D. Pedro I, primogênito de D. João VI.

Os nossos legisladores, escolhendo o natalício do valeroso Duque de Caxias como significativo do "Dia do Soldado", tiveram por escopo render um preito de homenagem àquele glorioso vulto, àquele que em vida soube, com admirável tino e em todos os momentos difíceis, guiar os seus comandados nos campos de batalha e dirigir com um tato invulgar os seus compatriotas no verdadeiro caminho do legítimo dever para com a sua querida Pátria.

Falar, senhores, do nosso respeitável Marechal, será reproduzir toda a história do Brasil Império, desfalcada apenas de seu epílogo, bem caracterizado pela campanha da abolição da escravatura e das célebres questões militares, que tanto concorreram para a proclamação da nossa República. Fazer, pois, o panegírico da vida do ilustre varão — que só visava, com sua atuação nas questões desenroladas em nossa Pátria, manter a integridade do Brasil — é pôr em evidência suas nobres qualidades de soldado e cidadão.

Abraçando a carreira das armas, o fez pelo amor acendrado que votava ao Brasil, tendo se imposto ante os seus superiores e subordinados de tal modo que, já em 1831, pela criação do tradicional "Batalhão de Oficiais e Soldados", foi aclamado pelos companheiros de armas, entre os quais alguns de patentes mais elevadas, sub-comandante dessa legendária unidade, exclusivamente destinada a manter a ordem e a tranquilidade públicas.

Devemos a êste eminente vulto, em grande parte, o haver a República recebido do Segundo Império o Brasil integrado, visto ter sido êle o grande pacificador de todas as

contendas que tiveram por finalidade o desmembramento do nosso querido e grande território.

Jamais abusou da força bruta para esmagar os rebeldes. É digna de nota a sua intervenção em 1840, quando da pacificação do Maranhão, em que, tendo elementos poderosos para fulminar os revolucionários, preferiu a batalha da paz com a sua "Divisão Pacificadora do Norte", lançando uma proclamação que moveu o afeto dos amotinados, os quais se renderam sem que houvesse o disparo de um projétil.

Em consequência dessa forma de combater rebeldes resultou que, na pacificação de São Paulo, em 1842, indo ao encontro de três mil homens que haviam empunhado armas, levou consigo apenas quatrocentos soldados, dos quais grande parte era constituída por antigos rebeldes do Maranhão, que ainda estavam mal equipados. Tal fato deu lugar a que Antônio Carlos exclamasse: "Como?! para combater revolucionários da terra de Amador Bueno, mandam verdadeiros cadáveres ambulantes?!"

Antes de iniciar essa campanha memorável, assim fez despertar a coragem de seus soldados: "Paulistas! Chegou o tempo de mostrardes se sois homens ou vis cobardes. Ou se dirá — ainda há paulistas ou — os paulistas de hoje valem menos que mulheres. Coragem! paulistas, mostrai-vos como heróis e não como escravos. Morramos todos, mas não deixemos à posteridade exemplo de temor e cobardia!..."

Após as vitórias, não esquecia de fazer a seus soldados recomendações de respeitarem estritamente a vida e os direitos de propriedade dos habitantes dos lugares que pisavam. Esse modo de proceder fez com que as tropas de seu comando não deixassem atrás de si uma esteira de ódios. Daí sempre assinalar a sua passagem com as vitórias sobre o inimigo, por um rastro luminoso, não deixando qualquer vestígio de violência.

Pacificando o nosso grande Estado meridional, em 1845, fez a seguinte proclamação: "Rio-grandenses! É sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil, que por mais de nove anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo governo do Brasil."

Ao entrar nas campanhas platinas, lembrou aos seus comandados: "A verdadeira bravura do soldado é sempre nobre, generosa e respeitadora dos princípios de humani-

dade. A propriedade de quem quer que seja, amigo ou inimigo, nacional ou estrangeiro, é inviolável e sagrada; deve ser tão religiosamente respeitada pelo soldado do Exército brasileiro como a sua própria honra...”

Na guerra do Paraguai, devido ao malôgro de Curupaití, o governo brasileiro foi levado a nomeá-lo Comandante dos Exércitos Aliados. Logo ao assumir a espinhosa missão, reconheceu a impossibilidade do ataque frontal às posições inimigas e por isso empreendeu a famosa marcha de flanco, de Tuiutí a Humaitá, a mais bela concepção estratégica até então executada.

Assim é que êle soube, com maestria, na lutas internas, impor a paz em todos os Estados que se rebelaram contra o Segundo Império, sem, entretanto, ferir a dignidade daqueles que foram levados aos extremos das rebeliões; nas lutas externas, soube igualmente, em momento delicado para a nacionalidade, demover quer a crise que surgiu no Exército Aliado, ante o malôgro de Curupaití, quer os obstáculos que se ergueram na região fortificada da chamada posição inexpugnável de Humaitá.

A queda de Humaitá, seguiu-se a passagem do Chaco e o inimigo, em consequência, foi destroçado nas batalhas de Itororó, Avaí, Vileta, Lomas Valentinas, entrando Caxias em Assunção, o que resultou na fuga precipitada de Lopez de sua fortaleza de Angustura em demanda das Cordilheiras.

Caxias, agindo com êsse denodo, cobrindo de glória o Exército Brasileiro, reproduziu os feitos gloriosos de Alexandre, o Magno, na batalha de Arbelles; de Anibal, o Cartagines, em Canes; de Cipião, o Africano, em Zama; de Cesar, o Romano, nas Gálias; de Frederico, o Grande, na Guerra dos Sete Anos; de Napoleão, o Corso, em Iena e de muitos outros.

E dessa pleiade de guerreiros que faz porte o nosso querido Marechal, que, no entretanto, jamais foi vencido.

Torna-se preciso salientar mais uma vez que, aceitando Caxias o comando dos Exércitos Aliados, foi resolvida a grave crise que o notável escritor cearense, José de Alencar, resumiu em discurso de 1866. As palavras cintilantes do fluente orador como que desarmaram o braço dos Coriolanos para lançar na contenda guerreira a prole dos Cipiões. Sim, porque “as nações não caminham condenadas, como a tal mulher da Bíblia, a não volver os olhos atrás, para

não se transformar em estátua de sal.” Daí aquela sintética frase: “Prescindiram do homem da situação e ainda agora o teriam encostado como uma espada velha inútil, se depois de anos de espantosa incúria a questão paraguaia não tomasse de repente um aspecto medonho que gelou até a medula a Nação Brasileira!...”

Lembremos ainda que, a despeito do nosso imortal Caxias militar em partido contrário à situação dominante, quando convidado pelo Conselheiro Zacarias de Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, para comandar as tropas brasileiras, a sua resposta foi esta: “Aceito o convite, Conselheiro; a minha espada não tem política.”

Eis o herói que teve por ideal supremo fazer o bem sobre a terra brasileira, tendo sempre aberta a sua alma acrisolada no amor pátrio e na caridade humana.

E assim foi a vida do nosso ínclito Marechal — cheia de amor ao Brasil e de benevolência aos seus concidadãos.

Quando em seu leito de morte, soube das moções de simpatia que vinham de todos os pontos cardiais da nossa Pátria, disse com aquele coração generoso que “...encherá a medida de seus ardentes desejos, por importar na certeza de que o seu país estava satisfeito dêle, pois reconhecia que cumprira o seu dever como cidadão e soldado”.

Senhores, recordemos enfim que, como descendentes do imortal Caxias, o soldado brasileiro jamais poderá deixar de revestir essa brilhante couraça formada de bravura, lealdade, denodo, firmeza e coragem, que deve ser a característica determinante de valorosos e nobres atos e a síntese mais elevada das virtudes militares.

25 de Agosto de 1945.

O Chanceler da Paz

Ten. Cel. Lyra Tavares

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil tem o dever de associar-se às comemorações oficiais da passagem do centenário de Rio Branco. Esse dever decorre da própria natureza da revista e das finalidades culturais da instituição de que ela é porta-voz. O Barão é figura de primeira grandeza, tanto na nossa história quanto na nossa geografia. Ele a estudou com profundidade e a enriqueceu com brilho, e talvez nenhum outro estadista brasileiro tenha posto com tanta inteligência e com tamanho sucesso, ao serviço da Pátria, os conhecimentos sobre a sua formação política e sobre o seu patrimônio territorial, que tanto sobressaem na obra diplomática de José Maria da Silva Paranhos Junior.

O DIPLOMATA DA PAZ

Não é por outro motivo, acrescido das grandes afinidades entre a sua obra admirável e a razão de ser do nosso Instituto, que nós o vemos figurar na galeria dos seus patronos, como exceção que só ele e Calógeras haveriam de merecer.

Na verdade, as figuras de Rio Branco e Pandiá Calógeras, que honram com os seus nomes as cadeiras numero 3 e numero 12, ao lado de soldados ilustres, em cujas obras se inspiram o nosso programa de estudos e o nosso estímulo intelectual, não constituem, a bem dizer, duas exceções. São ambos, pelo contrário, paraninfos obrigatórios e exponenciais dos que se dedicam ao estudo dos grandes problemas do Brasil, da sua formação política e dos fatores reais de que depende o seu futuro.

No grande momento histórico de hoje, face aos problemas graves e decisivos com que se defrontam as nações e à unanimidade de sentimentos com que as Américas se con-

gregam, nenhum nome nacional merece ser mais reverenciado quanto o de Rio Branco, pelo sentido americanista com que a sua atuação na vida pública propiciou o ambiente de solidariedade, o espírito de compreensão, o sentimento de auto-defesa, graças aos quais o continente se apresenta, hoje, diante do mundo convulsionado e destruído, como sustentáculo dos grandes ideais humanos, como ponto de apoio de uma civilização que está salva, mas que importa reconstruir e aperfeiçoar, a despeito dos seus inimigos ocultos. Bem podemos compreender que o espírito do grande diplomata está presente, hoje, a este movimento de ressurreição, em que o Novo Mundo representa o papel principal, mercê da coesão dos seus povos e da ação conjunta dos seus estadistas. Rio Branco é um dos autores deste grande trabalho que hoje empolga as Américas.

O que mas exalta a sua ação de homem público, nas várias questões em que foi advogado do Brasil e nas felizes iniciativas que tomou, para preservar a paz do continente, é o sentimento inflexível em que emprega os vastos recursos da sua sabedoria, sempre visando soluções razoáveis e definitivas, justas e equitativas, dentro de um sincero espírito americanista, a cujos ditames superiores muitas vezes se rendeu, para lograr o estabelecimento de fórmulas de equilíbrio que pudessem assegurar, não tanto os anseios nacionais quanto a estabilidade da paz na família americana. Ao contrário dos marechais da guerra, que estudam a história dos povos e os mapas geográficos para traçar planos estratégicos e definir objetivos militares, ele era, realmente, o "marechal da paz" quando, em vigílias prolongadas, procurava definir as nossas fronteiras dentro dos títulos habéis do Direito, sem imposições nem intransigências, mas respeitando as alegações contrárias, confrontando os interesses em litígio, acatando as sentenças arbitrais, na certeza de que as soluções injustas acarretam reivindicações futuras e constituem uma ameaça permanente à harmonia internacional. Ele estudava a Geografia e a História para a defesa do Direito e da paz, e nenhum mérito maior poderia assegurar a projeção da sua figura inextinguível na história do Brasil e do continente. Ele soube velar, igualmente, pelo futuro da sua pátria e pelos destinos comuns da América.

Conhecedor seguro da História e da Geografia, êle sabia bem que essas duas ciências se interpenetram e se completam para o estabelecimento das bases de uma paz estável e justa entre as nações.

O estudo da formação dos povos, no tempo e no espaço, das suas reivindicações históricas, da sua estrutura econômica, das suas mentalidades políticas, das tendências das suas culturas e, sobretudo, das suas possibilidades de auto-suficiência, permitem explicar, prevêr e evitar as crises internacionais, pela antecipação dos entendimentos razoáveis dentro de um espírito de compreensão e de justiça, sem agravos às suas soberanias nem intolerâncias essenciais. Tal é a obra dos estadistas da paz. Tal a missão dos diplomatas esclarecidos, que tanto se devotam à defesa dos interesses da defesa nacional quanto se empenham para que êles sejam postos em consonância com os ideais comuns da civilização e do direito, sem o que ninguém poderá, verdadeiramente, trabalhar em proveito da paz.

As armas mágicas com que Rio Branco logrou realizar tão admirável trabalho diplomático, em proveito do Brasil e da paz continental, foram mais os seus seguros conhecimentos sôbre a Geografia e a História do Brasil e do continente, aplicados em vigílias de estudos, com patriotismo e descortino, do que o brilho do seu talento de estirpe ou a justiça meridiana das causas que defendeu. Foi nas investigações históricas e nas indicações dos mapas geográficos que êle encontrou as fórmulas conciliatórias, as soluções justas, os argumentos decisivos, para a defesa da justiça e da paz. "Ninguém cultivou, mais do que êle, nem tão "ardentemente, a paz baseada no espírito de justiça". (O tratado sôbre o condomínio da lagôa Mirim e das aguas do rio Jaguarão constitue um dos depoimentos mas sugestivos e mais característicos da sua obra e da nossa história diplomática. Alí o Barão se mostrou, como sempre, fiel intérprete do espírito continental e do sentido pacifista da nossa política de fronteiras e revelou, acima de tudo, a argúcia do estadista em conciliar os interesses de povos amigos preferindo a solução do problema continental à imposição integral de um direito nacional, visto isoladamente.

Tratando, com autoridade e realismo, das crises políticas internacionais, Oliver Benson, professor da Universidade Oklahoma, formulou um conceito interessante sobre o papel que incumbe à diplomacia. Para êle, a missão do diplomata, em tempo de paz, é evitar, a guerra, desde que isso seja possível. Em caso contrário, êle deve, pelo menos, evitar que a sua pátria venha a ficar do lado derrotado. Daí, dís êle, a finalidade dos tratados de aliança, das coligações, das esferas de influência, dos pactos de apoio recíproco, dos movimentos de solidariedade continental, etc., tudo destinado a reforçar a posição do Estado contra um inimigo provavel.

Admitido o princípio de que nenhum governo tomará a iniciativa de uma guerra em que tenha, como certo, ser vencido, o objetivo normal do diplomata é estabelecer uma superioridade militar que prevaleça sobre qualquer agressor eventual ou que o impeça de aventurar-se a um desastre certo.

Benson define a missão do diplomata à luz da história, desde que os Estados, procurando preservar a sua soberania e a sua integridade, ao contrário de corrigirem as causas das guerras, dentro de uma fórmula de equilíbrio, disputam-se, durante os períodos de paz, a hegemonia da força, responsável pela mentalidade guerreira, pelo desrespeito aos Estados pacifistas, pelos atentados aos direitos nacionais, que constituem a origem das guerras. Tal conceito de diplomata não se aplica à obra de Rio Branco, cuja atuação, no cenário da politica internacional, bem lhe valeu o título de Chanceler da Paz. Para êle, a questão está em ser forte, para ser respeitado, e não em ser o mais forte, para ser temido.

“Ser, como fui, desde a adolescência e a idade civil, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, aquí, como no estrangeiro, um modesto divulgador dos feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora, na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da patria; tudo isso, meus senhores, não significa que ou tenha sido ou seja militarista.”

A ação diplomática de um chanceler é, sem duvida, consequência da orientação da politica nacional, impressa pelos

governos. Desde que essa política, no que concerne às relações internacionais, vislumbre o perigo de preparação militar conjugado com o jogo das alianças e dos pactos militares, mas, ao contrário, o estudo bilateral e desapassionado das causas determinantes do perigo, inspirado na idéia de conjurá-lo, sem menosprezo dos direitos e da soberania de cada Estado. Do contrário, seria comprometer os mais altos ideais da civilização, prejudicando o equilíbrio da sociedade internacional e tornando inamistosa a convivência dos povos, que o progresso industrial tende a aproximar cada vez mais. Nesse sentido, o clima político do continente americano, criado, através dos tempos, pelos seus grandes paladinos da democracia e pelo sentido pacifista da sua civilização, criou, na América, um ambiente de compreensão e de boa vontade dentro do qual os litígios internacionais se resolvem pelos meios pacíficos e a ameaça da guerra, cada vez mais afastadas as causas que a poderiam determinar, já não intervem na ação progressista dos governos, que se ajudam e se empenham na construção de um mundo melhor.

A HARMONIA CONTINENTAL

Os problemas de ordem política e, particularmente, os litígios fronteiriços que herdamos dos povos ibéricos chegaram a constituir elementos de graves dissídios entre as novas nações de origem portuguesa e espanhola, da América do Sul. Uma vez, porém, atingida a nossa maturidade política, no século XIX, a personalidade dos Estados sul-americanos se emancipou, totalmente, das influências originais, e as suas relações recíprocas se estabeleceram e consolidaram, progressivamente, dentro de um espírito cada vez mais forte de cooperação e de entendimento. Data daí o período áureo da história diplomática continental. Foi sob os auspícios de tão nobre movimento que surgiram, no nosso cenário político internacional, as grandes figuras da nossa diplomacia, para completar a tarefa dos heróicos paladinos da nossa emancipação. A vida de Rio Branco constitui um exemplo característico dessa época. Homem público, versado nos grandes problemas nacionais, ele haveria de atuar nas mesmas direções

indicadas pela herança, prosseguindo no trabalho do seu ilustre pai. A atividade de ambos se repartiu entre o jornalismo, o parlamento, a diplomacia e o governo. A ação de Rio Branco iria projetar-se, principalmente, na diplomacia, ao passo que a do visconde fôra mais dedicada aos problemas de governo e da política interna. A época já permitia à sua argúcia inata de diplomata de estirpe, vislumbrar crises que poderiam deflagrar, se os problemas de fronteiras, relegados pela falta de vontade ou de competência para resolvê-los, não fossem enfrentados com a firme disposição de recorrer, dentro de um espírito sereno de cordialidade, às fórmulas jurídicas que assegurariam o espírito de concórdia entre as nações do continente, sem afetar-lhes as soberanias. Foi essa a obra a que dedicou todos os seus esforços e todo o seu talento. Êle a realizou com sucesso, logrando, ainda, um triunfo maior, pelo estabelecimento, em bases sólidas, do sistema arbitral e dos processos pacíficos para a solução dos litígios, cada vez mais raros, entre os Estados americanos. As questões que êle encarou, antecipando-se, quase sempre, às crises diplomáticas e ao ambiente desfavorável delas resultantes, poderiam comprometer, no futuro, a paz americana. A clarividência do diplomata de uma nação pacifista estava, exatamente, em afastar os motivos de discórdia, para consolidar a obra da paz.

A organização político-territorial da América do Sul, pela natureza das suas origens, apresentava ainda, no fim do século XIX, certos pontos mal definidos, no juízo dos interessados. Algumas questões de fronteiras, de certa importância, estavam ainda sem solução. Para os espíritos sinceramente americanistas e amantes da paz, capazes de pressentir a ameaça que elas poderiam constituir à harmonia do continente, a política dos governos estava, exatamente, em resolvê-las tão cedo quanto possível, para que a paz e a estabilidade dos povos americanos pudessem assentar em bases cada vez mais sólidas. Além disso, havia dúvidas suscitadas por países não americanos, do continente. No caso particular do Brasil, a França se dizia com direito ao território do Amapá e a Inglaterra pretendia avançar a linha fronteira da sua Guiana para abranger o território de Pirara.

Os problemas eram complexos e múltiplos, mas ainda era lícito procurar soluções conciliatórias sem grandes incompatibilidades e — o que é mais importante — sem ferir as susceptibilidades nacionais e a estrutura econômica dos países interessados. Tanto seria imprudente adiá-los como desastrosa qualquer intransigência irremediável. Tudo dependia de que, no espírito dos estadistas responsáveis, os entendimentos e as fórmulas se revestissem de uma elevada compreensão americanista, de um sincero respeito ao Direito e à Justiça, que lograssem sobrelevar as reações, às vezes apaixonadas, dos pontos de vista particularistas.

A história do continente não registra nenhum período mais glorioso nem nenhum título maior do que a sucessão dessas vitórias diplomáticas que constituem, hoje, as bases tradicionais de uma confraternização indissolúvel em torno dos ideais do Direito e da Justiça. As virtudes guerreiras da América latina, tantas vezes afirmadas nos campos de batalha, nunca foram postas ao serviço de causas menos dignas, e os seus estadistas souberam cultivar e defender, no campo político, as supremas aspirações dos seus heróicos libertadores, construindo uma América livre e unida, em cujas terras pacíficas surgiram e prosperaram uma civilização e uma cultura que dignificam a vida humana. O belo patrimônio espiritual de que somos, hoje, detentores, é, sobretudo, obra dos grandes diplomatas americanos, que souberam forjar uma consciência continental unânime e forte, capaz de dar um sentido comum às tendências e aos problemas nacionais. O Brasil formou sempre na vanguarda desse movimento e o Barão do Rio Branco foi, sem dúvida, um dos seus mais sinceros e mais ilustres paladinos.

A DEFESA NACIONAL

Quase todos os problemas fundamentais da fixação do nosso patrimônio territorial foram solucionados pelo Brasil-Colônia, constituindo exceção principal a questão da Colônia do Sacramento, cujas crises políticas e militares vieram pronunciar-se ao tempo do Império. A tarefa complementar do

Império foi delicada e difícil, mas êle a levou a bom termo, graças à visão dos seus estadistas, afeitos ao trato das questões internacionais e, sobretudo, à centralização do poder, que facilitava a ação do governo, nas decisões mais graves.

Cumpria à República consolidar todo êsse trabalho formidável. Certas questões importantes de fronteiras ainda estavam sem solução. O advento do novo regime, embora viesse ao encontro das tendências pronunciadas da opinião nacional, criara, de início, um ambiente desfavorável para enfrentá-las. Não somente a descentralização do poder e o impulso que tomou o sentimento regionalista, como a instabilidade dos dirigentes, alguns estrepantes nos negócios públicos, concorriam para que passassem para segundo plano questões vitais para a soberania nacional. Os próprios ideais republicanos, impulsionados, doutrinariamente, pelos apologistas do Positivismo, tinham que forçosamente repercutir na mentalidade dos chefes militares, de cuja orientação dependia a expressão militar do Brasil. Por outro lado, era necessário, primeiro, que o novo regime, trazendo novos estadistas e novas diretrizes políticas, firmasse a sua posição nas relações com os outros povos, salvaguardando a nossa soberania, cuja defesa e cujo prestígio deveriam repousar, em última análise, na nossa capacidade de defesa, na coesão da nossa política, na eficiência das nossas Fôrças Armadas.

A situação era delicada para os primeiros estadistas da República. As pretensões territoriais que alimentavam certas nações, inclusive grandes potências extra-continentais, como a França e a Inglaterra, poderiam constituir, mais tarde, motivos de crise, a turvar o ambiente de cordialidade com os vizinhos. Impunha-se consolidar a obra do Império, defendendo os nossos direitos e resguardando a nossa soberania, de forma definitiva. Era, em suma, a segurança nacional que estava em jôgo e era preciso, ao mesmo tempo, preservá-la de ameaças eventuais e afastar, de uma vez por todas, os motivos de desconfiança ou desarmonia dos vizinhos, como base de uma política de respeito mútuo e de amizade continental. Coube a Rio Branco, cuja figura inexecidível de diplomata e de estadista se projetou, no cenário político, exata-

mente nesta hora decisiva para os nossos destinos, salvar a continuidade da nossa política internacional e defender e firmar o princípio de arbitramento como norma para solução dos litígios fronteiriços internacionais. Guiado pelo culto sincero ao Direito e à Justiça, nem por isso êle deixava de ser um grande propugnador do poder material do Estado, da sua capacidade de defesa, que, antes, lhe pareciam condições essenciais para afirmação da sua soberania e garantias do respeito e da paz entre as nações. Êle não compreendia uma pátria livre e soberana sem estar em condições de fazer prevalecer os direitos nacionais ameaçados, nem uma independência política que não repousasse no prestígio e no respeito das nações, umas em relação às outras. Foram essas as linhas mestras da sua conduta política e as razões pelas quais, fazendo obra de paz, ora parece excessivamente liberal quando concede ao Uruguai o condomínio das águas limítrofes, ora parece militarista quando rende homenagem e presta culto aos nossos feitos militares do passado.

De qualquer forma, nem pelo fato de sermos, por índole e denodadamente, apologistas da paz, nem pelo de preferirmos as fórmulas pacíficas, os processos civilizados, para decisão dos litígios internacionais, nem, ainda, pela circunstância de não termos ambições territoriais nem nos permitirmos a guerra de conquista, devemos ser fracos e desarmados. Isso não seria, apenas, uma grave imprevidência mas, sobretudo, desconhecer a História. Ela nos ensina — e acabamos de ter a mais dura lição, a prova mais cruel — que para defesa dos grandes ideais, ainda não totalmente alcançados, os povos não devem ser negligentes e desprevenidos. Não teriam expressão as suas vozes, em face da agressão, nem lhes seria possível o sentimento e o exercício da soberania sem os meios para resguardá-la, sem a consciência de poder defendê-la.

Daí a atenção e o carinho com que os estadistas esclarecidos velam pelas instituições militares e respeitam a sua História. Não há nesse culto ostensivo ao nosso passado e ao nosso presente militar nenhuma incoerência com os objetivos pacifistas da obra de Rio Branco, afinal plenamente e vitoriosamente atingidos. O que repugna aos verdadeiros diplomatas é que as Classes Armadas, ao contrário de constituírem

uma garantia de paz, possuam uma mentalidade de casta, antidemocrática e agressiva, ou exerçam qualquer influência perniciosa nas diretrizes políticas nacionais, a que devem obediência e acatamento.

A obra diplomática do grande chanceler da República tem, como mérito maior, o de haver conciliado os interesses da nossa soberania intangível, com os da estruturação, em bases firmes, da amizade continental, que êle tinha como sendo o trabalho fundamental para uma paz efetiva e estável.

No terreno exclusivo das conversações e dos entendimentos, sem ameaças nem humilhações, invocando as normas do Direito e os argumentos da técnica, recorrendo e submetendo-se às decisões de terceiros, êle assegurou, nos dois arbitramentos em que defendeu o Brasil, a conservação de 750.000 quilômetros quadrados do seu território, até então sujeitos a litígio, e logrou, ainda, acrescê-lo de 152.000 quilômetros quadrados, com a solução pacífica da questão acreana. Levando ainda mais longe o seu interesse de fazer respeitar os nossos direitos e de preservar a paz americana, êle procurou antecipar-se aos problemas, encarando e dirimindo as causas de quaisquer outras futuras divergências ou motivos de desconfiança que o seu espírito esclarecido e arguto podia vislumbrar. Foi êsse o propósito elevado dos seus atos posteriores, principalmente o dos trinta e um tratados e convenções com que ampliou o seu acervo de brilhantes serviços à paz americana.

Rio Branco queria um Brasil militarmente forte e moralmente elevado, dentro de um continente livre e pacífico, unido e progressista, vivendo sob o signo do Direito. "Nos sucessos que legitimam sua glória não houve lágrimas de desespero, nem gemidos de dôr de fracos e oprimidos (A. Tavares de Lira)". Êle tanto engrandeceu o Brasil quanto elevou e dignificou a consciência livre e a obra de confraternização dos povos da América.

Os grandes dias que hoje vivemos, festejando a vitória na guerra e preparando a vitória na paz, já constituem, em si mesmos, uma comemoração e uma consagração das nobres

idéias que o barão havia posto em marcha, no continente. Como que os próprios acontecimentos se associam, para um tributo mais vivo ao fecundo lidador da paz, na passagem do seu centenário.



Ozorio o Bayard do Novo Mundo

Pelo Capitão Dr. Carlos Sudá de Andrade

Nunca um homem se identificou tanto a sua Pátria; serviu-a tanto, amou-a tanto; sintetizou, pelas suas excelsas qualidades pessoais, as virtudes paradigmáticas da raça, como Ozório, o Bayard do Novo Mundo.

E aquela lança que Bento Manoel lhe legara, no fragor da Batalha, nas sangas de Sarandi, e bem a herança histórica da bravura, da audácia, do heroísmo, das gentes riograndenses, aquela lança simbólica que havia de ser, em toda a vida de Ozorio, o próprio signo da glória!

O lanceiro adolescente, de cabelos alourados, ouve ainda esfogueado da peleja cruenta do velho guerrilheiro audaz, estas palavras proféticas que paranifaram o seu batismo de fogo — “Alferes, hei de legar-lhe a minha lança, porque a levará onde a tenho levado”!

E Ozorio a levou triunfal, por toda a vida, até Ituzaingo, entre os Farrapos, até Monte-Caseros, Passo da Pátria, até Tuiutí; Estero-Belaco até a batalha do Avaí onde a glória, além da vitória magnífica, lhe condecorára com a graça rútila dos guerrilheiros; — a ferida jovante em plena luta;

E aquela ferida, no rosto varonil, era como um beijo de luz com que os deuses da vitória coroaram, no ancião audaz e intemerato, nunca desmentidas, aquela bravura, aquele impeto leonino, aquela chama ardente, do lanceiro adolescente das sangas de Sarandi!

Nunca um homem se identificou tanto com a sua Pátria!

Quem não conhece, a história daqueles dias agitados de Guerra da independência, da guerra da Cisplatina, da Caudilhagem de Rosas, de Flôres; quem não conhece a história das “Califórnicas” do Sul; quem não prevê, ante os lances episódicos, trágicos, rubros, gloriosos dos entreveros farroupilhas, quem não vibra, uma a uma, pelas vitórias soberbas contra o despostimo desvairado de Solano Lopez?! A vida de Manoel Luiz Ozorio, — é a própria história da Pátria neste longo período nacional. Em toda aquela rubra aquarela de guerra, a sua figura marcial, digna, sempre fiél à nossa bandeira, se destaca, toma corpo e se agiganta, como um exemplo sin-

gular de lealdade, de sacrifício, de dedicação, à causa sagrada da Unidade Nacional e a sua intangível soberania!

Aos 17 anos é soldado e soldado foi toda a vida, atingindo à paridade hierárquica do Duque de Caxias, — o Supremo patrono do exército brasileiro!

Nunca teve descanso, nem desânimos na sua agitada vida de guerreiro.

Nas savanas do sul batidas pelo minuano, e pelo tropel das correrias guerreiras da jornada audaz, a sua lança, como tenente ou como general, era a própria lança da Pátria, na defeza da lei e da ordem, guarda das nossas fronteiras, e vingadora constante das pelejas fronteiriças!

O seu próprio nome era um fim de guerra.

“Viva o General Ozorio”! E a soldadesca se inflama, selvagem, invencível, indomável, eletrizada, nas cargas infernais que tudo levam de roldão, como se o próprio gênio da guerra a impelisse para o triunfo, decisivo e fulminante! E esses soldados eram filhos de todas as terras do Brasil, do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste!

Nascido de berço humilde, mas honrado, sem nunca ter podido ilustrar a sua clara inteligência, em estudos regulares, ele aprende, na escola da vida e do sofrimento, — os grandes mestres dos homens, a suprema sabedoria da lealdade, da probidade, da honra, do civismo, da simplicidade, das virtudes cardeais da dignidade humana!

E precisava aprender mais o Centauro dos Pampas?!

Febril foi a sua vida, tal qual a vida da sua Pátria, naqueles intranquilos dias iniciais da sua história de Nação Independente.

Como que se identificam, como que Ozorio reflete, naquela moldura épica, todo o senso de equilíbrio, de unidade política e moral, todos os anseios, toda a fé, todos os fermentes desejos de se criar, uma, ordeira, fecunda, e gloriosa, como, mercê de Deus, ela tem sido e será pela consumação dos séculos!

Naquele febril e permanente acampamento da Pátria que é, que tem sido, a terra riograndense, a vida de Ozorio, pelo muito que lutou e sofreu, pelo muito que construiu, com os impulsos magnânicos do seu coração e da sua intrépida bravura, se identifica com a própria história da Nação brasileira!

Serviu-a tanto; amou-a tanto!

Mas esses serviços de sacrifício e de renúncia, esse grande amor lhes retribuiu à Pátria!

O gauchito que herdára a lança legendária de Bento Manoel, foi Marechal do Exército brasileiro; foi senador do Império, chefe do partido liberal da sua terra; foi ministro da guerra, foi o Marquês de Herval! O seu nome veterano de tantas batalhas e de fulgidas vitórias era o ídolo do Brasil inteiro! E o seu corpo, dorme, hoje numa cripta, sob a estátua do vencedor de Tuiuti, na capital da República, onde, todos os anos, no dia 24 de Maio, os soldados do Brasil, desfilam, orgulhosos, em continência ao chefe incomparável que há de lhes dizer, lá da eternidade, como outróra, no Paraguai: — “Avante, leões”: Ozorio sintetizou pelas suas excelsas qualidades pessoais, as virtudes paradíguas da raça!

Fisicamente belo, corpulento, sadio, mediano de estatura; mais belo era ainda de feição moral.

Filho digno e zeloso, esposo exemplar e amantíssimo e estremoso pai; as suas virtudes de cidadão deram-lhe o esplendor de um varão de Plutarcho.

Se era soldado perfeito; perfeito cidadão também o era, cioso de seus direitos cívicos e das suas prerrogativas de brasileiro!

D. Pedro II manda lhe perguntar, por Caxias, se não lhe era possível deixar de ser tão político.

Ozorio, abraçado ao velho camarada e amigo e chefe, retruca-lhe: —

“Diga-lhe que não, enquanto a lei não me privar dos direitos de cidadão brasileiro”.

Na mocidade, Ozorio tivera uma paixão:

Ama, a linda Ana, da sociedade de Rio Pardo por quem se encheu de amores. Apaixonados, um pelo outro, opõe-se à família dela por ser pobre e soldado o candidato. Ele é destacado para fronteira, por influência de pessoas amigas da sua eleita. Ela é sequestrada por parente rico a quem a família protege. Fiéis um ao outro, suportaram, entretanto as agruras do destino adverso. Mas daí, as fadas benfazejas que nunca negaram a Ozorio, as graças da sua bonança, traem-no, fazendo perder a única batalha da sua vida.

“Haveria muito que o tenente Ozorio não tinha noticias de Ana, e uma tarde, sentado à porta do seu rancho de palha na fronteira, viu aproximar-se um vulto à cavalo, que daí a minutos chegou; apeou-se e perguntando por seu nome, entrega-lhe uma carta que trazia envolta em comprido lenço amarrado à cintura”:

Ozorio abriu-a e leu-a. Era de Ana. Contava-lhe tudo o que consigo ocorrêra depois da sua saída de Rio Pardo. Desmentia os boatos de que o houvesse esquecido por amor a

outrem. Afirmava a sua amizade e lealdade, queixava-se dos pais e por fim suplicava: — “Se me amas ainda, vem, buscar-me; eu fugirei contigo. Acompanhar-te-hei para qualquer parte do mundo. Atende. Não demores que poderás chegar tarde”. Ao terminar a leitura da carta, notára Ozorio que ela trazia a data atrasada de um mês e interrogara o portador pela razão de tão grande demora.

Explicou-se êste que adoecera em caminho e não fizera a remessa da carta porque tivera ordem de entregá-la pessoalmente. Contou-lhe ainda que os parentes de Ana iam forçá-la ao casamento com o parente rico dentro de poucos dias. A vista de tal demora teve Ozorio, o pressentimento de que, atendendo ao chamado de Ana, já chegaria tarde demais a Rio Pardo, sem tempo de salvá-la.

Entretanto, resolveu partir.

Na mesma tarde fez voltar o portador com o competente aviso para ser esperado e dentro da carta que lhe escrevêra, incluiu a seguinte poesia:

Não Chames a morte, ingrata.
chama teu bem, dá-lhe os braços.

.....

Minha vida se dilata
Só para ser teu amado
Por não me vêr a teu lado
Não chames a morte, ingrata.
Não chames quem arrebatata
E suspende amantes passos.
Aperta amorosos laços
em vêz de chamar a morte,
Muda a minha infeliz sorte
Chama teu bem, dá-lhe os braços!

No dia seguinte, ao alvorecer, seguiu o caminho de Rio Pardo. Com efeito, não se enganára no seu pressentimento. Tarde, muito tarde, chegára à cidadezinha onde morava a sua eleita. Ana havia casado na vespéra. Soubêra-o às portas da vila e daí mesmo retrocedera caminho, rumo ao seu posto na fronteira. Algum tempo depois, voltando do destacamento, substituído por outro, soube de tôda a triste verdade. Ana, meiga e sensível, obediente ao despotismo paterno, fôra iludida com a falsa notícia de sua morte, notícia em

que acreditava, por não haver recebido, a tempo, a contestação da sua carta desesperada...

Assim floriu, entre verbenas de préces e de amargas saudades, o primeiro romance de amor na vida de Ozorio. Para êle, tudo estava acabado. Não o estava, entretanto, para a desventurada e linda Ana.

Poucos anos depois, ao lhe amortalharem o corpo frio e inerte, viram olhos piedosos, escrito na sua própria carne, como um estranho gilvaz, arrouxiado pelo tempo do lado do coração, êste nome tão querido! — Ozorio!

E foi assim que o brávo dos bravos perdera a única batalha da sua vida, talvez a mais empolgante porque ela era aquela dôce Ana, por quem se incendiára o seu generoso coração, por quem o seu estro poético, instintivo e sentimental, se expandira, como num rápido, nas trévas cálidas do seu sangue e nos arremessos nervosos dos seus intrépidos vinte anos!

Nunca, em tôda vida, as cantilenas as baládas do guerreiro-poeta, puderam calar, o suave enlevo daquele romance, que feneceu como feneceram as rosas vivas, que vivem ao luar e cujas pétalas macias e perfumadas o sol ardente da vida, uma por uma, queima e cáustica impiedosamente!

No dia 24 de maio, comemora a Pátria a data gloriosa de Tuiutí, a maior batalha campal da América do Sul, na qual, Ozorio, o centauro dos pampas, fôra, entre tantos bravos, entre tantos intrépidos soldados, o bravo dos bravos, — o eleito predilêto da Vitória!

Raiava serena e rósea, a madrugada de 24 de Maio de 1866, no acampamento de Tuiutí, naqueles paús e velados fronteiros às selvas guaranis, por detraz das quais, o exército inimigo se entricheirára, depois, dos arrancos espartanos de Estero-Beleco, um silêncio pesado, profundo, nas linhas paraguaias, ocultas no matagal imenso que como uma cortina verde e impenetrável ficha, em semi-circulo, o horizonte, presagiava, entretanto, a emboscada.

Sol no zenith! Apoteose de luz, domando as águas dos poteiros e esaldando a soldadesca descuidada, entregue à faina diária e ao descanço justo daquela marcha triunfal e ininterrupta pelas barrancas do Paraná, pelos juncais e pelos pântanos pestilentos, em pleno território paraguaio! Rumor, festa, descanço, alegria e glória, no acampamento das armas de Aliança!

De súbito, o silvo agudo de um foguêto explôde no espaço, e como que, movidos por um demônio oculto, das entranhas misteriosas daquelas matas sombrias, surgem furio-

samente, ondas e ondas sucessivas de inimigos, saltando os valados e apertando, vertiginosamente no golpe de surpresa, pelos flancos e pelo centro, o exercito das três bandeiras...

Era um anel formidável de fogo e de ferro, de ódio e de morte que as forças adversas de Diaz, de Marco, de Resquin e de Barrios apertavam contra aqueles soldados que Ozorio, entre tantos outros denodados generais, iria levar, à imortalidade!

Retinem as lâncas, as baionetas no entrechoque formidável. E no meio da lama, do sangue dos guerreiros feridos, do vomitar da metralha, as cavalaria se cruzam num entrevero espetacular, dançando um sarçais, na gangrena dos pântanos, o épico bailado das batalhas! "Malet, com o boi de botas atirando a zero", é o ponto de apôio da peleja. A divisão encouraçada de Sampaio, como uma fortaleza de bronze, no centro do cenário dantesco não arreda pé do lugar, os mortos unidos aos vivos, com aqueles guerreiros antigos das Termópilas!

Ozorio, de lança em punho, aquela lança de Sarandy, valoroso, inegalável, de um lado para o outro, é o próprio gênio da vitória, eletrisando pelo exemplo formidável da audácia e da bravura, àquela soldadesca incomparável!

Num ímpeto decisivo, êle, à frente de duzentos oficiais transformados em lanceiros, carrega pelos flancos inimigos, furando-os à lança e cortando-as à espada! A sua figura varonil domina o panorama da batalha. Salva tudo! E' o chefe que surge, espontâneo, do fragor da luta; é o ídolo, é a vitória, afinal!

Mitre, o general em chefe, não dá uma ordem, não pratica um feito, não arremessa um gesto que o prestigie, no comando daquelas armas que escreveram a história de Tuiutí!

Sampaio tomba entre os fantasmas da sua divisão encouraçada!

Tomba, mas não cede o terreno; tomba e daquele lugar, ergue-se, imortal como uma estrela, na memória agradecida da Pátria!

Ao cair da tarde, aquele mesmo sol ardente do zenith, agora, pinta, na aquarela do ocaso, a moldura escalarte daquela grandiosa vitória!

Viva o general Ozorio! gritavam frenéticos, todos os soldados da Aliança. Até os feridos erguiam-se, à custo, ao vê-lo passar, como um centauro, no galope desenfreado, de lança em punho e, contendo as dôres das suas feridas jorantes, exclamavam a meia voz, como nula surdina de martírio!

— Viva o general Ozorio! As exclamações daqueles bravos guerreiros fôra a éco eterno da glória singular do vencedor de Tuiutí, que repercutirá, por todo o sempre, no coração dos brasileiros, o feito audaz do grande e invicto soldado!

Tuiutí não é apenas um episódio feliz e glorioso! É tôda uma história; é tôda uma época; é tôda uma síntese das virtudes cívicas de um povo; é tôda uma lição imortal de bravura, de patriotismo dos homens fortes que criaram esta Pátria e que nos legaram pelo seu sacrifício, pelo seu sangue e pelo seu amor, a glória de vivermos, lívres nesta terra abençoada onde nascemos!

O culto das datas históricas é a mais bela tradição dos povos dignos! E' como se fosse uma missa onde, todos nós, genuflexos, de joelhos vivos, nos inclinamos deante do Passado para nos levantar, depois, como os mais amantes desta terra, mais crentes dos seus destinos, mais fortes no nosso labor e mais conscientes de sua grandeza, mais perseverantes do seu futuro, mais brasileiros do que Nunca!

—:o:—

Homenagem Póstuma

Cmt. Frederico Villar

Senhores

Aqui nos encontramos reunidos com o fim especial de render as mais sentidas homenagens ao nosso querido Presidente, General Sousa Doca, recentemente falecido, e aos muito presados confrades, Almirante Henrique Boiteux e Coroneis Alvaro Alencastre e Luiz Lobo, que, — pouco antes dele, partiram para o Além, deixando-nos profundamente — compungidos e imersos nas mais acerba saudade.

O General Souza Doca desdobrava-se, com extraordinário dinamismo, entre as suas complexas obrigações de Chefe de uma das mais importantes Repartições do Exército, em plena guerra, e as muitas associações científicas e literárias que insistentemente solicitavam as luzes do seu formoso espírito e a sua infatigável cooperação.

Membro conspícuo do Instituto Histórico, da Sociedade de Geografia, do Instituto Oceanográfico, do Instituto Brasileiro de Cultura, — da Federação das Academias de Letras do Brasil, da Biblioteca Militar e de várias outras beneméritas associações semelhantes, desta Capital e do Estado do Rio G. do Sul, atraía por tôda parte simpatia, admiração, respeito e o mais elevado aprêço pelo seu culto ao saber, pelo seu talento, pela sua distinção, pelo seu nobre caráter e pela alentada obra cívica e literária que produzira, principalmente como escritor apaixonado pelos assuntos referentes à geografia e à história do Brasil.

Tudo quanto dissermos de bem e de reconhecimento a seu respeito será sempre muito pouco diante do seu alto valor, da sua sinceridade de propósitos e dos grandes serviços por êle prestados ao Exército e à Nação, destacando-se, sobretudo, a sua fé inabalável e o seu entusiasmo pelos elevados objetivos que aqui nos animam.

SENHORES! Como Sócio Fundador e Presidente dêste Instituto, devo, simultaneamente, pôr em particular relêvo a muito nobre e querida personalidade do nosso pranteado Secretário, Coronel Luis Lobo, dono de grandes virtudes cívicas e privadas e cujos consideráveis serviços, sempre — prestados com extraordinária constância e inexcedível dedicação, jamais — poderemos esquecer; bravo soldado, cuja dignidade, sadio patriotismo e grande coração o faziam querido e admirado no Exército, na Marinha e por tôda a gente que com êle tivesse contacto.

Como um verdadeiro fidalgo, “êlé podia ficar mal com o Reino, e com o Rei, mas bem com a honra e consigo mesmo. De sublime lealdade, mais prêso à sua palavra que um santo ao seu voto”, heroicamente desbaratou, — para mantê-la, bens, contentamento e vida, que terminou afogada em horrível martírio.

Durante não poucos anos, insigne trabalhador, foi o braço direito dos diretores desta Casa e um verdadeiro espírito de harmonia, de cooperação e de ardente confiança na continuidade de ação da obra magnífica que aqui estamos realizando.

Tais são, Senhores, a respeito dêsse saudoso nacionalista e meu querido Amigo, os meus sentimentos pessoais; e, eu poderia mesmo avançar, que são êsses os sentimentos de todos nós neste Instituto.

Vamos agora ouvir o que a respeito dêsses inolvidáveis e ilustres confrades nos vão dizer, com a eloquência que os caracteriza, os oradores que gentilmente se encarregaram do elogio dêsses nossos queridos mortos.

Considero-me um dos soldados da Legião de abnegados estudiosos da Geografia e História Militar do Brasil e ponho toda minh'alma e todo o meu coração nas justas homenagens que rendemos a êsses homens eminentes e beneméritos companheiros desta luminosa cruzada.

* * *

DISCURSO EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DO GENERAL
EMILIO FERNANDES DE SOUSA DOCA. SESSÃO NO
CLUBE MILITAR, DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEO-
GRAFIA MILITAR. A 13 DE JUNHO DE 1945

Ten. Cel. Altamirano Nunes Pereira.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores:

A morte é a suprema niveladora. Ela só, realiza a grande igualdade que, em vida, tantos espíritos alcandoram nas cogitações.

Com seu mistério, eleva e consagra, endeusa e santifica.

Assim é, em regra. Os predicados e as virtudes boas sobrevivem para despertar nos que ficam, o lado bom e divino das criaturas, dos seres que passaram.

Tudo que enfeiava a vida moral, rancores e invectivas cessam sua marcha perversa, pois a inveja já não tem mais razão de ser. A esfinge se mergulha na penumbra da indiferença ou da saudade, purificando-se no perfil do que resta, para reclamar, na materialidade do coração, a excelência do espírito dos que contemplam o que foi, o que se foi, o que já não é.

Está dessa maneira desfigurada a imagem. Do morto que se santifica, resta apenas uma feição. Não é o todo, mais a penumbra; não é a personalidade, mas o esboço; não é a carne, mas o pó.

Eis o fenômeno frequente, vulgar, diuturno, que no passar do tempo, sucede em continuidade, pelo espaço, sucessivamente...

A morte assim, santifica a todos os que passaram.

Se, porém, nessas unanimidades estão os não eleitos dos corações, marcando um sianl da sensibilidade humana, complexa e contraditória, que deverá suceder em relação aos vultos que, por seus hábitos, pela sua cultura, pela elevação de seus propósitos, pelas virtudes e sentimentos, destacaram-se do comum da criação?

Por certo, a consagração dessas figuras intangíveis e ina-

tacaveis, a preservação de sua memória pelo tempo, a recordação de seu exemplo, mérito e valor, para edificação dos posterios. Mas, a individualidade desses homens extraordinários, deve ser conservada e revivida inteira, sem restrições, sem as mutilações do apagar da memória.

Eis o que se nos depara, em relação ao comportamento para com a figura excepcional do morto e amigo que ora homenageamos, reverenciando sua memória, nesta hora de saudade e de angustia em nossos corações.

Não lhe vamos, a Emilio Fernandes de Sousa Doca, exaltar o valor, pois está vivo, tão puro, tão patente ainda morto, quanto o fôra em vida.

Mas, não o temos agora na Presidência desta casa, com sua serenidade de Chefe a dirigir nossos trabalhos.

Devemo-lhe por isso uma página de saudade. Dessas que não escrevem na perfeição que almejamos, por serem de todas as mais difíceis.

Dentro, em cada um de nós, mas envolvendo toda a personalidade, há um sentimento que punge, que constrange, que tortura e que magoa, a reviver, a renovar e a recompôr o passado. Há um anseio e uma aspiração, a angustia e a solidão, uma complexidade de consciência, envolvida na incompreensão e na infinita tristeza: é a saudade.

Filha bendita do amôr, também se gera nêsse sentimento fraternal que entrelaça os homens, tendo ainda o mesmo sabor de acêrbo espinho.

Neste instante, não é só dever social' que nos anima neste preito de saudade. Os sentimentos fraternais que a ele nos prendiam, impõem esta homenagem filha da saudade. Perdemos um confrade e ora o pranteamos, numa demonstração inequívoca da lacuna que deixou em nosso quadro de afetividade.

A sua ausência compunge a todos nós, mas bem maior há de ser a dor que envolve a Pátria.

Nessa angustia de saudade estará o Brasil inteiro, se sabe que perdeu um varão de Plutarco. O Exército inteiro é que há de estar de crepe, por se ter partido um dos seus lustres mais notaveis, como expressão indiscutível e inegavel de valor que honrou seus quadros. São seus amigos todos, são os homens cultos do Brasil, somos nós, seus confrades e são seus entes queridos, que todos lamentamos o inexoravel, a fatalidade para onde marchamos também.

Ele morreu feliz. Possam muitos assim também entregar a alma ao Criador dos homens e das coisas!

Emilio Fernandes de Sousa Doca foi, sem dúvida, o exemplo forte de uma formação de vontade. A análise de sua vida revela logo que os processos psicológicos que marcam o homem, êle os soube usar para honrar a profissão, para exaltar seus pares, para dignificar a classe. Seu carater, com todos os atributos da perfeição, revelava-o homem franco, homem sincero, homem leal.

Seus hábitos mentais, a reflexão, a observação e o raciocínio, serviam-se de seguras normas intelectuais, subordinando-se ao imperativos da verdade. Também seus hábitos morais, como soldado ou cidadão, como subordinado ou chefe, caracterizaram-se sempre pela elevação e para o bem, que foram conteúdos marcantes de direção e atitude de sua personalidade.

A formação teve para ambiente os pampas gauchescos, tão cheios de legendarismo, das epopéias que ainda ressoam pelas coxilhas, edificando o mérito da coragem, do amor, á terra e á gente do Brasil. Alí, ouvira êle, ainda menino, o estribilho da liberdade alado nas azas dos minuanos e ouvira, também, o éco das jornadas gloriosas pelo amor á Pátria. A ela consagrou sua vida.

Foi erudito historiador, investigando e reunindo os dados para repor, na justicidade de suas causas, os motivos farroupilhas.

Foi filólogo sem jaça, perquirindo os fundamentos da toponímia guaraníca que preservam a tradição da indiada que plantou a bravura nos pampas do Rio Grande.

Foi administrador e chefe, disciplinado e disciplinador, irradiando suas virtudes excelsas por onde passara, nos cenáculos, nas casernas e nos conselhos.

No glorioso Exército do Brasil, a que nos orgulhamos de pertencer, aos quinze anos de idade apenas, começou êle sua notavel carreira. Vinha já armado de qualidades e virtudes, de modo que a educação e logo o devotamento á profissão indicaram-no, pelo mérito, a ascender aos primeiros postos da hierarquia militar.

A progressão de soldado a general, sem quedas, foi o sinal dêsse mérito marcante de seu valor, de sua equação pessoal.

Quem conhece a vida militar por dentro, bem sabe da psicologia das corporações. Há filtros que se abrem para os que devam ser assimilados, enquanto portas se fecham para os que não devam ascender. Pois, a mentalidade dos homens da caserna se identifica e homogeniza, determinando uma irradiação social que impõe a purga branca ou concede o aprêço, para exclusão ou assimilação de valores.

E o nosso eminente confrade e chefe teria sabido, assim, revelar as condições esplendidas de sua formação moral e cultural, de sua educação e de seu temperamento. Caldeado entre milhares, com um período de provas nas fileiras, o mistério de uma carreira, para êle, iria ser uma continuidade de vitórias, uma revelação permanente de qualidades ímpares.

E, na verdade, tudo se passou dessa maneira, de soldado a general.

Eu era ainda jovem aluno do Colégio Militar ao tempo em que comecei a ler as preciosas Revistas Militares de outrora. Nelas, mais frequentemente, impressionavam meu espírito as histórias de guerras de que o nosso amado Brasil teria sido teatro ou delas houvesse participado.

Por vezes, um nome subscrevia uma página simples, mas precisa, profunda. Eram coisas do velho Rio Grande, lendário e cavalheiresco. O nome era, também, simples e algo estranho: Sousa Doca.

Em meu cérebro fixara-se aquele nome, que vazava pureza, que penetrava o amago das questões, que acertava e que contentava, pois logo deixava perceber o zelo e a idoneidade do escritor. Passei a admirá-lo e a respeitá-lo.

Alguns contornos espirituais da individualidade do historiador, se fixaram em minha consciência, dando que nos seus estudos Sousa Doca foi a revelação mais categórica da afirmação clássica de que o estilo é o homem.

Já o conhecia na sua inteireza moral e cultural, sem o ter visto ainda.

O tempo pôs-me em presença e, honra para mim, confrades. Eramos membros do Instituto de História e Geografia Militar.

O breve convívio nas sessões enroupou a admiração e o respeito a grande personalidade, nascendo daí um sentido fraternal que engrandecera aquele conceito que o historiador, então tenente Sousa Doca, despertara em mim.

Agora eu descobrira mais nele e, sem favor, uma lógica admirável no conhecimento, no sentimento e na atitude.

Presidindo êste Instituto, buscou dar-lhes atividades mais objetivas. Concebeu e ofereceu a seus pares um vasto plano de elaboração da História Militar do Brasil, obra que se terá prejudicado pelos acontecimentos mundiais que tanto perturbaram a normalidade da vida dos homens. Mas, ainda é o programa que temos de realizar.

Em outras entidades a que serviu, institutos de letras ou de história ou geografia, como nas inúmeras comissões

que exerceu, o General Emilio Fernandes de Sousa Doca esteve sempre á altura das responsabilidades, dando excelência e relêvo ás funções que desempenhou.

Nesta casa, que é o Clube Militar e que lhe deve o lançamento da pedra fundamental, exerceu êle vários cargos, emprestando o brilho de sua cultura e experiência ao progresso da entidade de classe dos militares.

Ainda ás vésperas de sua passagem á vida subjetiva, presidira aqui a duas comissões: uma de homenagem a valorosa Força Expedicionária do Brasil e outra de reforma dos Estatutos do Clube Militar. Nesta, eramos companheiros de trabalhos. E nela, mais de perto, podemos os mais membros da Comissão apreciar o alto valor de nosso Chefe. Meticuloso, preciso, rigoroso, claro, sincero, honesto, equanime, lógico, justo, elevado, dedicado — quantos e quantos atributos lhe poderíamos acrescentar aos mais que todos vós, por certo, lhe reconheceis!

Sua presença ás sessões, para nós, era motivo de íntima satisfação, pela exemplaríssima linha de conduta, pela aquiescência a opinião de seus pares, pela elevação que infundia com suas decisões de Presidente.

Para nós, pois, que estiveramos com êle tão pouco antes que êle se partisse, foi surpresa dolorosa que o perdessemos de nosso convívio.

Foi daqui, deste mesmo recinto que o levaram...

Uma procissão de flores, palmas e coroas, buquês. Corações angustiados e faces enternecidas... Uma infinita tristeza pairava neste vasto salão que vai recolhendo tantas tradições ao entreabrir-se ás manifestações da dor e da saudade.

Lá fora o sol dourava esplendido as avenidas. Parecia a Natureza estar em festas, ao regosijar-se a Terra numa infinita orquestração, para receber em seu seio o vulto querido e amigo, o historiador, o filólogo, o administrador e chefe, o nosso eminente companheiro, o general Emilio Fernandes de Sousa Doca, Presidente do Instituto de História e Geografia Militar.

E assim êle partiu. Seu corpo repousa na campa fria. Mas seu espírito, a sua personalidade, há de conservar-se vivo e forte; a sua memória, honrada; porque sua vida, para dignificação dos pósteros, inesquecível.

Externando sua saudade, o Instituto de História e Geografia Militar, que se honrou em tê-lo em sua Presidência, dignifica-se em consagrar-lhe esta página de saudade, rendendo o preito de uma sincera homenagem.

Sousa Doca realizou o ciclo da perfeição. A sua entrada na imortalidade vale como protesto contra a imperfeição humana, contra a injustiça, contra a felonía, contra o desprimor, contra todas as deformações que tornam o homem desfigurado ante o idealismo da criação.

Foi um puro e assim morreu.

Honremos sua augusta memória!

* * *

Elogio ao Almirante Henrique Boiteux

L. de Oliveira Bello

Cap. de Fragata

Não entoarei uma nênia nem farei, neste momento, a biografia do Almirante Henrique Boiteux, conspícuo sócio fundador dêste egrégio Instituto, que súbitamente desapareceu dentre os vivos, deixando acentuados traços da sua personalidade na profissão que abraçou, e no campo das belas letras que cultivou.

Bem as merece, porém exíguos são os minutos que me foram honrosamente concedidos para proferir aqui algumas expressivas palavras sôbre a sua respeitável figura, traduzindo o sentimento de mágua que consternou os seus consócios em virtude de sua morte.

Todavia, não parece inoportuno relancear sua vida e sua obra para bem focalizar a sua individualidade e justificar a homenagem que ora lhe prestamos. Destacou-se na profissão pelos seus altos conhecimentos e dedicação e nas letras históricas foi um apreciável expoente.

Nasceu na vila de Tijucas na Província de Santa-Catarina, onde residiam seus pais, que eram brasileiros. Sua mãe, D. Maria Carolina Jacques descendia dos Souza Lobo, da cidade do Pôrto, e dos Jacques de Alemquer, da ilha Terceira, dos Açores. Dêsse tronco procederam também o afamado piloto Pero de Alemquer que, com o audacioso navegante Bartolomeu Dias, primeiro viu o famoso Cabo-da-Boa Esperança, no sul da Africa, e o intrépido Capitão de Navio Cristovam Jacques que, em 1526, venceu e aprisionou dois navios franceses que caregavam clandestinamente pau-brasil na baía de Todos-os-Santos. Seu pai, o Coronel da Guarda Nacional, Henrique Carlos Boiteux, descendia dos Montadon-Boiteux,, do cantão de Neuchatel na Suíça. Fôra homem culto^a ativo, empreendedor, liberal de larga visão, e

naquela vila e na de Nova-Trento, que organizou e superintendeu, exerceu vários cargos públicos e administrativos, tendo revelado felizes iniciativas. Aí fôra também jornalista, cultivador de vinhas e introdutor da moreira e do bicho da seda.

Procedente assim de fortes e dinâmicos troncos, o jovem Henrique Boiteiux, talvez, atávicamente, na bucólica vila, à orla do oceano, onde nasceu e foi criado, visse, com frequência, o mar, barcos e pescadores e sentisse o despertar da vocação para a vida do mar, que o conduziu, através dos seus róseos sonhos de idealista, a preferir a nobre profissão de oficial de Marinha, na qual poderia lutar pela pátria, defendendo a sua honra e engrandecendo-a com as suas vitórias.

Adquirira a sua instrução primária e preparatória no Ateneu Provincial, da cidade de Destêro e, quando apresentou-se no Colégio Naval, no Rio-de-Janeiro, para prestar exames e fazer jus a matrícula na Escola Naval, trazia a aura de inteligente, preparado e aplicado aos estudos, e a não desmereceu. Durante o curso, que seguiu nessa Escola, a consolidou e, no último ano, a acresceu, tanto assim que o findou com número dois de uma turma de quarenta alunos, e ao receber o seu primeiro galão, foi contemplado com uma espada de honra, por lhe haver sido concedido o prêmio **Barão de Iguatemi**, por sua aplicação, conduta e entusiasmo pela profissão. E foi assim, tão bem credenciado, que iniciou a sua vida de Oficial.

Caráter forte e firme, espírito curioso e inclinado para os estudos, desdobrou a atividade da sua afanosa vida por dois importantes setores. À árdua profissão dedicou seus melhores e proveitosos esforços e serviu-a, sempre, com honra, zelo, sinceridade e competência. Às letras que cultivou, com carinho e espírito de brasilidade, deu os seus melhores lazares, consumindo-os na busca pertinaz de conhecimentos, muitos dos quais, difundiu nas obras que publicou.

O seu caráter incorruptível e altivo fôra entruturado em sólidas qualidades morais e em sã filosofia. Era sóbrio em tudo, sisudo, porém cortez no trato, bom, justo, ponderado, previdente, modesto, bastante operoso, pertinaz e paciente. Cultivava a verdade, a lealdade e a franqueza. Era liberal, independente, e livre pensador em religião, filosofia e política. Nunca se manietara a doutrinas e a homens.

Dotado de vivaz inteligência, agudo poder de compreensão, sêde de saber, gôsto de transmitir idéias, não se confinou nos estudos técnicos e na experiência e prática da pro-

fissão. Dilatou a sua curiosidade pelo variado campo da geografia e emaranhou-se no intrincado labirinto da história nacional.

Extremado nacionalista, era muito devotado à terra do seu torrão natal e revelava acentuados traços de jacobinismo, deixando-os transparecer em seus escritos e trabalhos. Crítico, por vezes, condimentava as suas asserções com reticências e Censuras que não as desmereciam.

Robusto e gosando boa saúde, nunca se queixava de nenhuma enfermidade. Ufanava-se mesmo da sua resistência física e admitia que ainda vivesse muitos anos. Talves, porisso, é que não se preocupava com a morte e, em sua avançada idade, continuava a trabalhar com vigor. Ainda neste ano, fôra por mar, em visita à sua terra, que tanto estremecia, e incursionou pela Serra, galgando elevações, à procura de certos minerais, que pretendia fotografar e descrever.

Em virtude disso, causara surpresa geral a sua morte súbita. Pela manhã de 29 de Abril pp. fôra encontrado morto no leito, na sua posição normal de dormir. Não se lhe ouvira um queixume, um gemido ou grito de dor. Ocorrera silenciosamente. Entretanto, na véspera trabalhara, em seu gabinete, até à hora do costume, isto é, próximo das vinte e quatro.

Bem sabemos que a morte é a cessação orgânica, natural e lógica da vida e que, em raríssimos casos, ocorre de súbito e se processa sem sofrimentos.

Talvez isso suceda afim de que, durante a sua evolução, a criatura, por ela atingida, tenha tempo de repassar, em seu espírito, as diversas fases da sua movimentada vida, destacando os erros cometidos que, em geral, foram muitos, dos acertos que foram raros.

Todavia, há pessoas que logram atravessar a vida cumprindo abnegadamente os seus deveres para com a família, a religião, a pátria e a profissão, fazendo sempre o bem e a justiça. A elas, talvez, como um prêmio, a morte colhe de súbito e sem sofrimentos.

E foi, naturalmente, o que sucedeu com o Almirante Boiteux. Pela serenidade de sua face, quando foi encontrado morto, constatou-se que havia falecido quando dormia.

Na Marinha de Guerra a sua carreira, em contínua época de paz, correu normal e não lhe ofereceu oportunidades para revelar as suas qualidades e atitudes em lances que o destacassem como um grande marinheiro. Foi, no seu tempo, um oficial devotado à profissão, dedicado aos seus

afazeres, desempenhando com competência, zêlo, lealdade, respeito às leis e às autoridades, as inúmeras comissões, tarefas que lhe foram conferidas. Como oficial subalterno fez longos cruzeiros por águas nacionais e estrangeiras, tendo por Comandantes os experimentados e destemidos Capitães de Navio, Eduardo Wandenkolk, Piquet, Alves Nogueira, Barão de Santa-Marta e Custódio de Mello. Realizou no garboso cruzador mixto **Almirante Barroso**, duas viagens de circunavegação, porém na última naufragou ileso nas águas o Mar Vermelho.

Por ocasião da revolta da Armada, em 1893, sendo oficial do encouraçado **Aquidaban**, por estar em desacôrdo com ela, apresentou-se no Ministério da Marinha e os seus serviços foram aproveitados ao lado do Govêrno, na defesa da legalidade. Exerceu algumas arriscadas missões e, tendo sido considerados relevantes os serviços, que então prestou, foi, em seguida, promovido a oficial superior, com menos de trinta anos de idade.

Nos postos sucessivos, a que atingiu por merecimento, a sua atividade, cultura e competência foram aproveitadas em várias comissões de embarque, como instrutor da prática de artilharia, dos guardas-marinha em viagem, imediato e comandante de diversos navios, alguns, modernos e recém-chegados dos estaleiros europeus. Em diferentes funções técnicas e administrativas revelou grande operosidade e proveitosa eficiência. E, como Almirante, comandou fôrça e dirigiu com clarividência a Escola Naval. Em 1921 retirou-se voluntariamente da atividade militar, após 45 anos de bons e úteis serviços.

Aplicando os seus conhecimentos técnicos, publicou muitos trabalhos profissionais na **Revista Marítima Brasileira** de que foi redator por alguns anos e em outras revistas e numerosos jornais do Rio-de-Janeiro e do seu Estado natal. Nesse colaborou em vinte jornais de várias cidades. Levantou também certas marítimas, publicou instruções de navegação, traduziu o **Código Internacional de Sinais**, inventou um escafandro fotográfico, que fez construir à sua custa e uma régua critográfica, que foi adotada na Marinha, tendo também organizado as respectivas instruções para o seu emprêgo.

Foi deputado à Constituinte de Santa-Catarina e nela exerceu o cargo de secretário, porém cedo resignou o mandato por discordar de certos princípios políticos, que se tratava de executar. Engenheiro geógrafo pela Escola Politécnica do Rio-de-Janeiro, não exerceu essa profissão. Não

sendo religioso militante, entretanto fazia caridade e era esmoler. Fizera construir, à sua custa, um pavilhão para tuberculosos, em Florianópolis, ao qual deu o nome de sua esposa, e uma escola primária para os dois sexos, em Boiteburgo, no município de Tijucas.

Mas foi no campo da história militar nacional que a sua atividade, na pesquisa de documentos e informes, e a sua cultura mais se dilataram e destacaram. Nesse importante setor a sua valiosa obra monta a quinze volumes diversos. Em tais trabalhos relancea, com apreciável dilucidação e abundância de pormenores, muitos feitos e episódios terrestres e navais, marítimos e fluviais, ocorridos na luta da Independência, nas revoluções das Províncias e nas guerras contra os platinos e os paraguaios, socorrendo-se de numerosos documentos, uns, a que faz referência, e outros, que transcreve parcial ou integralmente.

E' para lamentar que o Almirante Boiteux com tantas luzes e capacidade de trabalho houvesse preferido escrever a história desses feitos e episódios tão ligeiramente, através de cento e cinquenta biografias de almirantes, generais, comandantes, coronéis e oficiais, que se salientaram, em vez de articular aqueles em um volume, de modo contínuo, com sentido histórico definido e expressivo, acrescido de oportuna crítica, a-fim-de melhor correlacionar os fatos com os homens que neles tomaram parte, os ambientes onde ocorreram e as épocas em que se realizaram, fazendo assim uma história mais fundamentada e construtiva. Mas, percebe-se, que foi o seu extremado espírito regionalista que o desviou de tal tentamen, pois grande parte de tais feitos e episódios são ligados à história da Província do Estado de Santa-Catarina e a maior parte dos biografados aí nasceu, serviu ou atuou.

Em virtude dessa tendência, pode-se dizer que foi um historiador mais catarinense que nacional.

Dentre as suas obras, as que merecem mais atenção, pelo seu esforço e contribuição histórica, devem ser salientados: **Os nossos Almirantes**, com 108 biografias, **Santa Catarina na Marinha**, com 27 e **Santa Catarina no Exército**, com 20; **República Catarinense**, **Annita Garibaldi**, **Corsários** e **O Marquês de Tamandaré**.

As três primeiras revelam sólidos elementos para quem quizer conhecer a vida dos seus biografados e os feitos e episódios em que tomaram parte.

Os dois seguintes relatam os intrépidos feitos de Garibaldi e dos farroupilhas em solo catarinense, e o singular amor de Annita.

Em Corsários, um dos seus melhores trabalhos, pode-se bem apreciar a desleal e bravia luta dos veleiros platinos, em ação de côrso, aprisionando, saqueando e metendo a pique navios brasileiros, em águas nacionais, desde a costa do Rio-Grande-do-Sul até a do Piauí, nas lutas contra a Cisplatina.

E no Marquês de Tamandaré, sua derradeira obra, publicada as pressas, com descuidada impressão e claudicante revisão, por entre abundantes documentos, cartas, citações e proveitosos detalhes, resalta, bem retratada e focalizada, a inolvidável personalidade do Almirante Joaquim Marques Lisboa, através da sua longa e movimentada vida, corte caráter, enérgicas atitudes, singulares episódios, apropriadas ações, heróicos feitos, sinceras opiniões e abnegadas renúncias, que justamente a caracterizaram como um símbolo de homem, marinheiro e patriota.

Porisso a citada obra constitui um opulento manancial de autênticos e esclarecidos elementos para quem quizer escrever, com fundamento, sobre o Almirante Tamandaré.

A cultura histórica do Almirante Boiteux era bem conhecida e apreciada em todo o país, tanto assim que êle era credenciado sócio dêste egrégio Instituto de História, do venerável Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e dos idênticos Institutos de dez Estados.

Além disso, fazia parte da Academia de Letras de Santa-Catarina, da Sociedade de Geografia do Rio-de-Janeiro e do Instituto Técnico Naval, ao todo quinze instituições.

Eis aí, ilustres confrades, os traços mais importantes da vida e da obra do saudoso consócio Almirante Henrique Boiteux, cujo definitivo afastamento do nosso convívio social e cultural, desploramos, e a quem rendemos esta sincera homenagem, cívica e intelectual.

* * *

Um Instante de Dor

Cel. Felício Lima

Sr. Presidente:

Devo confessar, de início, que o convite que V.E. teve a gentileza de me fazer, para a homenagem póstuma de uma breve dissertação sobre a individualidade de escól do prezado e saudoso colega Luiz Lobo, muito me desvanece e honra.

Os preitos que o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil vem prestando aos seus diletos membros prematuramente roubados pela implacável morte, têm uma finalidade filantrópica, porque, rememorar a existência de seus irmãos enlaçados no mesmo ideal é manifestar os penhores dos corações reconhecidos, é recordar o passado que constituiu a nacionalidade de um povo.

A morte, senhores, num ansêio importuno, oprime o pensamento humano numa dúvida sem fim; afigura-se, ante os olhos da humanidade, um torvo e hediondo fantasma; é o espectro do terror e do aniquilamento, encerrando a aparição ilusória e horrível da funérea sombra.

Resume-se numa palavra cruel que traz no seu bojo um triste desalento e faz ressaltar, em nossos peitos, o coração ansioso a se estorcer num trágico tormento.

E a alma, na concepção do cientista, existirá acaso?

Por ventura é ela pura essência superior à matéria, que em dura servidão viverá no corpo humano ou, como diz a ciência, é simples invenção do imenso orgulho teológico que do mêdo da morte — a eterna escravidão — surgiu para iluminar do céu o fundo arcano?

Senhores: a morte, não obstante a margem infinita que oferece aos devanêios e ilusões, é dura realidade e, mais uma vez, assim se manifestou quando, em Dezembro do ano próximo findo, interrompeu, de maneira lamentável, nesta Capital, a laboriosa e útil vida do prestimoso Cel. Luiz Lobo, que ocupou, com brilho invulgar, não só a cadeira número 34, cujo patrono é o grande Marechal Francisco José de Souza

Soares de Andréa, Barão de Caçapava, como também as funções de secretário dêste nobre Instituto, sendo um dos seus entusiásticos fundadores.

Feridos por tão imprevisto e doloroso acontecimento, os seus consócios foram atingidos pela mais profunda máguia; desolados, curvam-se ante a memória do denodado brasileiro, rendendo homenagem aos méritos do grande patriota que, durante cerca de meio século de trabalho e dedicação, tantos e reais serviços prestou à nossa estremecida Pátria.

Caráter inflexível, representava nítida expressão de honestidade profissional. Nos diferentes cargos que exerceu, sempre se houve a inteiro contento de seus superiores e satisfação de seus subordinados, deixando traços indeléveis de sua atuação, mercê do brilho expressivo de sua inteligência e de sua cultura.

Ao Exército Nacional, prestou o eminente confrade serviços de grande alcance cívico. No Clube Militar, onde era sócio acatado, deixou trabalhos que salientam o marcante patriotismo com que sempre procurou orientar a nossa classe no caminho da ordem, contrário às explorações políticas e acima dos partidos que tendiam dividir a Nação nas questões regionais.

Foi, sem vacilação, devotado aos seus deveres para com o nosso Instituto e, no afã do cumprimento de suas obrigações, não media esforços para elevá-lo ao mais alto grau de prosperidade.

Exemplar chefe de família, vivia também para o seu lar, em harmonia santa, procurando, ao lado da espôsa dedicada numa comunhão de encantadores sentimentos, purificar a educação dos que lhe eram caros, no amor ao Brasil e à sua gente.

Não me acho nesta tribuna, porém, para relembrar uma vida inteira de afazeres, de sacrifícios e lutas em prol das boas causas visadas pelo grande morto, porque seria longo proceder a tal nobilitante enumeração e um momento de grandes dores não comporta delongas; requer, antes, a manifestação simples do sentimento incontido na verdadeira sinceridade.

Luiz Lobo, senhores, tinha um temperamento forte. Caiu trabalhando, lutando em defesa de suas idéias, as quais êle concretizou perfeitamente no amor à Pátria, à família e ao porvir.

De uma jovialidade sedutora, sua existência, que se coadunava com a índole de uma bela inteligência, era de flores

e sonhos, de luz e amor, como se os dissabores da vida não fossem feitos para êle.

Era riograndense do Norte e, como nordestino, nascera numa terra tropical, num ambiente banhado de luz, cuja claridade, em todo seu esplendor, como que iluminava o seu espírito clarividente, na fantasia alada, na verdade imponente da natureza, enfim, na fotografia do mundo exterior e não em quimeras e ilusões da inverdade crua.

Podemos afirmar, senhores, que os seus contemporâneos sentem profundamente tão grande perda, lamentando a queda prematura do patriota que sempre se inspirou, sem oscilações, no respeito às instituições republicanas e ao povo brasileiro.

Eis porque, nos laços da mais estreita solidariedade, saberemos honrar dignamente a sua memória, na concepção sacrossanta do dever cívico.

E, finalmente, na morada dos mortos, — na frase do grande tribuno Manoel Vitorino — templo erigido à dor e à saudade, sob a luz serena e clara dos dias e dos reflexos do luar, prateando as noites escuras, alí está o seu solitário e sombrio túmulo, onde a viuvez, a orfandade e a concretização do afeto dos seus amigos vão derramar sentidas lágrimas, “o mais sublime dos símbolos da igualdade humana”.

Jamais, senhores, as angústias da vida poderão roubar aquele tesouro de lágrimas puras e cristalinas destinadas a fecundar a terra santa de piedosas e frescas flores, simbolizadoras de sua saudade sincera e perene.

Senhores: o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, venerando os seus grandes mortos, verdadeiros egrégios servidores da evolução nacional, no impulso de seu sentimento bem formado, dá um exemplo poderoso de estímulo e de demonstração fecunda do exercício dos mais salutares pendores do coração humano, no conceito do sublime Homero, quando afirmava: “Nada poupemos para honrar nossos mortos”.

Tenho dito.

* * *

DISCURSO EM HOMENAGEM AO CORONEL
ALVARO DE ALENCASTRE, SESSÃO NO
CLUBE MILITAR A 13 DE JUNHO
DE 1945

Ten.-Cel. A. Lyra Tavares

Entre as homenagens prestadas a militares, das muitas a que tenho assistido na minha vida, houve uma que me impressionou mais do que todos e me está sempre presente. Ela foi muito simples e consistiu apenas da leitura, a traços largos, dos assentamentos do homenageado. Era um oficial francês que ia deixar o Brasil. Finda a leitura, ninguém pôde ouvir as suas palavras de agradecimento. Ele não conseguiu articulá-las. Transformou-as a emoção em lágrimas eloquentes, que lhe brotaram dos olhos, e o auditorio pôde vêr que nem sempre é o discurso, por perfeito que seja, o veículo mais expressivo para traduzir sentimentos e emoções.

E' que, para os homens de bem, de consciência limpa, de caráter firme, modestos para as exterioridades da vida mas orgulhosos de si mesmos, do patrimônio moral que erigiram, pelas próprias atitudes, nenhum prêmio pode haver maior do que a recapitulação da propria vida, das ações que praticaram, dos deveres que souberam cumprir, dos obstáculos que souberam vencer, dos ideais que defenderam e, sobretudo, dos exemplos que deixaram, para os filhos e para a Nação. Só eles poderão repousar e revigorar o espírito na contemplação do proprio passado. Só eles merecem o prêmio de encontrar, na recordação do que fizeram, um motivo forte de emoção e uma razão de orgulho que nenhuma outra pode haver mais justa nem mais legitima.

Ha dias, ao receber deste Instituto, a honrosa incumbência de render a sua homenagem á memoria do Coronel Alvaro Otavio de Alencastre, que foi figura do maior destaque entre os seus fundadores, procurei reunir, na Biblioteca Militar, para ler ou reler, os varios livros com que o saudoso e ilustre soldado brindou a nossa bibliografia historica e li-

teraria. Tive, então, uma noticia significativa. O proprio autor os havia relido, um por um, nos ultimos tempos da sua vida, encerrada, para nosso grande pesar, a 1.º de fevereiro passado. Ele pertencia, realmente, ao número reduzido dos que podem reler, com orgulho, a sua propria obra, reconfortando-se na altivês das verdades que escreveram, na elevação dos principios que sustentaram, na coerência dos conceitos que emitiram e das ideias que defenderam.

Herdeiro legitimo, pelo sangue e pela formação, do espirito aguerrido e nobre dos homens da fronteira que nos legaram esta grande Pátria, o Coronel Alencastre procurou honrar, na sua carreira e na sua obra, as tradições da estirpe, que remontam ás lutas das missões orientais do Uruguai e aos dias heroicos da Guerra dos Farrapos, tempos em que a bravura indômita dos nossos chefes e caudilhos já dava uma amostra da têmpera dos homens que mais tarde teriam de defender juntos, as fronteiras e a honra da Pátria comum.

O Coronel Alencastre cultuou, com carinho e zêlo, a memoria dos seus antepassados e dedicou um dos seus livros ao desagravo do nome do bisavô illustre, para revidar um juiso apressado e irreverente, partido, como dizia êle, de um dêsses falsos fazedores de Historia que, sentados em uma bôa poltrona, acolchoada com os requintes da obra da civilização, fazem sensacionalismo atirando insultos aquêles que tiveram um existencia inteira de devotamento á Patria, dormindo nos arreios, cobertos pelo poncho, sob a cupola do firmamento. O Brigadeiro Antonio Joaquim de Alencastre, a cuja iniciativa Barbacena entrega missões decisivas nos momentos criticos de Itusaingó e a cuja bravura tece louvores em officio ao Ministro da Guerra, era já nome que ninguem destruiria pela maledicência. Fôra êle, no proprio cerco de Sarandy, onde a sua atuação pessoal sofreu as restrições que o Coronel Alencastre repeliu, o autor de um dos mais belos episódios dessa época. Quando os prisioneiros brasileiros eram transportados para a Argentina, pelo rio Paraná, êle organizou e comandou um movimento a bordo, dominando a tripulação e obrigando o navio a mudar de rumo, para assegurar a libertação de todos os brasileiros.

A fibra moral do bisavô repetiu-se, mais tarde, no alferes Serafim Joaquim de Alencastre, nome cheio de tradições na revolução farroupilha, onde tinha o posto de tenente coronel, apesar de o Governo Imperial nunca o haver promovido. Alferes em 1827, êle morreu alferes em 1852, como punição dos seus grandes serviços ao movimento revolucionário. Foi figura de primeira grandesa na República, exercendo os car-

gos de ministro da Guerra e da Marinha e sendo autor do hino republicano. Aliás, nada menos do que onze membros da família Alencastre pagaram com a vida o devotamento á causa da revolução riograndense.

O coronel Alvaro Otávio de Alencastre, neto do bravo farroupilha, foi criado nesse espirito de lutas pela Liberdade, Igualdade e Justiça, que era o lema dos farrapos. Terminando o seu curso na Praia Vermelha, entre os primeiros da sua turma, voltou êle á terra natal, a cujas tradições regionalistas e a cuja historia dedicou-se, com entusiasmo, nos livros que escreveu mais tarde, a partir de 1938. Na carreira militar, exerceu funções de relêvo, sendo de salientar-se o comando da Escola de Aviação, onde foi um dos propugnadores do desenvolvimento da nossa Aeronautica, então embrionária. Foi nosso adido militar na Argentina, comandante da 6.^a Região Militar, da guarnição da Vila Militar e da Escola de Aperfeiçoamento de oficiais. Nesta, eu tive a honra de ser seu comandado. Foi aí que o conheci mais de perto e é dessa época que eu conservo mais nítidos, os traços da sua ação bem orientada e da sua fisionomia simpática de quem sabe comandar pela afeição, que não exclue a energia nem compromete a ascendência de quem comanda, criando, ao contrário, o ambiente de confiança e os laços morais imprescindíveis ás corporações militares, na paz e na guerra.

Depois disso, eu sei que o destino não sorriu ao meu ex-comandante. Foi a fase difícil do Exército, aquela em que o cenário politico nacional, tumultuoso e agitado, teria que repercutir, por força, nos quadros normais das suas atividades rotineiras, em consequência da vitória da revolução de 1930. O coronel Alencastre teve de arcar, a êsse tempo, com os espinhos de certas funções mais expostas aos contra-tempos de tal situação. Êle era homem de convicções, que prezava, acima de tudo, a sua dignidade pessoal, e isto ha de lhe ter custado muitos desgostos e muitas decepções que o destino bem lhe deveria ter poupado no remate de uma carreira retilínea, cheia de dignidade de entusiasmo e de patriotismo.

Êle tinha todos os requisitos para ascender ao generalato e isto é, para os que se consagram á carreira das armas, o máximo que é possível fazer, pelo proprio esforço e pelo proprio valor, para quem quer estar sempre em paz com a consciência profissional e já constitue um justo titulo de orgulho capás de, no fôro íntimo, compensar desestímulos e decepções.

Transferindo-se para a Reserva do Exército, o Cel. Alencastre não abandonou o Exército. Continuou produzindo. Fez do Club Militar o seu novo quartel, e se algum dia al-

guem notasse a sua ausência nas rodas dos velhos camaradas, isso era sinal de que alguma coisa muito importante o retivera em causa.

Continuou a dedicar-se aos seus estudos históricos e literários, agora que as atividades profissionais, que êle sempre colocara em primeiro plano, deixavam-lhe o tempo livre para recreio do espírito nas atividades literárias e nas leituras históricas de que tantas observações interessantes pôde colher para os trabalhos que publicou.

Todos êsses títulos ornavam o nome do soldado e do intelectual que, desde a fundação deste Instituto, fôra ocupante digno da cadeira patrocinada pelo grande Sena Madureira.

Pertencia, ainda, o coronel Alencastre a varias instituições culturais, entre as quais as duas mais representativas das letras da sua terra natal: o Instituto Histórico e a Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

Ha mais de 4 meses que a morte nos privou do seu convívio amigo e da sua colaboração prestimosa e útil. A grande saudade que êle deixou entre os camaradas e companheiros de trabalho se reaviva, hoje, que estamos reunidos para prestar á sua memoria uma homenagem sincera e merecida. O Instituto de Geografia e Historia Militar do Brasil cumpre êsse dever, não somente como uma associação que se privou da colaboração que sempre lhe prestou, por longo tempo, o coronel Alencastre, mas, tambem, como uma roda de amigos, identificados pela vida em comum e pelas afinidades espirituais, que se reúnem para compartilhar, juntos, de um golpe sentimental que a todos atingiu. Esta homenagem, tributada á memoria de um soldado e historiador é, ao mesmo tempo, um preito de saudade a um camarada e amigo que a morte nos levou. E' assim que o Instituto quer guardar a memoria dos seus socios ilustres, não como o registro puro e simples da obra que produziram, mas com o culto sentimental das afeições que êles mereceram, para que os seus anais não sejam meras páginas frias de anotações cronológicas, mas uma obra realmente humana, como deve ser a historia, viva e animada pelo trabalho de cérebros e corações. E' assim que êle vai guardar o nome do coronel Alvaro Otavio de Alencastre.

O Verdadeiro Local do Descobrimento do Brasil

Cel. Leopoldo Nery da Fonseca

Em Junho de 1940, sua Excelência o Senhor Presidente da República, baixou um decreto criando a Comissão Incumbida de Determinar o Verdadeiro Local do Descobrimento do Brasil, Comissão essa que foi integrada com as designações: do Ministro Bernardino José de Souza para Presidente; dos Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo como representantes, respectivamente do Ministerio da Marinha e Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; do Dr. Cristovão Leite de Castro, representante do Instituto Historico e Geografico Brasileiro e do autor desta monografia, representando o Ministerio da Guerra.

HISTORICO

O assunto já havia sido largamente debatido pelos estudiosos e muito ainda se tinha que fazer para resolver o problema em todos os seus detalhes.

Opinaram identificando o local da atual Baía Cabralia como sendo o primitivo — Porto Seguro: Aires de Casal, Gandavo, Gabriel Soares de Souza e Manoel Pimentel, até que o Visconde de Porto Seguro, que havia concordado com esse ponto de vista nas duas edições primeiras de sua Historia Geral do Brasil, apresentou em 1877 ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro uma "NOTA ACERCA DE COMO NÃO FOI NA COROA VERMELHA, NA ENSEADA DE SANTA CRUZ, QUE CABRAL PRIMEIRO DESEMBARCOU E EM QUE FEZ DIZER A PRIMEIRA MISSA".

O Visconde de Porto Seguro foi brilhantemente contestado pelo General Henrique de Beaupaire Rohan, que apresentou ao mesmo Instituto, uma memoria intitulada "O PRIMITIVO E O ATUAL PORTO SEGURO."

Em 1895 a Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, publicou uma conferencia do Comendador Oli-

veira Catramby, sustentando o ponto de vista tradicional, que o Visconde tentou romper, não entrando porem num exame detalhado da Carta de Caminha e sua confrontação com o terreno.

Em 1899, foi publicada a brochura "ESTUDOS SOBRE A BAÍA CABRALIA E VERA CRUZ", feitos por ordem do Governador do Estado da Bahia, Exmo. Snr. Conselheiro Luiz Viana, pelo Major do Exército Salvador Pires de Carvalho e Aragão, contendo um exame mais cerrado do assunto, concluindo pela solução tradicional e mais ainda localizando o ponto onde fôra por Cabral levantada uma Cruz padrão e rezada a segunda Missa.

O trabalho do Major Salvador Pires, resultado da conjugação da topografia do terreno com a interpretação do texto de Caminha, firmou a nosso ver a solução dos dois problemas que a Comissão tinha a resolver, como se verá mais adiante.

Em 1943, o Snr. Jaime Cortezão, publicou "A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA" e em 1944, "CABRAL E AS ORIGENS DO BRASIL".

Em ambos esses estudos magistrais, a erudição do autor, mais uma vez deu golpe de morte na discrepância do Visconde de Porto Seguro, alinhando-o entre os restantes dos seus predecessores e deixando definitivamente assentado, que o PRIMITIVO PORTO SEGURO, isto é, o local onde Cabral surgiu nas nossas costas, não é senão a atual BAÍA CABRALIA.

Quanto ao ponto onde foi elevada a cruz simbolica e celebrada a segunda missa, o Snr. Jaime Cortezão discorda no tocante à solução apresentada pelo Major Salvador Pires, a qual reputa duplamente errada, já sob o ponto de vista da escolha da região onde o ponto devia encontrar-se, já no que se refere à locação topografica do mesmo ponto escolhido por Cabral na sexta-feira 1.º de Maio (Caminha).

O ultimo trabalho do Snr. Cortezão, resultou de um pedido do Presidente da Comissão, Snr. Ministro Bernardino José de Souza, que, segundo o seu autor... "deu-nos a honra de pedir o nosso parecer, em relatório, sobre a parte de identificação topografica, dos trabalhos a que presidia". (Cabral e as Origens do Brasil. J. Cortezão).

Sangue novo trouxe o Snr. Cortezão com as suas pesquisas do texto de Gabriel Soares de Souza, do Roteiro Atlas de Luiz Teixeira e do mapa "Porto Seguro no livro que dá razão do Estado do Brasil". (Cabral e as Origens do Brasil.)

Esses documentos, ótimos para a solução definitiva da posição da primitiva Bahia de Porto Seguro, são porem insuficientes para levar-nos ao terreno e lá orientar-nos com precisão a respeito do local da cruz, o que somente pode ser feito, PELA LOGICA conjugada à TOPOGRAFIA, justamente aquilo que nós vamos tentar.

RECORDANDO A QUESTÃO

Os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo e nós, apresentamos nossos relatorios ao Snr. Ministro Bernardino, Presidente da Comissão, porem até hoje não houve qual quer solução que pudesse autorizar a construção do MONUMENTO de nossa autoria, entregue à Comissão naquela epoca, não obstante ter sido executado um levantamento aerofotogrametrico por tecnicos navais, de toda a zona costeira a estudar, e termos os três percorrido o terreno em pesquizas de detalhes.

Convem frizar que as nossas incumbencias estavam resumidas nos dois problemas seguintes:

1.º) — Determinar o local onde a armada de Cabral surgiu no Sabado 25 de Abril. (Caminha).

2.º) — Localizar o ponto onde foi levantada uma CRUZ simbolica e celebrada a segunda missa.

Como resultante dos nossos estudos procedidos, concluimos por Baía Cabralia como sendo o PRIMITIVO PORTO SEGURO: os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo, o Dr. Leite de Castro e nós. O Snr. Ministro Bernadrino em palestra comnosco tambem mostrou-se favoravel a essa solução.

Creemos estar este primeiro problema definitivamente resolvido, não obstante a autoridade de Sua Excelência, o Snr. Almirante Gago Coutinho, haver posto em duvida que a arribada de Cabral em Bahia Cabralia correspondesse à verdade histórica.

Diz o Snr. Jaime Cortezão, referindo-se ao Almirante: "Mas ouvimo-lo de viva voz e em conversa particular sobre o assunto. Ao que nos pareceu as suas duvidas assentavam fundamentalmente em duas razões. Sobrevoando Baía Cabralia, não distinguir, junto da chamada Ponta da Corôa Vermelha, qualquer ilhéu, em que Pedro Alvares Cabral e seus tripulantes pudessem assistir à celebração da primeira Missa".

Acrescenta o Snr. Jaime Cortezão: "Como não visitamos o local, por qualquer via, — o que tanto desejaríamos

fazer — não podemos pronunciar-nos com a segurança própria.”

Aos nossos argumentos, nós porem, podemos emprestar a segurança emanada da observação local, porquanto, percorremos em “lombo de burro” toda essa região litoranea desde Belmonte, e na qualidade de Engenheiro da “Panair do Brasil S. A.”, sobrevoamos vinte vezes a Bahia Cabralia entre 1941 e 1943, percebendo sempre o ILHÉU da COROA VERMELHA, ora a ser lavado pelas ondas, ora descoberto, conforme o regime das marés.

Refere ainda o Snr. Cortezão, que a segunda razão de duvida do Almidante é consequencia da passagem “e fomos desembarcar rio acima contra o sul”. Na sua opinião a confusão que levou o Almidante a julgar a manobra impossivel em relação ao Mutarí, originou-se da leitura do texto desfigurado de Carolina Michaelis de Vasconcellos, em sua interpretação do original da Carta de Caminha, onde reza que o desembarque se dera “acima do rio” e não “rio acima”, o que muda inteiramente o sentido da frase.

A segunda razão de dúvida do Almirante foi magistralmente desfeita pelo Snr. Cortezão.

Ainda ha um assunto a esclarecer no belo estudo deste autor, que é a questão da grandeza do ilhéu, porquanto Caminha se refere a um “Ilhéu grande”... e o Snr. Cortezão, no tocante ao da Corôa Vermelha, afirma:

(Tão pouco pela sua extensão merece o nome de “Ilhéu Grande”) (A Carta de Pero Vaz de Caminha, J. Cortezão, pg. 93).

Encontramos em BLUTEAU, (Vocabulario Português e Latino) — “ILHÉO, Ilhéu, Ilheta, ou ilhota. Ilha pequena”, donde se conclue que ilhéu é uma ilha pequena, o que para nós pouco adianta, porem se recorremos aos Roteiros vamos elucidar a questão sobre o que se pode considerar ilhéu grande.

No Roteiro de Dom Joam de Castro, da viagem que fizeram os Portugueses ao Mar Roxo, em 1541”, pg. 125, lê-se:

“Bem no meo da entrada, e da boca deste porto está huum grande ilheo, o qual terá de comprido até huum tiro de bésta, e quasi outro tanto de largo...”

Pelo criterio do Snr. Cortezão quanto ao alcance das béstas, (de 140 a 150 metros), podemos afirmar, que um ilhéu era considerado grande pelos navegantes do seculo XVI, quando apresentava mais ou menos uma área de 150x150 metros, sendo essas medias simples estimativas.

É justamente dentro dessas dimensões, que se acha o Ilhéu da Corôa Vermelha nas marés baixas.

Outra suposição errônea, que por aí corre, é que o ilhéu é forçosamente de pedra, senão vejamos :

A definição de Bluteau, cinge-se ao diminutivo, sem entrar na composição geologica, porem se recorrermos a VIEIRA, Laudelino Freire e outros vamos encontrar para sinonimos : — ilhota, farelhão e rochedo no mar, o que indica poder o ilhéu ser de pedra ou não. Na PRATICA da ARTE de NAVEGAR de Luiz Serrão Pimentel, (Publicação da Agencia Geral das Colonias, pg. 164) lê-se :

...“e nessa enseada, a oesnordeste da Ilha das Flores, estão quatro ou cinco ilhéus de pedra a meia legua da terra”... Se o Ilhéu fosse obrigatoriamente de pedra, a frase seria pleonastica.

O SEGUNDO PROBLEMA

Quanto ao segundo problema, isto é, ao local onde foi levantada a primeira Cruz e celebrada a segunda Missa, as divergencias foram grandes, mesmo no seio da Comissão. Os Comandantes Alves Camara e Oliveira Belo e o Dr. Leite de Castro, acharam que a Cruz foi chantada em um local ao Sul da boca do Mutarí, enquanto nós, no nosso Relatório opinavamos por um ponto na restinga ao norte da foz desse Rio.

O Snr. Jaime Cortezão, pelo confronto da Carta de Caminha com os documentos cartograficos, chegou à mesma solução que nós havíamos adotado no nosso Relatório, localizando o ponto onde a Cruz teria sido levantada, numa região ao N. O. da boca do Mutarí, indo ao detalha que pode ser examinado no grafico à fls. 97 de “A Carta de Pero Vaz de Caminha”.

O Major Salvador Pires, em seu trabalho, havia já concluido por um ponto ao Norte da Restinga.

Assim, temos, entre os modernos, três opiniões para o ponto ao Norte da foz do Mutarí e três para o ponto ao Sul da mesma embocadura.

Em busca de um desempate, procurando colher outros argumentos em nosso favor, resolvemos proceder a uma investigação mais a fundo nos dominios da semantica, tendo sempre em vista o sentido quinhentista das palavras e também a natureza do terreno para poder admitir a existencia provavel de metas, capoeiras baixas, e vegetação rasteira, na epoca do descobrimento.

Não levamos em conta a tradição invocada para justificar a locação da CRUZ DOS CAPUCHINHOS, porque não há documento que nos prove uma continuidade digna de nota nesse local tantas vezes assolado pelo indígena.

O resultado de nossa investigação, foi a rejeição da primitiva solução que dois anos mais tarde foi adotada pelo Snr. Cortezão, para opinarmos por uma outra, mais consentânea com a topografia e com a lógica, e que muito se aproxima da que foi apresentada pelo Major Salvador Pires de Carvalho e Aragão.

Achamos assim, que a solução do Major Salvador Pires, apesar dos erros que lhes foram atribuídos e da falta de comprovantes históricos, invocada para diminuir o valor de seu estudo, alcançou a periferia do retângulo de probabilidade dentro do qual a locação pode ser feita, enquanto que a do Snr. Cortezão se acha muito fóra da zona indicada por Caminha, — “acima do rio”, — em lugar precedente ao rio, como provaremos mais adiante.

A passagem de Caminha... “e fomos desembarcar acima do rio contra o sul”... que até hoje não foi devidamente analisada, contém preciosas indicações sobre o local de desembarque na Sexta-feira 1.º de Maio (data da Carta).

CONTA O SUL

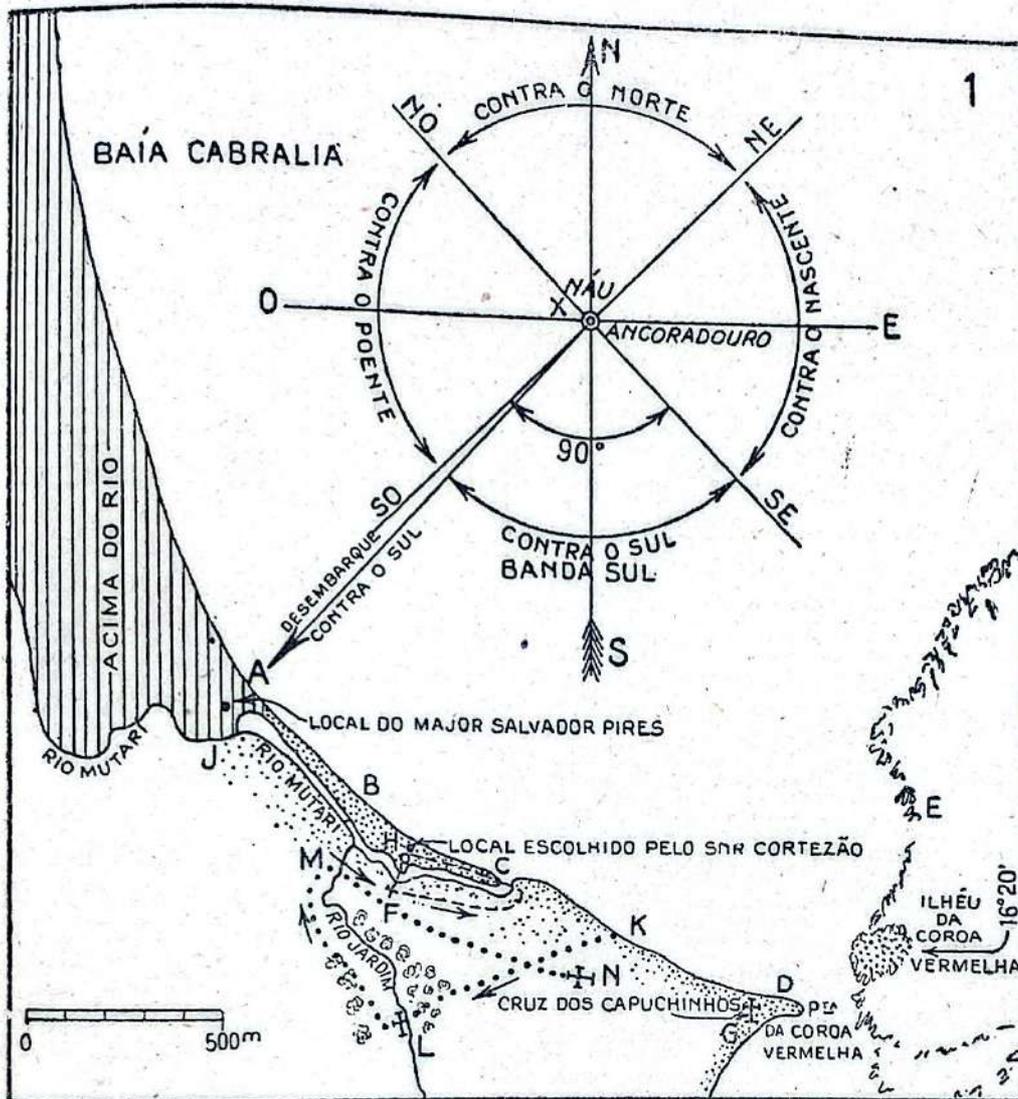
Partindo-se de uma náu ancorada em X, (grafico n.º 1) náu de onde Caminha teria partido para a terra, — **DESEMBARCAR CONTRA O SUL** é o mesmo que desembarcar em qualquer ponto da costa compreendido no setor SO-SE, do mesmo modo que desembarcar **CONTRA O POENTE** seria ir ter à terra num ponto incluído no setor SO-NO, como bem mostra o grafico n.º 1.

Se Caminha houvesse registrado unicamente um “desembarque” contra o Sul, o local descrito ficaria indeterminado, podendo ter sido em qualquer ponto da costa, como A, B, C e D entre as direções SO e SE.

Caminha porem eliminou essa indeterminação antepondo “acima do rio”.

“Acima do rio., quer dizer, — em lugar precedente ao rio, e desse modo, “acima do rio contra o Sul”, determina um ponto nos arredores de A, (Graficos 1 e 2).

E' isso justamente o que vamos demonstrar, com a lógica dos graficos 1 e 2, conjugada ao exame do texto de Caminha, tendo sempre em vista o linguajar dos navegantes portugueses coevos do descobrimento.

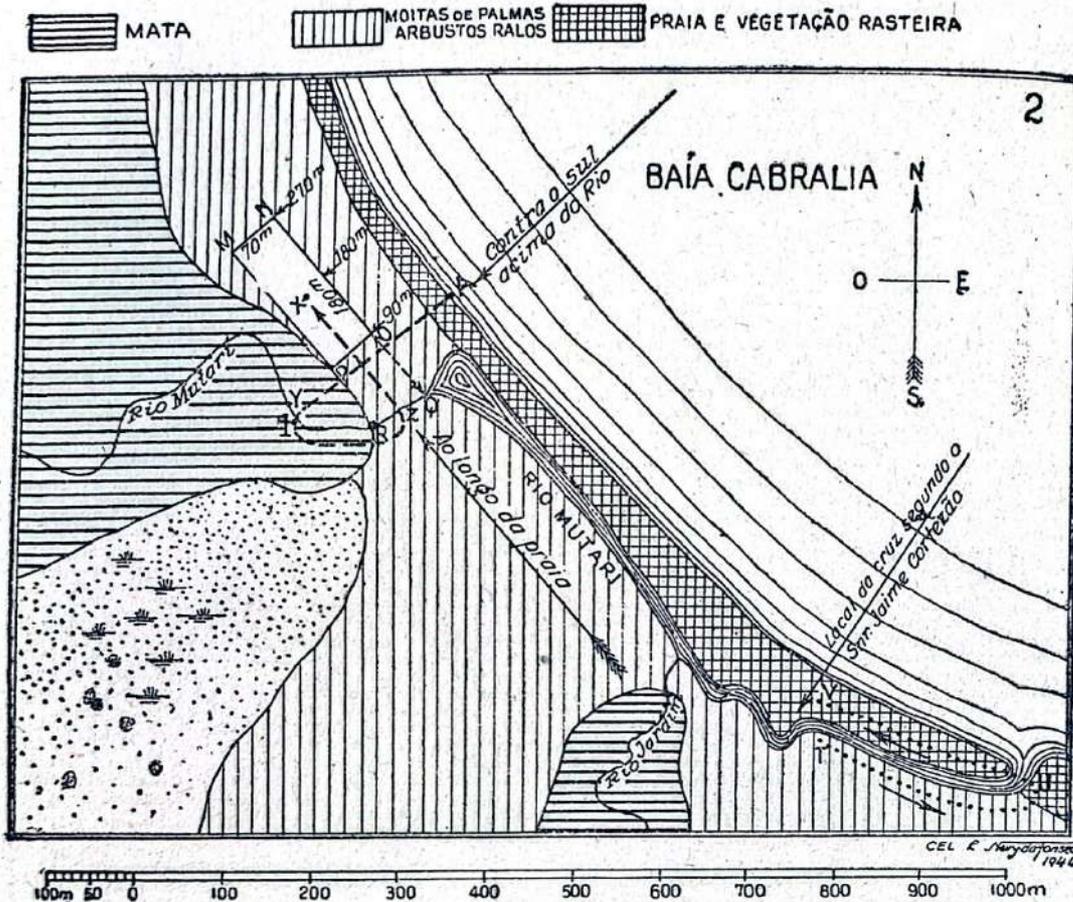


CONTRA O SUL

Principiemos pela expressão “contra o Sul”:

Na segunda, (diz Caminha) “mandou o capitam levantar ancoras e fazer vela; e fomos de longe da costa com os batees e enquifes amarrados por popa, contra o norte”...

Na obra do Cardeal Saraiva, (D. Francisco de São Luiz), “Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania”, encontramos a seguinte passagem:



“A 24 do corrente a costa para o Norte em busca de uma bôa abrigada, e achando um lugar seguro para as náos, ahi lançaram ancora”.

Para o Cardeal Saraiva, navegar contra o Norte é o mesmo que navegar para o Norte, é o que se deduz da comparação dos dois textos.

Dá ainda o Cardeal a seguinte indicação:

“A revelação desta viagem de Cabral, escrita por hum piloto Portuguez, que nella hia, foi traduzida em latim por Archangelo Madrignano, e inserida no “NOVUS ORBIS REGIONUM AC INSULARUM”, de GRINEO, tendo já sido vertida em italiano e metida na colleção de RAMUSIO com o titulo “Navegação do Capitão Pedro Alvares Cabral escrita por Hum piloto Portuguez”.

Esta revelação vem transcrita na "Colleção de Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas", — da Real Academia de Ciências de Lisbôa, tomo 2.^o numero 3, e dela extraimos o seguinte :

"Na manhã seguinte, escorremos com elle a costa para o Norte, estando o vento Sueste"...

E' justamente a passagem de Caminha"... e fomos de longo da costa com os bateis e esquifes amarrados por popa contra o norte"...

Passemos agora à linguagem nautica dos eruditos, a começar pelo insigne Duarte Pacheco Pereira, o ACHILLES LUSITANO de Camões, através do seu famoso "Esmeraldo de situ Orbis", (edição comemorativa da descoberta da America, sob a direção de Raphael Eduardo de Azevedo Basto).

"Do Rio Nilo nos montes da Luua nace alem do circulo da equinocial contra ho pollo antartico"...
(O. cit. pg. 9).

"...hum grande braso corre por meo da ethiopia inferior contra oucidente"... (Ibidem, pg. 9)

"...nos pareceo bem escreuer aqui em quantos graaes se adguns lugares de nos sabidos hapartam em ladeza da linha equinocial pera ho pollo artico ou antartico"... (Ibidem, pg. 11)

Ladeza é o mesmo que latitude, e conta o pollo Norte ou Sul quer dizer para o Norte ou para o Sul.

"Do curso que o sol faz contra cada hum dos tropicos". (Ibidem, pg. 17)

"...ha outro monte que estaa a parte da terra contra oucidente... (Ibidem, pg. 23)

...de grandes baixos os quaes saeem ao mar contra a banda de noroeste duas legoas & maies"...
(Ibidem, pg. 49)

Seria fastidioso continuar com as citações desse genero que se nos deparam em quasi todas as paginas dessa obra imorredoura.

Já no LIVRO DE MARINHARIA de João de Lisbôa, (publicado pelo Duque de Pamella em 1903), encontramos outro modo de expressão para as mesmas situações em que Duarte Pacheco empregava "contra".

Quando se tratava de um rumo geral, abrangendo uma região ou setor, João de Lisbôa empregava "banda", no que era seguido por diversos autores de roteiros, porem em se tratando de uma direção determinada, usava já indicações determinadas pela rosa dos ventos.

"O navio q for despanha e ouer vista de boa vista e de mayo e for pera a Ilha de san tyago vay da banda do sul delas"... (Op. Cit. pg. 129)

"...a maior serra fica da banda daloeste e da banda de leste tê-3-ou-4-ylheos pequenos"... (Ibidem, pg. 135)

Examinemos como se expressa D. João de Castro no Roteiro ao Mar Roxo.

"...afrentaria da ilha, que se oppõe a parte septentrional"... (Op. cit. pg. 14)

"...está este porto no cabo da ilha, que se opõe ao occidente"... (Ibidem, pg. 20)

"...mas a outra frontaria da ilha, que se oppõe, e olha a terra do Arabio"... (Ibidem, pg. 36)

"Porque da ilha das portas atee o Promontorio contrario a Possidonio,"... (Ibidem pg. 37)

"A ponta desta ilha da banda Dalloeste, e oposta ao Abexy"... (Ibidem pg. 55-56)

"Muito visinhas a esta ilha de Maquá, ESCONTRA o Sul",... (Ibidem pg. 59)

"...:de modo que o Prete teve ousadia de decer da serra e veio se assentar com sua gente em humas montanhas ESCONTRA o mar",... (Ibidem pg. 70)

Um^s montanhas não poderiam estar num romo determinado, e sim num setor do horizonte fazendo frente ao mar.

“Dest^a ponta está aredada a ilha de Zemorgéte espaço de 8 legoas **ESCONTRA** a parte de nacimiento do sol”... (Ibidem pg. 155 e 156)

“...; porque desta ilha, assi da banda de Leste, como da parte Daloeste, saem grandes parcees, e restingas **ESCONTRA** a terra firme, de sorte que parecem correrem todo o mar,”... (Ibidem pg. 163)

“...e encontra a serra tem huma mata daruoredo”... (Ibidem pg. 171)

Emfim, somente encontramos neste Roteiro a palavra **CONTRA**, empregada à pagina 212, quando o autor cita Strabão :

“...segundo se lee em Strabam, liuro 17 dizendo estas pallauras: A cidade de Heroas, e Cleopatra, que alguns chamão Arsinoe, estam no recesso ou acabamentoo sino Arabico, que sta **CONTRA** Egypto”.

Tambem no “Livro de Marinharia” de Bernardo Fernandes, ultimamente editado pela Agencia Geral das Colonias, (Lisbôa, 1940) colhemos alguns exemplos:

“E tem da banda do Sul uma serra e um pico, que faz de si quatro ou cinco montes pequenos; e tem mais contra a parte do Sul este pico uma serra alta que subjuga tôda a ribeira contra a ponta da baía”. (Op. cit. pg. 64).

“...; ao longe desta ilha alta da banda do Norte vereis outros cinco ou seis poços, cheios de arvoredos”. (Ibidem pg. 103 e 104).

Pelo que se vê das passagens citadas, “contra o sul” é a mesma cousa que “da banda sul”, na linguagem nautica do seculo XVI, e os dicionarios vão ajudarnos a fixar esse sentido.

“**CONTRA**:— Em frente, na mesma direitura, posto que se não veja o lugar ou pessoa, nem fysicamente se possa ver”. (Fr. Rosa de Viterbo, Elucidario). “**CONTRA** — Situação

fronteira, em face, defronte, ex. edificar uma casa contra o nascente, contra o Mar; direção, ex. arrojara uma lança contra o muro".... (Eduardo de Faria).

"Escontra, de frente de, contra, em oposição". (Candido de Figueiredo).

Em João de Barros, década 4238, lêmos: "Dista cinco legoas de Dio, contra a ilha de Bet".

Tambem os textos latinos empregam contra na mesma acepção: "Italiam contra". Defronte da Italia. Virgilio.

Domingos Vieira registra:

"CONTRA — Em oposição a, opondo-se a", "Na direção de".

"Começou a dizer hum marinheiro, que via grande frota como que pelejava huma contra outra; Clarimundo se levantou então, e olhando contrá aquella parte, tanto quanto via estar a não cercada". (Clarimundo Barros).

"Não tardou muito que pelo caminho contra a fonte, veio um cavaleiro"... (Francisco de Moraes, Palmeirim d'Inglaterra).

"E apartando-se delles, caminhou tanto contra onde lhe parecia que a cova ficava"... Ibidem.

"E caminhando contra aquella parte"... Ibidem.

"... e olhando contra onde lhe bradavam"... Ibidem.

Portanto "desembarcamos contra o sul" é o mesmo que "desembarcamos escontra o sul" e "desembarcamos na banda sul".

CONTRA, não indica um rumo preciso, topograficamente determinado, rumo que possa ser materializado por um só alinhamento; — indica um setor onde está localizada uma posição, uma cousa ou um lugar, fronteiras a um marco de referencia que pode ser o observador ou mesmo um acidente topografico, ou geografico.

BANDA, que as vezes substituiu a expressão CONTRA, passou para a linguagem geografica com o significado que vimos de apreciar.

Na obra de J. P. and W. Robertson "Letters on Paraguay", publicada em Londres em 1838, encontra-se um mapa onde toda a região da margem esquerda do Rio Uruguay, desde a embocadura até a foz do Uruguay-Pitá está assinalada como "BANDA ORIENTAL del URUGUAY".

Partindo-se da NAU ancorada em X, (Gráfico n.º 1), viajar contra o sul equivale a seguir-se para uma região abrangida pelo setor SE-SW, e desembarcar contra o sul é o mesmo que saltar em terra num ponto ao sul daquele de onde se partiu e situado dentro do setor SE-SW.

Este ponto de vista é essencial para poder-se interpretar a expressão de Caminha... "e fomos desembarcar acima do Rio contra o sul..."

Provado está portanto, que de bordo da náu, Caminha e seus companheiros partiram para desembarcar numa região da costa — que ficava da banda sul do ponto de partida, sem que isso representasse um rumo topografico determinado, e sim a indicação de que esse trecho da praia estava aproximadamente compreendido no setor SE-SO.

Vamos agora analisar a parte muito importante da descrição do local de desembarque, isto é, a expressão "acima do rio", que constitue um verdadeiro parametro, o qual conjugado com o outro precedentemente examinado, vae fixar com precisão esse local.

ACIMA: — Os Dicionarios, em geral, fornecem os seguintes significados: — Sobre, na parte superior, em gráu mais elevado, — em lugar mais alto. Se fossemos aplicar ao caso qualquer desses sentidos, teriamos um contrasenso, pois num lugar mais alto de um rio, seria o mesmo que desembarcar em suas cabeceiras, o que é falho de sentido.

Vejamos se ha outra interpretação que se ajuste aos fatos descritos por Caminha, e para isso percorramos os Dicionarios mais abalizados, tantos antigos como modernos, procurando tambem amparo na Gramatica comparada.

ACIMA. "Supra; sursum". Vide cima.

CIMA. "Antes, Supra, ante". "Assi pelas razoens a cima ditas, com por estas & c. ("Pe. Raphael Bluteau) — Op. Cit).

Cabe aqui perfeitamente a acepção de ANTES, pois razões acima ditas é o mesmo que razões ditas anteriormente.

No pequeno Dicionario da Lingua Portuguêsa, organimos: — "ACIMA" — Em lugar mais alto, em lugar precedente".

quer marco de referencia, no tempo ou no espaço, senão vejamos as passagens de Cicero "Ut supra dictum est". — Como acima dicemos, ou fica dito e ainda "Supra me Atticus accubuerat". — Attico estava assentado à meza acima de mim, isto é, antes de mim. (Pedro José da Fonseca. — Dic. Portuguez-Latino).

No pequeno Dicionario da Lingua Portuguêsa, organizado por Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, encontramos: — "ACIMA" — "Em lugar mais alto, em lugar precedente".

Não foi somente no português, que se fixou esse sentido latino, também no espanhol e no inglês vamos encontra-lo.

No primeiro desses idiomas, "ARRIBA", além dos significados vulgares, também quer dizer "precedentemente". (Vêr Visconde Waldik, Novo Dicionario Hespanhol Português).

Em Inglês Lê-se "Above, acima"... "above mentioned". Pe. Albino Ferreira, Dic. Inglês-Português)... "ABOVE",... "above cited, above mentioned, above said", acima dito, acima referido, "above all", "acima de todos, em primeiro lugar" — Novo Dic. da lingua Portuguêsa e Inglesa. — H. Michelis.

Constancio ainda é mais explicito — "A CIMA, no lugar antecedente, anterior"...

Agora, podemos com segurança afirmar, que o desembarque efetuado no dia 1.º de Maio (Carta de Caminha), realizou-se num lugar antecedente ao rio; num lugar anterior ao trecho do rio que corre ao longo da praia, e precisamente na região assinalada no grafico n.º 1 com a letra A.

Desembarcar em lugar precedente ao rio, não é o mesmo que fazê-lo em qualquer ponto compreendido entre A e D, como se vê do grafico n.º 1, nem mesmo em B, e sim, nas proximidades de A, — esta é a unica interpretação racional do texto de Caminha.

Além disso,

O Mutarí, entre A e C, não tem, nem podia ter na época do descobrimento, mata cerrada nas duas margens, porque o sólo aí é de areia e o sub-sólo em geral apresenta vastas extensões de recifes coralinos soterrados e formações de

arenitos que o tornam improprio para outras vegetações senão as rasteiras, alguns arbustos e "moitas de palmas" como refere Caminha.

Isto é confirmado,

pelo fato de, no dia 25 de Abril, na manhã em que Cabral ancorou, terem Nicoláu Coêlho e Bartolomeu Dias ido a terra levando dois indigenas que haviam trazido para bordo na vespera,

os quais

saltando em terra, puzeram-se a correr, "...epasarã huirio que perhy core dagoa doce de nujta agoa que lhes daua pela braga e uotros mujtos cõeles e foram asy corêdo aalem do rrio antre huus moitas depalmas onde estauam outros"....,

o que vem demonstrar,

que nessa região não havia mata, porque do contrario, não poderia vêr-se indios a correrem e nem a outros estacionados entre moitas de palmeiras.

Esse desembarque foi efetuado no dia 25 de Abril e a descrição do local difere muito daquela que faz Caminha, quando do outro que fizeram no dia 1.º de Maio para escolher o local onde deviam chantar a grande Cruz de Madeira.

Assentada assim a fisionomia do local onde está compreendido o trecho do Mutarí que corre ao longo da praia, isto é, entre Be C, vamos vêr que o desembarque em lugar precedente ao rio, — antes do rio, como admitem os dicionaristas mais abalizados, — ajusta-se perfeitamente às descrições de Caminha.

Estivemos no local examinando a sua topografia, geologia e fitografia, como resultado assinalamos em traços gerais, no grafico n.º 2 as seguintes regiões: N.º 1 — matas, N.º 2 — vegetação baixa e "moitas de palmas" e N.º 3 — vegetação rasteira e praias descobertas.

A região de matas do Mutarí, é justamente a que mais nos interessa por apresentar dois caracteristicos importantes: 1.º É uma mata fechada, onde ainda há algumas arvores que se prestariam a fornecer madeira para a construção de uma cruz, mata cerrada certamente no tempo em que Caminha lá esteve, por entre a qual serpeia o Mutarí; 2.º Quem desembarca perto de A pode ir ter a ela diretamente, sem atravessar o rio.

Era nessa mata que os homens de Cabral andavam cortando lenha, senão vejamos:

\$\$ "aaterça feira depois decomer fomos ê trra dar guarda delenha e lauar rroupa".....

.. "Eem quanto faziamos alenha faziam dous carpenteiros huua grande cruz dhuu paao que se ontem pera yssso cortou".

Caminha não cita precisamente o local onde cortaram a arvore para fazer a cruz, porem elucidaremos esse ponto mais adeante, notando que foi numa mata onde havia papagaios, portanto numa mata alta, preferida por essas aves.

No dia 30 voltaram à terra para mais lenha e agua, dirigindo-se para o mesmo local do dia 28, onde — enquanto cortavam lenha, dois carpinteiros faziam a cruz, e vamos segui-los pela descrição de Caminha.

"aaquinto feira deradeiro dabril comemos logo casy pola manhaã e fomos em trra por mais lenha e agoa e em querendo ocapitam "foy ocapitã com alguus demos huu pedaço per este auoredado ataa huua rribeira grande e de muita agoa que anoso parecer era esta meesma que vem têer aa praya em que nos tomamos agoa".

Esta passagem não deixa a menor duvida de que, saltando em terra cerca do ponto A, dirigiram-se à mata do Mutarí, dentro da \$\$ qual encontraram A RIBEIRA GRANDE de muita agua "que a nosso parecer era a mesma, que vem ter à praia", e cujo curso não podia ser seguido com a vista, razão pela qual Caminha diz "parecer ser a mesma"...

Logo a seguir, continua Caminha: "aly jouemos huu pedaço bebendo e folgando ao longo dela antrese aruoredado que he tanto e tamanho e tam basto e de tamtas prumajeês que lhe nõ pode home dar comto, ha antrele mujtas palmas deque colhemos mujtos e boos palmjtos".

O fim dessa ida à mata, foi o exame da cruz que seria levantada no dia seguinte, como se verá a seguir.

"quando saymos dobatel disse ocapitã que serja boohirmos dereitos aacruz q estaua emcostada ahuaa aruore junto com orrio perase poer de manhaã que he sesta feira"...

A cruz estava na região "y", depois do rio, como se verá mais adeante, e o Capitão com seus homens, desembarcando em "A", foram direitos à cruz, isto é, ao local da mata onde ela estava, fazendo o trajeto "y". Em "y" encontraram-na encostada a uma arvore, no local assinalado no grafico n.º 2, do outro lado do rio, além do rio, abaixo do rio, como esplanaremos a seguir.

ABAIXO

ABAIXO. DEPOIS — “Abaixo de Cicero he o principe dos oradores”. “Abaixo delle, não tenho mayor amigo, que vosso irmão”.

DEPOIS — “Depois de Cicero he o principe dos oradores”. Padre Raphael Blteau. — Op. Cit.

A volta para levantarem a cruz

“Eoje que he sesta feira primeiro dia de mayo pola manhã saymos em trra cõ nossa bandeira e fomos desenbarcar acjma do rrio contra osul onde nos pareceo que serja mijhor chantar a cruz pera seer mijhor vista, e aly asijnou o capitã onde fazessem acoua peraachantar. Eem quanto o capitã onde fazessem acoua peraachantar. Eem quanto aficarã fazendo, ele com todos nos outros fomos pola cruz abaixo do rrio onde eda estua, trauuemola, daly cõ eses rrelegiosos e sacerdotes diante cantãdo maneira deprecisam, pasamolo rrio ao longo dapraya e fomolo poer onde avia de seer que sera do rrio obra de dous tiros de besta,....”

Como se vê, apanharam a cruz e levaram-na em procissão para fora da mata, cerca de “z”, e depois atravessaram o rio ao longo da praia, isto paralelamente à praia, no trecho “R Q” (grafico n.º 2), e foram coloca-la a dois tiros de besta do rio, ou seja, aproximadamente em “x”.

Somente falta agora para um completo exame da questão, examianr o justo sentido da expressão “ao longo da praia” e o alcance do tiro de besta.

AO LONGO

Primeiramente supuzemos ser “ao longo da praia” uma expressão elitica que desse a seguinte interpretação à passagem de Caminha: “passamos o rio no trecho em que ele corre ao longo da praia”, porem, do estudo detalhado da situação e dos textos dos roteiros, chegamos à conclusão de que Caminha assevera que o rio foi cruzado entre “R” e “Q” e em direção paralela à praia.

Esta interpretação conjuga-se perfeitamente ao itinerario feito pelos homens ao transportarem a cruz de “y”, do outro lado do rio, para “x”, passando por “z”, e vamos vêr que os textos vêm em auxilio de nosso ponto de vista.

DE LONGO, AO LONGO. (Colhemos em Bluteau).

Ao longo do mar. "Secudum mare". — Ao longo da praya. "Secundum \$litus". Plaut.

Os que vivem ao longo do mar roxa. "Rubri maris accolae" Quint. Curt. Ao longo deste rio há grandes arvores plantadas ao cordel em fileiras.

Andar ao longo do mar. "Secundum mare ire, ou itere facere" Cic. Navegar ao longo da praya. "Radere littus" Virgil.

Voar baixo de longa da terra. "Volando terram".

OS TEXTO

Recorramos aos quinhentistas, principiando pelo ESMERALDO de SITU ORBIS, edição comemorativa da descoberta da America.

...; "Por que huns desiam que nom curassem de descobrir AO LONGOGO DA COSTA do mar & que melhor seria irem pollo pegue hatrauessando ho golfam atee topar em alguma terra da India".... Op. Cit. pg. 86.

...." & asy se fez por que se este descobrimento se seguio AO LONGO DA COSTA do mar".... Ibidem, pg.87."daly por diante saee huma lombada alta AO LONGO do mar da qual lombada..." Ibidem pg. 89.

...."E toda esta costa ha suja AO LONGO da Ribeira (costa) de muita pedra"... Ibidem pg. 89.

...."a qual tem da parte do norte hum grande medom legoa a ree do porto de Çomol, ao longo do mar, vai a terra, ra;..." Ibidem pg. 94.

Na linguagem do Esmeraldo, AO LONGO da praia quer dizer — acompanhando a praia, — paralelamente à praia, — com o mesmo rumo da praia, etc.

Vejamos agora como João de Lisbôa, no seu \$\$\$ Tratado de Marinharia aplica essa expressão.

...."Veras húa terra grosa a maneira de lombada e tê ê cima de sy hu monte que parece atalaya a lōgo do mar e esta terra toda arrecife",... Op. Cit. pg. 128.

...."hua terra preta ao lomgo do mar e he tudo praia"... Ibidem pg. 130.

...."Sabe que este Rio da lagoa tê estes synaes / por cima faz huum aruoredado grande alto e rallo que parece pinheiros se fores ao lomgo da terra llogo veras alldeya e faz huua grande aberta"... Ibidem pg. 139.

Navegar ao longo da terra, é o mesmo que navegar acompanhando a costa, paralelamente à costa. Empregamos

aqui "paralelamente" no sentido figurado de "acompanhar ao par".

Um monte que parece atalaia ao longo do mar, é um monte litoraneo, lançado ao correr da praia ou costeando o mar.

Vôar de longo da terra equivale a vôar acompanhando terra.

No roetiro de Gôa a Suez, de D. João de Castro, edição referida, encontramos outras citações que confirmam o nosso ponto de vista.

.... "é; a terra da ilha, que por esta banda vai ao longo da ribeira (costa); he huum forte rochedo, e penedia, e logo por detras, huua terra queimada, esteril, sem genero algum da-ruoredo". Op. Cit. pg. 36.

"A terra, ao longo do mar, hia em outeirinhos, muito semelhantes a montes de trigo;... Ibidem pg. 45.

Mas a passagem que melhor faz resaltar o sentido da expressão em analyse, é a que encontramos na "DESCRIPÇAM da COSTA, \$\$\$\$\$ que se contem do porto de IGIDID até ÇOMOL".

"Quanto é a descrição da terra, que vae sobre a costa, auemos de saber, que tanto auante como Igidid, até mea legoa a ree do porto de Çomol, ao longo do mar, vai a terra, toda em montes pequenos e muito juntos"... Op, Cit. pg 151.

O autor descreve o interior da região costeira entre \$\$\$ Igidid e Çomol, onde, ao longo do mar, ou acompanhando o mar, ha uma fileira de montes pequenos e muitos juntos.

Para terminar, vamos ao Livro de Marinharia de Bernardo Fernandes. (Publicação do Ministério das Colônias). "a 10 léguas tendes a Baía da Lagoa e se entrardes nela passareis ao longo da ponta de Oeste um bom tiro de pedra de mão"... Op. Cit. pg. 66.

"Quiloa tem dentro no sertão, sôbre si, uma serra muito alta e a terra ao longo do mar muito baixa". Op. Cit. pg. 75.

"E terás tento na navegação que fizeres, porque as águas correm com os poentes ao longo de costa para o India". Ibidem, pg. 86.

Cremos estar bastante esclarecido, que atravessar ou passar um rio ao longo da praia, não quer dizer que somente se o possa fazer vadeando-o na fôz, por cima da praia; tambem pode atravessar-se um rio ao longo da praia, SE EM ALGUM TRECHO DE SEU CURSO, como no caso do MU-

TARÍ, SE O PODE FAZER NUM SENTIDO PARALELO À PRAIA? acompanhando a praia e é isto que se deduz da análise dos textos quinhentistas.

A passagem do Mutarí ao longo da praia, poderia destarte ser feita, tanto na embocadura, segundo o sr. Cortezão, como no trecho em que esse rio corre em demanda da costa, na direção normal ao litoral, como no ponto "Z", assinalado no grafico n.º 2, porem no primeiro caso Caminha diria "passamos o rio por sobre a praia", o que seria mais de acordo com a minucia descritiva do missivista.

Das duas possibilidades, tomaremos a segunda, pelas razões seguintes:

1.^a — A cruz foi feita na mata do curso da Mutarí antes de restinga.

2.^a — Dando o rio passagem com agua pela braga, poderia ter sido atravessado em qualquer ponto, não havendo necessidade de irem com a cruz até a fóz que fica distante, atravessando um terreno incomodo de palmilhar, e isso para depois voltar pela restinga até em frente ao ponto de partida.

O TIRO DA BESTA

Para bem apreciar-se até onde será possível levar a precisão na locação do ponto em que foi levantada à 1.^a cruz, necessario se torna o estudo de outro elemento ou dado do problema que é o alcance do tiro da besta.

Havia o tiro de besta, o tiro de besta pequeno e o tiro de besta grande.

Refere D. João de Castro no Roteiro já citado: ... "de maneira que o alto he a pique da cidade, e huum tiro de besta per todallas bandas em redondo"..... Op. Cit. pg. 99.

....., desta banda della até huum tiro de besta grande"... Ibidem pg. 99.

... "ahi he a boca, e Canal, ho qual terá de largo huum tiro de besta pequeno". Ibidem, pg. 233.

Por aqui já encontramos a imprecisão de certos autores que dão o alcance da besta de modo geral, sem especificar se se trata de besta pequena, média ou grande.

Na nossa comunicação ao Sr. Presidente da Comissão, davamos o nosso ponto de vista sobre o alcance da besta, baseado em Martinez de Espinar "Arte de Ballesteria" e Larousse, concluindo por 135 metros.

Isto, porem, é o alcance eficaz maximo que se poderia obter com as **béostas de garrucha**, de tiro mais certo e de maior alcance do **as de pelouro**.

"As **béostas de pelouro** tinham canno e disparavam balas de chumbo ou de pedra (pelouros), parecem ter sido armas do ultimo periodo da **béosta**". (Armario. Biblioteca do povo e das Escolas).

Havia ainda **BÉOSTAS** de polé: **béostas de torno** e **béostas de bodoque**". As **béostas** disparavam settas que se chamavam **quadrelas**, **virotos** e **virotões**". Ibidem.

Podemos agora apreciar o ponto de vista balistico, que vae mostrar ainda mais claramente o quanto de imprecisão existe nesse dado do problema.

Para uma dada arma e um mesmo angulo de tiro, o alcance depende principalmente da velocidade inicial do projétil e de seu coeficiente balistico.

A velocidade inicial somente seria constante para uma **béosta** determinada; bastaria mudar a natureza do arco, (madeira, chifre ou aço) para ter-se outras velocidades, e isso supondo que o projétil lançado fosse o mesmo ou outro perfeitamente igual em forma e peso especifico.

O coeficiente balistico depende da relação entre o peso especifico e a seção transversal da projétil.

Como se vê a questão não é tão prosaica como a primeira vista parece, porem estas considerações já bastam para prever um tiro de maior alcance para uma **quadrela** e um menor para um **pelouro de pedra**.

Se, porém, a **quadrela** fôr disparada por uma **béosta de garrucha** com arco de aço e o **pelouro**, com uma **béosta de arco de madeira**, pode-se com segurança afirmar que esta terá um alcance cerca de um terço do da outra.

Dando para a **béosta de garrucha** atirando **quadrelas** um alcance de 135 metros, segundo Martinez de Espinar e Larousse, teriamos para uma **béosta de pelouro** com marco de madeira, um alcance aproximado de 45 metros. Estas **béostas** ainda eram usadas no seculo XVI.

O Major Salvador Pires tomou este ultimo valôr (45 m), certamente por outras razões que não a simples adivinhação, e como vimos adotou um minimo, talvez por ter examinado somente a hipotese desta ultima **béosta**, e por isso o seu ponto de vista não pode ser considerado errado, como pretende o Sr. Jaime Cortesão.

O que existe de fato é uma indeterminação na estimativa do alcance, que varia de 45 a 135 metros, que para o

caso de dois tiros abrange um intervalo provavel de 180 metros, onde poder-se-ia colocar o ponto tomando qualquer tipo de bésta.

Se tivéssemos o ponto certo onde o rio foi atravessado por esse ponto tiraríamos uma paralela à costa e sobre ela marcaríamos dois pontos a 90 a 270 metros do rio, então sobre essa linha, a 180 metros do rio teríamos uma posição media aceitavel, assinalada com "X" no grafico n.º 2. Como porem não temos o ponto certo onde o rio foi cruzado, chegamos à evidencia de que a cruz poderia ter sido chantada em qualquer lugar dentro do retangulo MNOP.

Essa faixa de probabilidade pode ser reduzida tendo-se em vista que a cruz foi levantada em lugar onde fosse bem vista do largo, o que equivale a escolher, para acertar melhor, um ponto de cota mais alta.

Quando for feita a locação do futuro monumento, esse ponto pode ser devidamente assentado; basta escolher dentro do retangulo MNOP a cota mais alta e o local assim determinado será o mais provavel.

Dizemos o mais provavel, porque não se trata de uma locação precisa, geometrica do ponto no terreno, porem de uma solução aproximada, fruto de dados imprecisos. Não enfrentamos uma questão de Geometria, porem um problema topografico com dados grosseiros que só permitem soluções provaveis.

Toda qualquer solução dogmática, encontrará crítica fácil que a invalide..

Porque discordamos do Sr. Cortezão

- 1.º — Porque o desembarque nas proximidades de "V", na restinga, seria feito "contra o sul" porem não "acima do rio". Somente a região ao Norte da curva do Mutarí, como está assinalada no grafico n.º 1, é que pode ser considerada acima do rio, em lugar precedente ao rio, conforme o espirito da Carta de Caminha.
- 2.º — Porque desembarcando na costa, nas proximidades de "V", grafico n.º 2, não poderiam os marujos ir "direitos" à mata onde estava a cruz encostada numa arvore, de vez que a mata alta mais proxima acha-se nas margens do Rio Jardim. Em "T", não poderia haver mata, dada

a natureza do sólo e subsólo; aquele, areia fina e este calcareo coralino apresentando por vezes afloramentos de arenito, e mesmo que aí houvesse mata, teriam que atravessar o rio na ida, o que Caminha não refere.

- 3.º — Não ha duvida, que atravessando o rio em "U", na sua foz, — como o trajéto assinalado no grafico n.º 2 indica, se o teria cruzado ao longo da praia, porem neste caso Caminha teria dito "passamolo rrio pola praya", o que seria mais preciso.
- 4.º — Localizada a cruz, como indica o Sr. Cortezão, não ha como afirmar que fique ela a dois tiros de bésta do rio, porque a restinga em sua parte mais larga tem cente e poucos metros, o que não se acomoda com o alcance do tiro de bésta adotado por ele que é de 140 a 150 metros. Para contornar a dificuldade o Sr. Cortezão tomou a distancia de dois tiros de bésta a contar da fóz do rio, o que redundo em encaixar a solução a martelo.
- 5.º — Se o páu para a cruz fosse cortado em "T", grafico n.º 2, teriam atravessado o rio nesse mesmo ponto, visto a agua dar pela braga, e com muito menos trabalho a elevariam em "H", grafico n.º 1, porem não teriam cruzado o rio ao longo da praia.

Porque não concordamos que Cabral e seus homens, houvessem desembarcados no trecho "C D" da praia para — escolherem o local da cruz.

- 1.º — Conquanto um desembarque no trecho "C D", grafico n.º 1, fosse efetuado "contra o sul", não o teria sido "acima do rio", como sobejamente demonstramos.
- 2.º — Com um desembarque em "K", grafico n.º 1, os marujos de Cabral poderiam ter sido direitos" a cruz que estivesse na mata do rio Jardim, em "L" e poderiam ter atravessado esse rio "ao longe da praia" em "M", grafico n.º 1, para elevar a cruz em "N", porem existem passagens de Caminha que excluem o rio Jardim da questão, e que são justamente as que descrevem as atividades em terra nos dias 28, 29 e 30.

Voltemos à carta de Caminha.

“aaterça feira depois decomer fomos ê trra dar guarda delenha e lauar rroupa”..... “Em quanto faziamos alenha, faziam dous carpenteiros huum grande cruz dhuum pao que se otem pera jssso cortou”. (dia 28).

É lógico que a lenha fosse cortada na mata do Mutarí, porque era a mais proxima e para traze-la para bordo não seria necessario transporta-la nas costas CRUZANDO O RIO, e como páu para a cruz, segundo Caminha foi tirado na mesma mata, emquanto cortavam lenha, é claro que a cruz foi feita nesse mesmo local.

No dia 29. — “foy ocapitã com alguus denos huu pedaço per este aruoredó ataa huu rribeira grande e de muita agoa que anose parecer era esta mesma que vem teer aa praya em que nos tomamos agóa”.

Esta ribeira grande QUE VEM TER A PRAIA é o próprio Mutarí, mesmo porque o Rio Jardim é um afluente e como tal VEM TER AO MUTARÍ E NÃO A PRAIA.

A ribeira de muita agua doce, com matas nas duas margens, onde podia ir ter diretamente é portanto o Mutarí e não o Jardim.

Os trabalhos do MAJOR SALVADOR PIRES

A primeira parte do trabalho do Major Salvador Pires, a que estuda a questão da primitiva e da atual Porto Seguro, está fóra de opreciação porque ha inteira concordancia no seu ponto de vista como já nos referimos, vamos somente analisar o problema de localização do ponto em que foi levantada a cruz.

Varias razões levaram o Major Salvador Pires a escolha do — ponto/ a 90 m do Mutarí e a 100 m da praia, ponto que atualmente deve encontrar-se entre “O e P”, porque durante os 45 anos que medeiam entre as pesquisas do Major Salvador Pires e esta data, a praía deve ter avançado para o mar e a restinga aumentado de largura, de vez que naquele tempo tinha ela a largura media de 25 metros, e hoje 25 metros corresponde à largura minima, excedendo em certos pontos a cem metros.

Diz o Major Salvador

- 1.º — “O ribeirão mutará que não é mais ancho que um jogo de manguás, pois tem em media 4,80 m de largura e que corre paralelamente ao mar ou que anda ao carão da praia 719 metros é o referido por Caminha”.
- 2.º — “A distancia que o separa do mar sendo, em media, de 25 metros e a ribeira constituida por comoros de areia, não foi necessariamente ahi que plantou Cabral a primeira cruz, Além de que falta uma das condições descritas, — a distancia que medeia da cruz ao rio “que será obra de dois tiros de bésta”
- 3.º — “Subindo o rio desde a sua fóz na distancia de 719 metros que elle corre ao carão da praia muda rapidamente a orientação junto de um pequeno morro coberto, hoje, de palmeiras ficando perfeitamente visível do mar do qual dista cento e poucos metros. Da parte plana da pequena elevação ao rio distará “obra de dois tiros de bésta” (45 a 50 metros)”.

Esta elevação está acima do nível do mar onze metros rodeada de jussaras e mussandós e estende-se para oeste acompanhando o rio na distancia de mais de um quilometro”.

(Bahia Cabralia e Vera Cruz. Major Salvador Pires de Carvalho é Aragão).

Como vemos, o Major Salvador Pires tomou o minimo alcance de bésta, 45 a 50 metros, e a isso foi levado pela condição de ser o ponto bem visível do lado do mar, e assim ficou na periferia do retangulo de probabilidade “M N O P”.

Não foi um erro do Major Salvador Pires, como afirma o Sr. Jaime Cortezão, nem tão, pouco fantasia como asseveraram outros, por não existir atualmente na região “O P” um morro com onze metros de cota.

A expressão morro, deve ser tomada como COMORO, como duna velha porque aí tudo é areia. Naquela época, ha 45 anos, o comoro estava rodeado de jussaras e mussandós que o protegiam contra a DEFLAÇÃO eolica, que depois da derrubada, foi exercendo a sua ação de transporte e abai-

xando a cota. Nada disso é extraordinário para quem sabe dar o justo valor a cota de um comoro a cem metros do mar.

Como esta questão entrou em grande controversia, escapando já do ponto de vista individual, e atendendo a que somos o Representante do Ministério da Guerra na comissão nomeada pelo Exmo. Sr. Presidente da Republica, resolvemos trazer o resultado das nossas pesquisas à consideração do INSTITUTO de GEOGRAFIA e HISTORIA MILITAR DO BRASIL, para que finalmente possa ser dita a ultima palavra sobre o assunto.

—:O:—

DISCURSO DE RECEPÇÃO AO CEL. FELICIO LIMA

pelo Cap. Dr. Carlos Sudá de Andrade

Abrem-se, de par em par, as portas do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, para receber festivamente, por entre as palmas da sua alegria, o seu novo titular, Cel. José Felício Monteiro Lima.

E a mim, coube a honrosa e grata incumbência de saudá-lo, dando-lhe as boas vindas em nome dêste Instituto, já uma vetusta tradição de cultura do Exército brasileiro.

A vida das academias é uma festa perene da inteligência e da emoção, tanto se confundem, no culto das artes, das letras e das ciências, aqueles que se irmanaram pelo ideal comum.

Esta solenidade é, pois, uma radiosa festa ática do espírito e do coração, recepcionando, com as matinas do seu alvoroço e da sua alegria, o companheiro solitário que andou, pelas estradas da vida, às mãos cheias, semeando os labores do seu espírito e as rosas perfumadas da sua clara inteligência.

Hoje, está entre nós, afinal, o peregrino infatigável, de ha muito, chamado pela voz instintiva do nosso coração, e de ha muito, esperado no nosso convívio fraterno.

O culto das letras históricas foi o leame comum que nos uniu e nêsse culto, êsse sagrado amor às cousas, aos homens, às tradições e ao porvir da nossa terra, tão grande quanto a sua singular civilização.

Porque, singular?

O Brasil é a herança histórica do jesuita e do bandeirante.

Um e outro plasmavam, pelos milagres da fé e da energia criadora e vitoriosa, o homem brasileiro, no seu clima moral, físico e psicológico propício.

Na selva americana, levando aos altiplanos centrais os bastiões das nossas fronteiras, tanto o bandeirante quanto o jesuita fôram moldando, paulatinamente, uma feição própria, personalíssima, do homem brasileiro, afeito ao arrôjo das iniciativas dramáticas, às vicissitudes do meio, porque

o conduziam a disciplina e o ardor de um sentimento religioso que não morre nunca; antes renasce sempre, nas horas da provação, do sacrifício e da desventura.

A cruz e a espada criaram, pois, o Brasil.

Completaram-se no seu destino predestinado e nos legaram êste espetáculo de unidade moral e geográfica que constitue, hoje, o nosso orgulho: — a nossa Pátria!

Assim é o nosso berço!

Natural que o homem brasileiro, psíquicamente seja sadio, com uma consciêncio intransigente de liberdade, de disciplina e de energia criadora, nunca desmentida.

A aventura bandeirante deu-lhe um domínio de posse, de superioridade, de altivez, de bravura, de galhardia e de fôrça. Mas, junto do bandeirante, o jesuita disciplinava-lhe os ímpetos e lhe corrigia os excessos, em nome da fé, impondo-lhe uma moralidade, uma austeridade, uma superioridade espiritual que marcaram, para sempre, a sua consciência, com os ditames das regras cristãs.

Audaz e livre, mas temeroso de Deus, assim se fez o homem do qual herdamos essas virtudes cardeais que constituem o nosso carater coletivo.

A aventura do grupo social brasileiro, na sua marcha evolutiva, é sempre, a história dessa herança feiticeira que o conduz, na verdade, para os mais altos destinos.

Nem a cruz nem a espada lateralisaram, entretanto, o seu carater. Antes, constituíram um binomio de fôrça, de equilíbrio, do qual surgiram, como o genio da arça, esse insofrido desejo de viver, essa tenacidade, essa consciência de si mesmo refletidas nas realizações maravilhosas do povo brasileiro.

E mercê delas, o homem se fez tão grande quanto a terra que habita; grande pela sua inteligência, o seu trabalho, as suas virtudes, a sua história, e pelas afirmativas do seu espírito criador e de dignidade humana, nunca desmentidas, na rotina da paz ou na moldura rubra da guerra!

Uma civilização singular, sob o trópico, resolvendo, desde as suas origens, pelas mais estranhas miscigenisações étnicas e sociais, todos os problemas básicos da nacionalidade, que nasceu, assim, quasi de improviso, como uma flô morena, do beijo livre e ardente de três raças que se encontraram, sob o Cruzeiro do Sul, numa encruzilhada do Destino!

Senhores!

A história não é uma arte, nem uma ciência; antes seria uma filosofia na qual o homem avisado vai buscar o estendal do exemplo.

Porque não é uma arte, não ha cânones de ética e de estética na vida dos povos. Porque não é ciência, falham sempre, os azedores de teorias e de sistemas, os fascinantes construtores de princípios históricos que não se repetem nunca, como nas leis da matemática...

Crónica dos anceios do homem, nessa aloucada voragem dos instintos que é tôda a sua vida, a História é uma longa e dolorosa saga do espírito e do coração da humanidade.

Não ha porque interpretá-la ou reduzí-la a teoremas frios de metodologia!

Sentí-la, como si sente a carne palpitante; como se sente a fragância da flôr sem lhe ver as nervuras das pétalas e sentí-la como se sente os fluídos do espírito, é a tarefa daqueles que a estudam e a vivem, mil anos atraz, pelo poder milagroso da inteligência. E porque a sentem, a reproduzem no colorido das vizões, um tanto, é certo, deformadas pela fantasia e pela lenda !

Mas êsses privilegiados garimpeiros da História, de segredos adormecidos, de sonhos desfeitos, de glórias mortas, de martírios esquecidos, não são nem um poeta, nem um sábio; serão sempre um filósofo, quasi um monge, às vezes, um santo, tanto êles compreendem que devem entrar de alma genuflexa na grande seára de Deus que é o Passado.

E' por isso que os historiadores são homens austéros e os seus sodalícios, verdadeiros tabernáculos onde a cultura e a virtude andam juntas como irmãs gêmeas e inseparáveis? !... Casualidade! Determinismo!...

O novo titular dêste Instituto tem estas duas graças eleitas.

Sua vida de soldado é exemplar. Sua conduta de cidadão, um espêlho de atitudes sem jaça. Ainda, aluno da Escola Militar, se revela o carater adamantino que é o traço marcante da sua personalidade. Um fáto o ilustra. Acha-se, certo disso em 1901, no serviço de Estado-Maior, na Escola Militar do Realengo, um oficial aluno, alferes de Cavalaria cujo nome eu omito.

Não era bemquisto pelos seus colegas praças de prét, pela maneira pouco delicada com que os tratava quando exercia aquelas funções.

Na parada regimental, estende em linha a 1.^a Cia. na formação de descansar. Dirige-se ao cadete Joaquim José de Andrade Filho e o adverte em termos desabridos. Com o desassombro que lhe conhecêra sempre e do qual sempre me ufanarei, do cadete Andrade (meu saudoso e querido Pai) repele a grosseira reprimenda.

Nêste momento, chega o capitão Superior de dia que, reconhecendo o arbítrio do alferes, assume o comando da fôrça, dando assim por encerrado o incidente.

Após a parada, quando os alunos estavam formados em frente aos seus respectivos alojamentos, aproxima-se o alferes e se dirige ao cadete Andrade, de modo agressivo.

Êste defendendo-se, toma-lhe a espada desembainhada e a quebra. Trava-se uma terrível luta corporal.

Alguns oficiais correm a socorrer o Alferes, subjugado, impotente. A Cia., vendo o cadete já quasi cercado por um numeroso grupo de oficiais, revolta-se. Tumulto! Confusão! O cadete José Felício Monteiro Lima que não comparecera à parada, por motivo justificado, e não presenciara ao conflito, no inquérito instalado depois, se declara inteiramente solidário aos seus colegas e camaradas.

Como êles, fora também desligado, contra a vontade do Comandante da Escola que procurava, por todos os meios, demovê-lo da sua digna e rara atitude, pois se achava no ultimo ano e ja com os graus necessários para ingressar na Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha.

Mas o cadete Felício considerara o caso uma questão de honra, acompanhando, na desventura, o seu dileto amigo, cadete Joaquim José, e demais companheiros, vítimas, sem dúvida, de uma cruel armadilha do destino!

Sempre igual a si mesmo, Felício Monteiro Lima chega ao coronelato, fazendo da sua vida militar, um livro aberto onde não ha uma macula, um deslize, um gesto, uma palavra que desdoirem aquela candente diretriz de honra do cadete do Realengo!

Mas não são sòmente as virtudes de soldado e de cidadão que exaltam a sua personalidade de sertanejo do Ceará, — filho daquelas terras feridas pelo Sol, sob cuja luz dardejante se abrem em súplica, nos longos estios, como braços extranhos, medonhos, as galhadas cinzentas das arvores desfolhadas!

Daquelas terras queridas e sofredoras que, também, são minhas e para cuja existência intemerata, a velha fraze de Anthonyl no seu precioso livro "Cultura e opulência do Brasil", de 1711; fraze recentemente reproduzida por Churchill, constitue, na verdade, uma síntese candente e verdadeira: — sangue, suor e lágrimas!

Felício Lima é, também, aquele investigador da História, aquele monge dos santuários do Passado, que enriquece, já agora, com as suas pesquisas, os seus estudos de sociologia,

de crítica, de cronologia, de brasilidade sábia, os foros de cultura do nosso Instituto.

E', ainda, o articulista vibrante e sincero, sempre perdulário do seu talento e da sua bondade, nessas pequeninas hóstias do espírito que são as crônicas diárias do jornal. Succede, nesta Casa, a Luiz Lobo, na cadeira patrocinada pelo General Andréa, — Barão de caçapava.

E a Luiz Lobo, succede, igualmente, no posto de 1.º secretário e naquêlê fervoroso desvêlo, naquêla unção com que tratava, sempre, da História Pátria.

Compreende e sente, como Luiz Lobo, que não fôram Socrates, Aristoteles e Praxitelles que estabeleceram os cânones universais do raciocínio e da beleza. Compreende e sente que o homem, eterno jogral do sentimento e do instinto, vive rezando as ladainhas da dôr, neste drama sem fim que é a História da civilização! Por isso o homem sofreu, amou, criou!

E', dentro de cada homem, nos seus psalmos interiores de mágua e de ventura que germinam e sazonom as idéas, que conduzem a humanidade.

Por isso, estudar o homem entre os homens, tem sido a senha das suas peregrinações históricas, tal como Luiz Lobo que antes de tudo, foi um puro e sincero humanista, cheio daquela brandura, daquela gentileza, daquela simplicidade, sòmente vistas nas almas eleitas.

Um dia, numa Revista Militar de Pôrto Alegre, receberam os seus redatores, oficiais do Exército, um artigo assinado por um modesto e anônimo sargento-ajudante. A ética da época proíbia, terminantemente que praças de prèt colaborassem de qualquer modo, no círculo dos oficiais. Mas o artigo do sargento era notável.

Falava da Cisplastina, investigando aquela renda guerreira das "califórnias" do Sul. Quem ousaria, entretanto, ferir o tabú da ética militar?

O 2.º tenente Felício Monteiro Lima, se apaixonou pela idéia de fazê-lo, empolgado pela inteligência daquele modesto sargento aquem siquer conhecia. E ousadamente procura o Capitão Enéas Pires, redator-chefe, alma da Revista, para demovê-lo do seu propósito, aliás, apenas firmado, por uma questão fechada de praxe.

Tanto foi o calor da sua defeza expontanea que consegue a adesão do capitão Enéas Pires. Houve polêmica, discussão, choque de pontos de vista entre todos os redatores. Afinal, o diretor, Cel. Acácio Leraud decide, ferindo fundo a

ética da época, publicar o artigo do sargento desconhecido que nunca imaginou pudesse o seu trabalho inicial provocar, entre os seus superiores, tão vivos debates. Foi um escândalo, mas também, foi uma revelação!

Sabeis quem era aquele sargento-ajudante?

— Era o futuro general Souza Docca, o nosso presidente, roubado recentemente ao nosso convívio pela Morte inexorável; o grande escritor da Cisplatina; o gentilhomen da pena e da espada, de quem Castro Alves poderia ter dito:

“Nem cora o livro de hobrear co’o sabre
Nem cora o sabre de chamá-lo irmão”.



Dissertação na posse da Cadeira n.º 3

Cel. Felício Lima

Os componentes dêste conceituado Instituto, honraram-me com a minha eleição para a cadeira n.º 34, de que é patrono o eminente Marechal Francisco José de Souza Soares de Andréa e que vinha sendo ocupada, com raro brilho, até há pouco, pelo saudoso confrade Cel. Luiz Lobo.

Assim, apresento ante êste seletto auditório os meus sinceros agradecimentos aos prezados consócios que concorreram para a minha designação, prometendo-lhes tudo fazer no sentido de corresponder à confiança que depositaram em minha humilde pessoa.

Quanto às referências que me vêm de ser feitas pelo ilustre coestadano e dileto amigo Cap. Dr. Carlos de Sudá de Andrade, acredito-as próprias de um lhano coração em que a grandeza de magnânima alma está sempre pronta a atenuar os defeitos do próximo e a enaltecer a conduta daqueles a quem tem em alta conta.

Carlos Sudá, estudioso incansável, rebento de uma família de intelectuais — cujo progenitor foi destemido cadete da tradicional Escola Militar do Ceará e meu grande amigo, Dr. Joaquim José de Andrade, talento de primeira grandeza que deixou exemplos indeléveis de sua probidade, — Sudá, dizia, é um invulgar ornamento da literatura pátria, a quem o estilo colorido, sua bela capacidade descritiva e vasta ilustração asseguram, de certo, um dos primeiros lugares nas letras brasileiras contemporâneas; também na medicina, os seus trabalhos profissionais, sempre a serviço dos necessitados, representam elegante filantropia que muito o recomenda a um futuro tão próspero como risonho.

Senhores! Discorrer sôbre a respeitável figura e a atuação ímpar do primeiro Soares de Andréa em nossa Pátria, ação ímpar de primeiro Soares de Andréa em nossa Pátria,

A sua grandeza, a sua benemerência, é a de ter sido um patriota que viveu para o Brasil, que o amou apaixonadamente, que não teve qualquer ambição, demonstrando por isso uma admirável superioridade moral.

A sua reminiscência faz ascender no espírito juvenil, as esperanças esmeraldinas do porvir, ante as tradições de energia, de amenidade e de lhanesa no trato de um saudoso patriota, em quem se espelham as virtudes da gente simples, a seiva e o fluido suave que conservam a pureza, o seu vigor e as emanações sensíveis de uma alma pura e dedicada ao bem público.

E a sua titude de repressão aos meios ímpios e vergonhosos, justifica-se plenamente porque um bom General deve contar como o seu próprio valor e virtude; jamais com a maldade e perfídia dos que os cercam... Êle tinha em mente que, onde cada um se limita à esfera que lhe é própria, não haverá invasão do campo de atividade de ninguém; daí a genese da liberdade e da confiança mútua...

Foi sempre um forte porque nunca repeliu a mão que o vencido lhe estendia.

Ingressando no Exército Brasileiro, em 1796, foi reconhecido cadete de 1.^a classe. Matriculado na Real Academia de Marinha, completou com distinção o curso de engenharia e navegação, depois de haver tomado parte, ainda como aluno, na campanha de 1801, entre as potências da península Ibérica, a qual resultou na anulação do tratado de São Ildefonso, ficando o Brasil novamente de posse da Colônia de Sacramento e da região dos Sete Povos das Missões.

Com a conclusão de seus estudos, passou ao Arquivo Militar, trabalhando no nivelamento da cidade, no saneamento dos paúes da Quinta da Boa Vista e no reconhecimento da estrada Rio-Rio Preto. Promovido a sargento-mór em 1811, foi dispensado do Arquivo e no ano seguinte encarregado da construção daquela estrada, que tomou o nome de "Comércio"; conservou-se nessa comissão até 1817.

Nêsse ano, como parte do estado-maior do General Luiz do Rêgo Barreto, incorporou-se à expedição que se propunha a pacificar o Nordeste, atingindo, então, ao posto de Tenente-Coronel.

Fracassado o movimento libertador em Pernambuco, — a despeito da proclamação da República na cidade cearense do Crato, pelo diácono José Martiniano de Alencar, pai do estadista e genial romancista de igual nome, — os rebeldes deixaram Recife, rumando para Olinda. Dos membros da Junta Revolucionária dissolvida, foi o primeiro Antônio Carlos, grande batalhador e haste insigne da estirpe dos Andradas, o único que seguira a sorte das fôrças revo-

lucionárias, as quais, desprovidas de recursos bélicos, acabaram por se desagregar.

Acumulou, em 1818, o cargo de secretário do governo legal, tendo ainda a missão de organizar as unidades militares da época, em face de plano aprovado. Assumindo o comando do destacamento de engenheiros, executou vários reconhecimentos militares. Manteve-se nessas funções até 1821, chefiando ainda as obras bélicas e civis da província então sublevada.

Ao regressar à Côrte, assistiu ao célebre General português, Jorge Avilez, revoltar-se contra os acontecimentos de 9 de Janeiro de 1822, que colimaram com o "Fico".

E este brado cívico, foi um grito nacional, porque o herdeiro da corôa brasileira, naquele insigne momento, rompia com o próprio pai, quebrando assim os últimos laços que o prendia a Portugal.

Declarando-se partidário de nossa emancipação política, acompanhou o General Joaquim Xavier Curado ao Q. G. de sua Brigada Militar, na província do Rio de Janeiro, onde permaneceu, incondicionalmente, ao lado da causa brasileira.

A Assembléa Legislativa distinguiu-o, em 1823, com a sua nomeação para membro da comissão de guerra exterior e aí seu exercício prolongou-se até 1826 e se houve com a competência técnica que lhe era peculiar, apresentando importantes trabalhos, como o de adotar a Côrte, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de fortificações, visando a defesa territorial; daí haver alcançado, sucessivamente, os postos de Coronel de Engenheiros e de Brigadeiro do Exército, por serviços relevantes prestados à pátria que adotara.

Chegando ao Rio Grande do Sul, onde fôra servir nas fôrças do comando do Marquês de Barbacena, foi empossado no cargo de Ajudante-General do exército que operava na fronteira contra as pretensões de Rosas o ditador de Buenos Aires.

Ultimada a concentração das tropas brasileiras em Santana do Livramento, teve início a marcha de aproximação, até que a 20 de Fevereiro de 1827, no Passo do Rosário, desenrolou-se a célebre batalha que tomou este nome e também o de Ituzaingô, estando o exército inimigo sob o comando do General argentino D. Carlos Maria de Alvear, que contava com importantes elementos uruguaios do General Lavallejo e do Coronel Manoel Oribe.

A atuação de Soares de Andréa, naquela memorável

batalha, foi de grande envergadura, segundo comprovam as referências feitas nas partes de combates de vários chefes.

A descrição que apresentou, após o término das operações, veio elucidar plenamente a controvérsia que surgira de que o inimigo capturara grande cópia de nosso material de artilharia, quando, em verdade, apenas uma peça, que fôra considerada imprestável, ficara abandonada no campo da luta.

A propósito, é oportuno transcrever aqui um trecho do interessante relatório apresentado pelo Marquês de Barbacena: "...Não posso igualmente deixar de fazer honrosa menção ao Sr. Brigadeiro Soares de Andréa, Ajudante General das fôrças em operações em tão sangrenta batalha, o qual foi de mim inseparável durante a ação e prestou mui grandes serviços".

Com o retôrno de Barbacena à Côrte, em 1828, foi-lhe confiado o comando das fôrças imperiais da praça de Montevideu, até o ano seguinte, em que, pelo respectivo tratado de paz, de 27 de Agosto, foi incorporada ao Uruguai aquela famosa fortaleza.

Ficou no comando da guarnição da fronteira do Rio Grande do Sul, onde projetou o plano de fortificações dessa província e a construção do farol da barra.

Ainda em 1829, deixando aquelas funções, foi nomeado governador e Comandante das Armas de Santa Catarina, cujos cargos assumiu em 30 de Junho, exercendo-os até 1830, pois a 1.º de Abril levou-o ao Pará idêntica missão.

Em consequência dos acontecimentos de 7 de Abril de 1831, em que D. Pedro I foi obrigado a deixar o Brasil, teve denúncia de que um dos partidos de Belém tramava sua deposição. Não obstante, continuou, com energia, em seu elevado cargo, até que por ordem da Regência recolheu-se à Côrte.

Acusado, em 1832, de partidário da restauração de D. Pedro I, pelo fato de ser membro da Sociedade Militar, em oposição àquele golpe de estado, foi muito perseguido e, respondendo a conselho de guerra, por punição a um oficial de Polícia no Pará, foi absolvido em virtude de empolgante auto-defesa.

Renovando-se as injustas denúncias, uma das quais insinuava ser Soares de Andréa um dos supostos chefes do partido restaurador, deportou-o o govêrno, em 1833, para o Rio Grande do Sul, incumbindo-o, contudo, de diversos trabalhos militares, que realizou com alto grau de patriotismo

Sòmente em 1834, com o falecimento do Duque de Bra-

gança, extinto o partido Caramurú, a Regência enviou ao Sul instruções para amenizar a situação de Soares de Andréa. Ali, dirigiu a construção do farol da barra, comissão essa que deixou em 1835, no mês de Março, por determinação do governo imperial, que reputava os seus serviços necessários na Côrte.

A luta civil, conhecida por Guerra dos Cabanos, que explodiu em 1832 em Alagoas, estendendo-se a Pernambuco com o nome pitoresco de "Abrilhada" e depois ao Pará, onde os sediciosos vencedores cometeram crimes hediondos, assassinando Bernardo Lobo dos Santos, presidente da província, Coronel Joaquim José da Silva Santiago, Comandante das Armas, e Capitão de Fragata Jaime Inglis, Chefe da Estação Naval e herói da campanha naval 1827-1828, assumiu, com o seu cortejo de crueldades, aspecto alarmante para o Império.

Daí, a convite feito a Soares de Andréa para operar no restabelecimento da ordem na Amazônia, onde a situação se tornava cada dia mais complicada.

Pacificação do Pará

O rompimento entre os chefes sediciosos Francisco Pedro Vinagre e Felix Antônio Clemente Malcher, agravou o caso paraense.

Nessa altura, foram envolvidos vários oficiais da nossa Armada, entre êles os irmãos José Eduardo e João Maria Wandenkolk, então primeiros tenentes, que, no auge do partidatismo, bombardearam a cidade de Belém, com o objetivo de manter Clemente Malcher no posto de presidente, um usurpador e delinquente vulgar.

Esse ato permitiu ao então primeiro tenente Oliveira Figueiredo exclamar: "Que espetáculo triste e revoltante era ver uns poucos navios de guerra brasileiros despejarem sem piedade, sôbre uma cidade também brasileira, suas artilharias, por ordem e com o fim de sustentar na presidência um criminoso, chefe dos sediciosos assassinos de 7 de Janeiro de 1832!"

A Regência enviou, nêsse interim, em socôrro dos paraenses, fôrças das províncias do Ceará e do Maranhão que, incorporadas às de Pernambuco, ficaram sob o comando do Tenente-Coronel João José de Souza.

Tais destacamentos, embora agindo em combinação com a esquadilha comandada pelo Capitão de Fragata Bar-

tolomeu Hayden, não debelaram a insurreição, havendo apenas alcançado êxitos isolados.

Impressionada, ainda, a Regência com os acontecimentos revolucionários desenrolados no Rio Grande do Sul, procurou um General capaz de resolver uma situação que vinha desacreditando o governo imperial.

Assim é que, em Novembro de 1835, foi escolhido o Brigadeiro Soares de Andréa para os cargos de Presidente e Comandante das Armas da província paraense..

Após os preparativos indispensáveis à expedição, partiu 2 de Janeiro de 1836, recebendo outros elementos militares na Bahia, passando ao seu comando geral a força naval do Capitão de Fragata Frederico Mariath, tendo como auxiliares diretos os bravos tenentes João Marques de Souza, mais tarde Marquês de Tamandaré, e Francisco Manoel Barroso da Silva, o herói do Riachuelo e depois Barão do Amazonas.

Chegando a expedição a Tatuoca, em 19 de Abril, assume Soares Andréa as suas novas funções, estabelecendo seu Q. G. naquela memorável ilha.

As primeiras escaramuças, os legalistas obtiveram reais êxitos e os rebeldes verificaram a impossibilidade de enfrentar as forças expedicionárias. Enviaram, pois, uma delegação de paz, sob a chefia do cearense Eduardo Nogueira Angelim, cuja proposta, entre outras condições, estipulava: "...que publicasse Soares de Andréa uma anistia geral dando liberdade a todos os presos e lançando um veu sobre os males passados; que prestasse alguma garantia que assegurasse não ser ofendida pessoa alguma comprometida na revolta..."

Retrucou o Brigadeiro que só entraria em entendimentos, se constasse das condições de paz o propósito de rendição incondicional, caso em que agiria junto à Regência, no sentido de pacificar a grande província setentrional, obtendo concessões que não viessem ferir o princípio de autoridade do Império e nem a dignidade dos insurretos.

Com a tomada de Vizeu, em 25, pelo 1.º Tenente Luiz Salvino, comandante da canhoneira "D. Francisca", e de Igarapé-Mirim, em 29 no mês de Abril, pelo 1.º Tenente Francisco Manoel Barroso, mais os rebeldes se enfraqueceram, ocasionando segunda tentativa de paz, realizada a 1.º de Maio, a bordo da corveta "Defensora."

Dessa vez, Angelim, solicitava a suspensão das hostilidades até que a Regência resolvesse sobre o pedido que naquela data lhe dirigia.

Soares de Andréa concordou, mas mediante a seguinte condição: "Escolham uma posição em que possam esperar a resposta de sua súplica, sem que ela seja tal que possa ser base de novas tentativas. Então, eu tomo a responsabilidade e respeitarei essa posição, enquanto não vier a resposta. E não prometo mais nada."

Percebendo o General em chefe que os rebeldes procuravam retardar o acôrdo firmado a bordo da "Defensora", dando lugar a que a 5 uma fôrça que subira o rio Guamá travasse combate com os mesmos, entrincheirados no engenho "Pernambuco", determinou a reabertura das hostilidades, forçando a passagem, a 7, do engenho em aprêço, com três escunas sob o comando do 1.º Tenente Francisco de Paula Osório. Nesse mesmo dia de Maio, enquanto um corpo de voluntários, à luz do dia, desembarcava e tomava o engenho "Bom Intento", o 1.º Tenente Barroso, durante a noite, apoderava-se de uma gambarra inimiga, armada de artilharia, nas proximidades de Belém.

Com tais derrotas, os revoltosos pediram a mediação do Bispo de Belém, D. Romualdo de Souza Coelho, tendo êsse eminente prelado feito o seguinte apêlo:

"Reunindo-se hoje o povo no palácio do govêrno, me pediu com muita instância por uma deputação houvesse de rogar a V. Ex. se digne de anuir a tôdas as proposições que se lhe tem feito, na certeza de que, recusando-se V. Ex. a esta acomodação pacífica, passarão a incendiar e destruir a capital, como fez a legalidade em Igarapé-Mirim, o que êles têm sentido vivamente. Espero, pois, que V. Ex., compadecendo-se do estado deplorável em que me acho, não tendo mais do que a pele colocada aos ossos, e sobretudo pelo interêsse da humanidade oprimida, que deve tocar o piedoso coração de V. Ex., tudo fique em bôa ordem, mediante a prudência e sabedoria que caracterizam a V. Ex.

Conforme se vê, o próprio prelado declarou que Soares de Andréa sempre agia "mediante a prudência e sabedoria" e, quem assim procede, não poderia receber uma proposta de paz que redundara numa ameaça injustificável!

Então, coerente com as decisões tomadas e cumprindo ordens da Côrte, respondeu que não lhe assistia o poder de fazer outras concessões antes da rendição incondicional.

Como essa resposta não agradasse, o chefe revolucionário, arditosamente, removeu o seu acampamento, sob a bandeira inglesa, o que motivou a seguinte proclamação de Soares de Andréa: "... Ser repugnante esta idéia, pois brasileiros não necessitavam da misericórdia de bandeiras es-

trangeiras, e êle, posto que nascido na Europa, era descendente de brasileiros e vivendo no Brasil desde criança só conhecia a soberania dêste país, que amava extremadamente e pelo qual faria todos os sacrifícios.”

Que bela lição de civismo !

Com tal atitude dos revolucionários, não querendo o preclaro Brigadeiro mais procrastinar, resolveu efetivar o sítio da Capital. Angelim, abandonando-a, publicou um boletim insidioso, não sem ocultar aos paraenses as legítimas causas da rendição, em prol da harmonia dos brasileiros.

À vista de tão extemporâneo gesto, o comandante em chefe ordenou a ocupação da cidade, ao alvorecer de 13 de Maio, pelo Capitão de Fragata Mariath, cujas forças navais, operavam em conjunto com a coluna do Ten. Cel. Joaquim José Luiz de Souza, o célebre vencedor dos Cabanos em Pernambuco, tendo antes o Capitão-Tenente Petra de Bittencourt se apoderado da bateria de Pedreira, no rio Guamá, sob a direção do próprio Eduardo Angelim.

Concomitantemente, chega a nova da tomada do engenho “Taperuçú”, sôbre o rio Capim, pelos comandados do 1.º Tenente Paula Osório.

Soares de Andréa entra vitorioso na Capital, vencida à custa de firmeza e fino tato, entregando-se, daí por diante, aos incessantes trabalhos de pacificação da grande região amazônica.

Os sediciosos, perdido o prestígio e escassos os recursos, debandaram pelo sertão, sendo capturado grande número dêles.

Assim, graças à atuação patriótica do ilustre comandante em chefe, foi abatida a fúria dos rebeldes, mais tarde aniquilados completamente, uns pelos contingentes da polícia local, e outros aprisionados, entre êles constando principal chefe, Nogueira Angelim, que, com muitos dos seus companheiros, cumpriu sentença judiciária no presídio de “Fernando de Noronha.”

Harmonizado o Pará, voltou a ordem àquela fabulosa região, obra filantrópica, em grande parte devida a Soares de Andréa, que implantou a paz social e a tranquilidade na família paraense, na mais perfeita reciprocidade de direitos e deveres, tornando-se, assim, credor da mais merecida gratidão.

Os relevantes serviços que prestou, numa quadra periclitante para o Brasil, foram reconhecidos pelo Imperador, que o promoveu a Marechal de Campo, e pela província que pacificou, que o elegeu deputado; tomou assento à As-

sembléia Geral Legislativa a 6 de Junho de 1839.

Acusado pelos seus pares, em memorável sessão daquelle Assembléia, por supostos abusos de autoridade praticados contra os revoltosos do Pará, provou exuberantemente a má fé com que agiram os chefes rebeldes, justificando, plenamente, a necessidade imperiosa de, algumas vezes, empregar métodos rigorosos, mas sempre e tão sòmente em benefício da boa marcha das operações militares.

Restauração de Santa Catarina

No Rio Grande do Sul, a revolução farroupilha tomava um caráter assustador para a Monarquia Bragantina. E' que, urgindo aos revolucionários comunicar-se com o exterior e não podendo assenhorear-se da Lagoa dos Patos por estarem em poder dos imperiais os setores estratégicos, — cidade do Rio Grande e vila São José do Norte, — voltaram as vistas para Laguna, em Santa Catarina.

Daí a resolução de Bento Manoel Ribeiro de organizar no Viamão, próximo de Pôrto Alegre, uma coluna que, sob o comando de David Canabarro, agindo de pleno acôrdo com elementos navais do bravo José Garibaldi, occuparia aquêlê pôrto.

Assim é que, a 23 de Julho de 1839, Canabarro e Garibaldi apossavam-se de Laguna, que, com a denominação de Cidade "Juliana", ficou sendo a capital da efêmera república catarinense.

Essa conquista impressionou de tal maneira a Regência, que a levou a convidar Soares de Andréa para atuar na zona invadida, na qualidade de Comandante das Armas e com poderes para governá-la.

Por isso, deixando a Assembléia Legislativa, partiu, com a urgência requerida, para o teatro de operações, levando consigo uma esquadilha naval sob o comando do já Capitão de Mar e Guerra, Frederico Mariath, seu digno auxiliar na campanha paraense.

Alí chegando, tratou de organizar as fôrças do seu comando, com um destacamento às ordens do Tenente-Coronel José Fernandes dos Santos Pereira, incumbido de atacar Laguna por terra, em ligação com a fôrça naval de Mariath.

O forte da barra, comandado pelo Capitão farroupilha Felipe Capote, estava eficientemente artilhado e protegido pelos elementos de marinha de Garibaldi.

A 15 de Novembro, ao romper da aurora, Mariath forçou a entrada do pôrto com os seus valentes marinheiros.

As operações duraram cêrca de uma hora e nelas pereceram todos os comandantes dos navios farroupilhas, menos Garibaldi, que combateu, como sempre, intrépidamente, consoante afirmam as efemérides do Barão do Rio Branco.

Quanto a Canabarro, sentindo a aproximação das fôrças de Santos Pereira, que avançavam por Vila Nova, evacuou Laguna, passando-se para o Sul e com isso a coluna imperial penetrou sem resistência nas fortificações inimigas, justamente quando terminava o combate naval.

Bento Manoel, então, com a perda de Laguna, e tendo mais tarde entrado em desentendimento com o seu rival Bento Gonçalves, que não apoiara aquela aventura, abandonou pela segunda vez os seus companheiros de luta, rumando a Florianópolis, onde, com alguns correligionários, solicitou anistia ao chefe imperial.

Soares de Andréa, empregando os seus bons officios, obteve da Regência tal graça, com a condição, porém, de residir Bento Manoel fora do Brasil, indo domiciliar-se em Montevideu.

Com o fracasso de Santa Catarina e o gesto dêsse guerreiro paulista, sofreu a revolução um grande golpe, determinante, talvez, do desânimo que pouco a pouco invadiu o seio da família sul-riograndense.

Dêsse modo, foi, naquela província, restabelecida a ordem, graças à enérgica e patriótica atuação de Soares de Andréa, cujas operações bélicas podemos considerar modelares.

No Rio Grande do Sul

Todavia, na grande província meridional, a revolução farroupilha continuava sanguinolenta.

Face a tal situação, a Regência resolveu escolher um presidente capaz de reunir em si a direção da guerra e a administração civil e outro não poderia ser, que Soares de Andréa, o indicado para o desempenho de tão difíceis incumbências.

Nomeado por decreto de 14 de Junho de 1840, foi o eminente Marechal substituído, nas funções que exercia em Santa Catarina, pelo Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito.

Assumindo, a 27 de Julho, em Pôrto Alegre, seus altos encargos, delineou logo o seu plano de campanha, que executado, mais tarde, em parte, muito concorreu para resta-

belecer a confiança em seus subordinados, que se achavam imbuidos de certo desalento.

Mas, antes de o levar a efeito, procurou um entendimento com Bento Gonçalves, visando afastá-lo da revolução, como já havia conseguido com Bento Manoel, desde que não fosse possível pacificar-se a província, em razão da intransigência de alguns chefes farroupilhas.

Dá ensejo lembrarmos aqui trechos da correspondência pacificadora, inserida na importante obra "Guerra Civil no Rio Grande do Sul", da lavra do notável escritor cearense Tristão de Alencar Araripe:

"O General Soares de Andréa, oficiando então ao governo imperial, dizia: — Estou persuadido de que se levará algum tempo em doces esperanças, mas de que não são os rebeldes os que hão de aceitar condições que deixem de ser injuriosas ao Império: a única maneira de conciliar os partidos é mostrar-lhes fôrças, com que não possam."

"Se, por um lado, assim falava o delegado do governo legal, por seu lado o representante do governo rebelde, comunicando aos seus soldados que esperava da Côrte resposta sôbre a paz, dizia-lhes: — Enquanto, porém, isto não succede, é mister redobrar de esforços para operarmos com feliz sucesso; porque se o governo imperial estiver, disposto a entrar em negociações conosco, quanto mais favorável for a nossa posição, tanto mais vantagens podemos obter dela; no caso oposto, esgotados todos os recursos para obter-se uma conciliação honrosa, só nos cumpre sustentar a guerra."

Malogradas as negociações de paz, Soares de Andréa resolveu agir, requisitando, contudo, à Regência, um reforço de 2.000 homens para a reserva.

Mas o Ministério da Maioridade, de credo político oposto a Soares de Andréa, achando que outro intermediário poderia ser bem sucedido, dado o escrúpulo dos chefes farroupilhas de tratarem com um Marechal que não havia nascido no Brasil, enviou o deputado Francisco Alves Machado para se entender com Bento Gonçalves.

Então, afim de não criar embaraços ao governo central, deixou, a 30 de Novembro, Soares de Andréa a sua alta investidura, transferindo-a ao referido deputado paulista e ao General Santos Barreto, aos quais sugeriu medidas salvadoras da integridade do Império, justamente no momento em que se tramava o seu desprestígio!

Eis, senhores, como os políticos de outrora recompensavam os relevantes serviços de um Marechal que, encane-

cido na carreira militar, arriscou muitas vezes a sua vida em proveito dos interesses brasileiros!

Porém, “a glória — disse um estadista insigne — pode sobreviver a uma derrota; o sol oculta às vezes os raios numa nuvem de meio-dia, mas logo ostenta de novo todos os seus esplendores sôbre as verdes colinas”.

Volvendo à Côrte, reassumiu a sua cadeira de deputado, até que, a 11 de Outubro de 1842, findo o seu mandato que coincidiu com a sua promoção a Tenente-General, passou a comandar o Corpo de Engenheiros.

Regressou à Assembléia Legislativa em Janeiro de 1843 e tomou posse da cadeira de deputado, pela província do Rio, até que em Março dêsse ano, foi investido na presidência e no comando das armas de Minas Gerais.

Em Julho de 1844, deixou aqueles misteres na província mineira, por outros congêneres na Bahia, assumindo-os em Dezembro do mesmo ano.

Alí esteve até Julho de 1846, data de sua exoneração por haver sido nomeado Conselheiro de Guerra.

Na Fronteira Meridional Brasileira

Restituída a paz ao Rio Grande do Sul, pelo imortal Caxias, os acontecimentos no Estado Oriental tomaram aparência assustadora, devido ao sítio da praça de Montevideu por Manoel Oribe e às constantes correrias de seus sequazes, que invadiam impunemente a nossa fronteira, praticando depredações.

Certificando-se a Regência de que aquele caudilho não passava de mero instrumento de Rosas, resolveu nomear, em 1848, mais uma vez, Soares Andréa, Presidente e Comandante das Armas da província gaúcha, com o objetivo de opor fôrças brasileiras às prepotências do ditador de Buenos Aires.

O bravo Marechal seguiu imediatamente para o Sul e a 10 de Abril, em Pôrto Alegre, com aqueles poderes, iniciou sua nova tarefa.

Suas primeiras providências foram promover o entrenchearamento da cidade e a escôlha de posições para os respectivas acampamentos, indicando Caçapava — lugar apropriado a uma fortaleza e importante região estratégica que abrigaria as tropas brasileiras no caso de uma retirada — para depósito central de uma fôrça de 20.000 homens.

Realmente, foi louvável a sua previsão porque, se levarmos em conta os exercícios de quadro da Escola de Esta-

do Maior, desenrolados em 1922, na província em questão, veremos que o General Chefe da Missão Militar Francesa, no Brasil, em sua idéia de manobra, apoiara os nossos exércitos em Cruz Alta e Caçapava, setores estratégicos por excelência, sendo que a região desta cidade fôra organizada defensivamente pela 1.^a D. I., com a missão de acolher os destacamentos de cobertura, fixar os inimigos, preparando assim o início da ofensiva fulminante pelo desbordamento dos exércitos do Norte, sacudindo os invasores sôbre o caudaloso rio Uruguai e impossibilitando-os de uma retirada em ordem. Daí ter sido Caçapava séde de uma Direção de Etapas, com depósito de víveres, material bélico, remonta, etc., para suprimento das fôrças atacantes.

Entretanto, as importantes obras que alí foram edificadas por uma comissão de engenheiros da qual fez parte o então Capitão José Maria Pereira de Campos, continuam inacabadas, sem ter ao menos como séde uma simples subunidade do nosso Exército!

Já tratámos, aliás, desta palpitante questão numa série de artigos publicados em 1912, quando servíamos na Comissão da Carta Geral do Brasil.

Prosseguindo, voltamos às medidas tomadas, à época, pelo nosso Marechal, que ordenou, além disso, o levantamento de um plano de fortificações e de um Arsenal de Marinha na Banda Oriental.

Pondo, enfim, o Rio Grande do Sul em estado de guerra, cumprindo com vantagem a delicada missão aos seus cuidados, pois o perigo para o Brasil havia passado, recebeu ordem de recolher-se à Côrte, onde obtivera a incumbência de executar o alinhamento do cáis da Alfândega e o decorrente modo de construí-lo.

Ainda como membro da comissão encarregada da revisão da legislação militar, tendo-se agravado seus males, adquiridos em campanha, foi-lhe concedida a reforma, por decreto de 17 de Fevereiro de 1852, continuando, porém, como Conselheiro de Guerra.

Com a vitória das fôrças brasileiras na encarniçada batalha de Monte Caseros, ficou salvo o Uruguai de ser incorporado à Argentina e resolvida a questão de limites da vizinha república com o Brasil, ficando a presidência da comissão de demarcação afeta ao já Marechal do Exército Soares de Andréa, a despeito de se achar reformado e na avançada idade de 80 anos.

Teve, então, oportunidade de revelar, mais uma vez, a sua reconhecida competência profissional e o seu enérgico

zêlo patriótico, completando trabalhos de mercante relevância, antes de seu lamentável falecimento, a 2 de Outubro de 1856, e de lhe ser conferido o título de Barão de Caçapava.

E' interessante salientar um incidente que se desenrolou entre os comissários que procederam a demarcação da fronteira em questão.

Segundo o Tratado de 15 de Maio de 1852, a linha divisória, ao Sul da Lagoa Mirim, devia seguir a direção do Passo Geral do arroio Chuy ao Pontal de São Miguel. O Coronel Reyes, representante do Uruguay, após os trabalhos geodésicos, baseando-se na tradição dos demarcadores andaluzos, opinara o Pontal Paraguaio como o de São Miguel.

Com tal solução, isto é, se do Passo Geral do Chuy fosse ter ao Pontal Paraguaio, haveria uma grande diferença entre essas duas linhas e o Brasil perderia o importante território compreendido entre a Lagoa Mirim e os passos gerais dos arroios São Miguel e Chuy, além de considerável região na margem oriental da lagoa em aprêço.

Daí o gesto de alto gráu de patriotismo do Marechal Andréa, protestando enèrgicamente e afirmando à legação brasileira que — “o território disputado valia bem uma guerra...”

O futuro Visconde do Rio Branco, com a visão que lhe era especial, apresentou um sábio parecer ao Govêrno Imperial sôbre o assunto, em que destruiu as veleidades do comissário uruguaio.

Ante provas tão concludentes, o Govêrno Uruguaio opinou pela solução pacífica, firmando o seu representante, o Ministro Florentino Castellanos, com José Maria da Silva Paranhos, o Acôrdo de 22 de Abril de 1853, reconhecendo que, “sendo *uti possidetis* a cláusula que deveria determinar a traço da linha divisória entre Chuy e o São Miguel, essa linha devia correr entre passos gerais dos mesmos arroios, descendo pela margem direita do São Miguel até à Lagoa Mirim, e que, por conseguinte, não tinha lugar o traço que pretendia o comissário oriental.”

Graças a tão nobre atitude de Andréa e Paranhos, o Brasil conseguiu uma vitória sem derramar o precioso sangue de seus caros filhos...

Por uma questão de modéstia, não publicou nenhum livro. Mas, se levarmos em conta os relatórios apresentados, após a conclusão das comissões que exerceu, notaremos verdadeiros ensinamentos de história e geografia do Brasil, que muito concorreram par facilitar a solução de controvérsias diplomáticas com os nossos vizinhos.

E, para coroar o seu amor ao Brasil, deixou um herdeiro, o seu valente filho Manoel José da Vitória Soares de Andréa, descendente admirável que alcançou também o posto de Marechal. Seguindo os exemplos salutarés do venerando progenitor, prestou à nação serviços inestimáveis, honrando as tradições paternas, ao desbaratar, por ordem do imortal Caxias, em 1852, os insurretos mineiros na margem esquerda do rio das Velhas, quando batiam em retirada do arraial de Santa Luzia de Sabará. Depois, em 1866, sob o comando do legendário Osório, distinguiu-se na encarniçada resistência oposta pelas forças brasileiras na primeira batalha de Tuiuti, contra colunas paraguaias que tentaram, debalde, apoderar-se das posições dos exércitos aliados. Finalmente, em 1867, às ordens do bravo Conde de Pôrto Alegre, na segunda batalha de Tuiuti, defendeu galhardamente as trincheiras das forças aliadas.

Possuía o ilustre Marechal, além de outras honrarias, a grã-cruz da ordem militar de São Bento de Aviz; era oficial da imperial do Cruzeiro; comendador da Ordem da Rosa e fidalgo cavaleiro da extinta casa imperial.

Podemos afirmar, senhores, que Soares de Andréa foi um benemérito da Pátria brasileira. Tinha presente, em toda parte e sempre, a divisa dos antigos cavaleiros: "Cumpre o teu dever, aconteça o que acontecer".

Nunca o seu ânimo forte se deixou abalar pela superioridade do inimigo.

Não temia e nem receiava a maldade dos homens; o que importava era cumprir o que lhe fosse confiado. Para êle, não havia barreira que não pudesse vencer pelo patriotismo.

A imagem da lei era o seu culto; preferia a morte à deshonra de transigir com os poderosos ou fraquejar ante as sedutoras solicitações do coração. Sentia que os direitos do Brasil dominavam os dos indivíduos.

Tinha em mente o axioma da sabedoria, a verdade primária: "Bondade sem força bem pouco segura está!"

Eis, senhores, o que fez pelo Brasil e o que foi o grande Marechal do Exército Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava.

E é findo o rápido bosquejo da nobre e laboriosa vida do conspícuo potrono da cadeira onde vinha pontificando o nosso saudoso secretário, Coronel Luiz Lobo.

Sócio-fundador dêste Instituto, foi o ilustre Coronel uma personalidade de relêvo, que teve sempre por escôpo o seu progresso e a elevação do seu conceito entre as associações do mesmo gênero.

Relembrando-o num instante de dor, na homenagem póstuma da sessão de 13 de Junho último, não me foi possível dizer senão pouco do muito a que faz jús.

Luiz Lobo foi figura de grande projeção no seio de sua classe, mantendo sempre num fogo sagrado a reminiscência e as trarições dos nossos avoengos, no trabalho incessante e nobilitante do engrandecimento do Brasil.

Educado na austera escola do dever, galgou, pelo próprio esforço, todos os degraus da carreira que abraçou até que, atingindo ao posto de Coronel de artilharia, num momento que lhe acenavam com o generalato, deixou a atividade por uma questão de idéias. Demonstrou, assim procedendo, a sua perseverante diretriz de honra, dignificando a sua personalidade num puro e simbólico gesto.

Não acreditava que a inquietude do cenário político e social brasileiro, em 1930, eclodindo numa revolução que agitou o país de Norte a Sul e de Leste a Oeste, resultasse na unificação integral; nem no esforço e no ideal que a vontade do povo exteriorizava, visando a sua unidade nacional e uma só bandeira; e menos ainda na estabilidade e no equilíbrio contrários aos interesses regionais e partidários.

Era pelo regime democrático, que é o aperfeiçoamento contínuo dos princípios altruísticos, amoldando-se na constante evolução social e o único a se desenvolver pela sabedoria e serenidade de ação e capaz de erguer os alicerces econômicos, com a consequente prosperidade do país.

Portanto, sob qualquer prisma, Luiz Lobo avulta pela simpatia e pela admiração, plenamente justificadas à proporção que se vai conhecendo a sua brilhante fé de ofício, a qual contém exemplos de disciplina, ordem e zêlo nas menores cousas, ressaltando a sua diligência, o carinho e a honestidade com que sempre encarou o patrimônio nacional.

Daí haver sido uma dessas figuras de cidadão-soldado que se impõem à consideração pela rigorosa disciplina exigida dos seus subordinados, sem, todavia, deixar de se fazer estimado por todos, numa compreensão de ânimo e de elevado sentimento pátrio, tudo na mais perfeita harmonia de conjunto, com o aproveitamento integral das forças que movimentava.

Quando diretor da Fábrica Militar do Realengo, realizou obra modelar, digna dos mais rasgados encômios, revelando-se um técnico de invejável capacidade.

Ainda muito jovem, ingressou na legendária Escola Militar da Práia Vermelha, numa época em que as paixões políticas referviam, incendiando-se os ódios, deflagrando-se os interesses e ambições. O sôpro quente das lutas, a lava subterrâneas das subversões puderam abrir caminho na fúria implacável dêsse eterno agitar da alma humana e chegar àquele tradicional educandário militar.

Luiz Lobo, simples cadete, colocou-se ao lado de Floriano Peixoto, pois via a imagem da legalidade personificada na sua magna figura de patriota.

Tinha por norma a excelsa sentença de Homero: "O melhor dos augúrios é combater pela pátria. A morte mais poupa do que ceifa os guerreiros que não a temem; e para os fugidiços, não há nem fôrça nem glória."

Para êle, o dileto Marechal de Ferro" era a encarnação dos princípios democráticos, o guia impoluto e mbusca da vitória, o reivindicador das liberdades pátrias, o salvador da soberania nacional.

Embora tivesse admiração por Euclides da Cunha, não perdoava as referências depreciativas que publicou em seu livro "Contrastes e Confrontos", a respeito de Floriano.

Sentia-se enlevado ao ler Sílvio Romero contradizendo o grande romancista de "Os Sertões", ao afirmar que, a despeito de tudo, o Marechal de Ferro conquistara o seu lugar na história pátria por quatro títulos: ser o fator decisivo a 15 de Novembro de 1889; o restaurador da ordem constitucional no contra-golpe de estado; o esmagador das célebres pretensões anárquicas dos treze generais e o vencedor imperturbável da revolta de parte da Armada Nacional.

Citava, com entusiasmo, o belo artigo do nosso presidente, o General Benício da Silva, sob o título "Os Erros de Ouro Preto", acentuando que "os mais impiedosos ataques foram dirigidos a Floriano Peixoto, cuja vida militar immaculada lhe outorgara elevado conceito em sua classe. A posição que ocupara, no momento da proclamação da República, a ação que lhe coube desempenhar naquela hora decisiva e a projeção que teve na consolidação do regime instituído, tudo isso está em contraste com o papel que lhe fôra atribuído pelo Visconde de Ouro Preto".

Em seu patriótico artigo, na "Revista do Clube Militar" de Agosto de 1943, "Ficou Então Para Sair Depois", focaliza, mais uma vez, a personalidade do inolvidável Marechal,

quando diz que êle destruiu, então, "a ronda da matula insaciada do ensilhamento, da camarilha dos banqueiros das missões fantásticas, dos jogadores bolsistas e dos beneficiários do tráfico de influência", para felicidade da nação.

Enfim, remata: "E Floriano ficou. Não como senhor de baração e cutelo, mas como sentinela perdida da República dentro da selva selvagia de perfídia de seus inimigos, para alarmar os corações brasileiros do perigo que corriam pátria e instituição, salvando-as mesmo a preço dos maiores sacrifícios. E foi o que êle fez até chegar o depois, consolidando a República."

Sim, o insigne presidente, fragmento glorioso do civismo republicano, cimo o mais elevado da coragem e resistência de nossa raça, personificação a mais genuína da resignação e de tenacidade, do estoicismo e da inquebrantabilidade, da paciência e do valor, estava com a razão e salvou a nação das arremetidas dos iconoclastas.

Incorporando-se Luiz Lobo à fortaleza de São João, foi designado para prestar os seus serviços no velho canhão Armstrong 550, que se popularizou com o pitoresco nome de "Vóvó", portando-se sempre com arrôjo ao lado dos seus bravos companheiros de lutas; um dos sobreviventes daquela eficiente guarnição é o nosso querido General Cesar Augusto Pargas Rodrigues.

A princípio, a ação dêsse secular canhão não foi produtiva e não pode impedir a entrada e saída da barra pelo lendário "Aquidabã", em cuja proa os seus marinheiros, conforme a lenda, em sinal de desprêso, colocaram a seguinte inscrição: "Quando a Vóvó cansar, mande a Mamãe".

Porém, as cousas mudaram, quando a guarnição tomou pé, introduzindo concertos técnicos necessários ao bom funcionamento de tão importante material de artilharia, ainda considerado naquela época.

Abrindo, em certo momento, um fogo devastador sôbre o "Aquidabã" e fortaleza de "Villegaignon", destruiu o célebre Moncrif, a eclipse dessa praça militar, pondo a pique diversas embarcações armadas em guerra pelos revoltosos. Daí haver concorrido para que o invicto encouraçado não mais tentasse transpor o canal, ficando assim os legalistas dominando a situação na nossa bela baía de Guanabara.

E a legalidade acabou vitoriosa naquele glorioso 13 de Março, continuando o Brasil geográfica e militarmente for-

te, porque além da sua imensa grandeza, onde planícies e florestas lhe fornecem todos os recursos, Floriano ainda era apoiado pelo povo, consciente do imperativo histórico que lhe traçara o destino alviçareiro, conjugando o ideal cívico e heróico com a alma da nação.

Escritor de talento, Luiz Lobo era dotado de uma cultura que vasava trabalhos literários de grande valor, como a expressiva crônica que escreveu sobre a peça "Vóvó" e os estudos geográficos e históricos sobre o Brasil, realizados na qualidade de oficial do Estado Maior e engenheiro geógrafo; buscava sempre pôr em relêvo, com notável clarividência, a grandeza da Pátria.

E' que para êle a inteligência caracteriza-se por uma compreensão natural da vida. Assim, na opinião de Bergon, encontram-se na consciência humanas as mesmas formas geométricas do cosmos, sendo lamentável não se possuir uma técnica de molde a se penetrar nos misteres do cérebro e a se sentir a harmoniosa associação de suas células!

A história militar que escreveu sobre o Pará, revela ter sido um precioso pesquisador, mórmente no tocante á guerra dos Cabanos, à qual, todavia, não procurou dar a feição de um ideal libertador nativista.

Descrivendo aqueles acontecimentos com a imparcialidade que sempre marcou o seu feitio de homem justo, põe em evidência o gesto patriótico de Francisco Pedro Vinagre e de Eduardo Francisco Nogueira Angelim, opondo-se, em certo momento, aos franceses da fôrça naval de Caiena e aos ingleses dos navios de Strong, em 1835 e 1836, respectivamente, quando tentaram antepor-se à soberania brasileira, exigindo, em tom insolente e audacioso, satisfações que aviltariam a bandeira nacional e a nossa Pátria.

E num rasgo de entusiasmo, escreve: "Quaisquer que tenham sido os crimes desses dois chefes rebeldes, tais atos de enérgico patriotismo, praticados em circunstâncias excepcionais da vida do povo paraense, não podem ficar sem o destaque de uma menção tão honrosa para suas memórias, quanto consoladora e grata para o nosso coração de brasileiros!"

Analisando sem deslumbre a personalidade do pacificador daquela província rebelada, afirma: "Inflexível mantenedor da disciplina, jamais a tropa do Pará atravessou regime que se possa comparar ao da administração do íntegro General Andréa. Meticuloso no seu processo de govêrno, absolutamente inteirado dos assuntos da gerência, talhada à antiga caserna, com rispidez de modos que amenisava, en-

tretanto, com suave bondade muitas vezes, Andréa construiu com seu govêrno e com a maestria com que dominou a anarquia que ameaçou tragar a Amazônia, um dos maiores padrões de sua competência como administrador e como General."

E' por tudo isso que o bom escritor contribúi para as grandes vitórias das idéias, fazendo despertar, no ânimo de seus sectários, com seus cânticos épicos, o amor da pátria e o culto dos heróis.

Orador fluente, prendia o auditório a uma emoção que tinha o ímpeto das ondas que estrugem procelosamente, avançando rápidas, mas depressa se retraindo e se desfazendo sôbre a arêia alvíssima da práia.

Admirador exaltado da arte, contemplava o quadro esculpido pela natureza, como se poeta fôra; sentia as emoções fisiológicas e civilizadoras da arte, que o transformava em um lirista brilhante pela imaginação e pela admiração enternecedora. No entanto, a música para êle às vezes era motivo de nostalgia e não de alento e entusiasmo; era como que uma composição de notas associadas para ocultar a monotonia de seus sons, modalidade de gargalhada harmoniosa feita de soluços estridentes! Outras veezs, parecia-lhe sem ondulações sonoras, qual uma combinação da esterilidade das estepes com a taciturnidade das paisagens de Java, onde as aves não cantam!

Sua palestra encantava. Risonhas esperanças acalentavam sua alma, deixando-a em êxtase, num mixto incoerente de sonhos, ao fitar o clarão do futuro imarcessível e prodigioso.

Sem embargo do seu patrimônio científico, continuou psicologicamente inexorável na preponderância do instinto civilizador da religião católica.

Para êle, era, como escreveu o notável publicista Caetano Lopes de Moura, contradizendo os filósofos que negam a imortal obra de Deus: "...que quando estivermos a ponto de colher os frutos de vossas longas vigílias, e de tomar posse da glória, que por tão relevantes descobrimentos vos deve pertencer, das entranhas da terra, ou do seio de uma nuvem soará uma voz, que virá desmentir vossas doudas teorias, concebidas sem a assistência de Deus, sem a celeste influência da eterna e imutável verdade..."

Senhores. A prosperidade de um povo, em princípio, é a obra comum das gerações passadas, que pacientemente acumularam os portentosos ensinamentos de que tanto

aproveitamos, fixando-os no aperfeiçoamento moral e cultural da humanidade. Daí haver concebido o grande filósofo Augusto Comte o seu notável princípio: "Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos."

E, homenageando os nossos consócios que se foram, devemos tomar como pedra de toque a difusão daqueles sublimados exemplos, que o gênio esculpe na alma, à semelhança das ondas marinhas, que escrevem nas praias de alvura deslumbrante o verbo da grandeza oceânica, cuja canção, numa nostalgia sem fim, faz lembrar os cânticos etéreos de Lamartine e o suspiro lacrimoso da guzla da Haydée de Alexandre Dumas.

Tenho dito.



Euclides da Cunha e a Vida Militar

Cap. Umberto Peregrino

Esse tema abrange aspecto realmente muito importantes da vida, da personalidade e da obra de Euclides da Cunha. Entretanto, convenhamos, em função do que tenha sido o transito de Euclides pelas nossas casernas. Este, em si mesmo, foi, além de rapido, intermitente. Mas dele derivam fator e consequencias essenciais à interpretação do autor de "Os Sertões".

A primeira coisa a examinarmos seja, pois, a passagem de Euclides pelo Exercito.

Euclides na Escola Militar

Em fevereiro de 1886, aos 20 anos de idade, era Euclides matriculado na Escola Militar. Torna-se o cadete numero 308.

Avizinhava-se o fim do seu 3.º ano de curso quando ocorreu o episodio da sua insubordinação numa formatura em que devia prestar continencia ao Ministro da Guerra, Conselheiro Tomaz Coelho. O Ministro fazia uma visita à Praia Vermelha, em dia e hora escolhidos de modo a impedir que os cadetes, em franca fermentação republicana, comparecessem à retumbante recepção que se preparava a Lopes Trovão, no seu regresso da Europa. Euclides negou-se a fazer a continencia comandada e atirou o sabre aos pés da autoridade visitante.

Seguiu-se a sua baixa à enfermaria e transferencia para o Hospital Militar, no Morro do Castelo, providencia com que se procurava disfarçar o verdadeiro sentido do incidente. Euclides, porém, recusou inflexivelmente todas as acomodações. Foi recolhido à fortaleza de S. João e submetido a Conselho de Disciplina. Uma portaria de 11 de novembro mandou trancar-lhe a matrícula, nos termos do artigo 143 do regulamento vigente, à vista do parecer do Conselho disciplinar. Euclides ia entrar em processo. Livrou-o a intervenção do seu tio Antonio Pimenta da Cunha e do seu

pai, junto ao Imperador, ficando então o caso encerrado com a baixa de Euclides "por incapacidade física", o que se verificou no dia 14 de dezembro de 1888.

Como era a Escola Militar da Praia Vermelha

Assim registam as magras e frias linhas dos assentamentos de Euclides, a sua passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha. Lê-se com facilidade aquela caligrafia redonda, de algum velho sargento do velho Exército, lançada em algumas folhas de papel almaço. Hoje acham-se guardadas num escaninho de aço do "Arquivo do Exército", instalado no sub-solo do Palácio da Guerra. Correspondem a uma ficha, teem um numero e veem prontamente às nossas mãos.

Mas como estão amarelecidas!

E a gente começa a folheá-las devagar, sem lêr, apenas olhando e sentindo. Com pouco está longe. A emoção transportou-nos àquele mundo distante e diferente que foi o mundo do jovem Euclides.

Apeiamos do bonde em frente à rua da Passagem, em Botafogo, porque aí é o fim da linha. Ha transporte por agua, em escaleres a remo, até a Praia Vermelha, mas destinado aos professores e oficiais. Iremos a pé, que é como iam os cadetes. Caminharemos através de um caminho rustico, beirando a praia, de areias lavadas, que hoje mal podemos imaginar sob a invasão dos aterros sucessivos. Agora o mar se balança em contactos moles de encontro aos paredões de um cais de clube milionario, as marés se denunciam em movimentos verticais, parece água numa vasilha. Naquele tempo era praia mesmo, com areia frouxa e agua avançando ou retraindo-se em linguas espumantes. Devia ser facil, assim, vencer a caminhada.

Por fim surgia, murando o vão entre a Urca e a Babilonia, um magestoso edificio, com 54 janelas de frente, iguais, envidraçadas e guarnecidas com grades de ferro. Paralelamente, alinhavam-se outros tantos mezaninos, tambem gradeados. No centro recortava-se o imponente baluarte da entrada, e ao fundo deste a velha torre do relógio.

Era nesse nobre casarão, demolido em fins de 1907, para ceder lugar às edificações da Exposição Nacional de 1908, que vivia o Corpo de Alunos, constituido por uma rapaziada ardega, arrojada, generosa, mas tambem irreverente e boemia. Seus contactos mais assiduos vinham a ser, por força da organização militar, com o ajudante do Corpo, a quem incumbe a disciplina e o serviço interno. Pois lá está um

deles, o Major Antonio José Maria Pego Junior, sempre apertado numa "velha banda de seda escarlate, rematada em cachos de um doirado duvidoso", como descreve Lobo Viana nas suas "Reminiscencias". Os cadetes sentiam a cada passo a ação do ajudante, de modo que tudo de mau lhe era atribuído. Então surgiam as desforras anônimas: — tosavam-lhe o cavalo ou peor, pintavam-no ora de verde, ora de pixe, com a agravante que o bucefalo era branco e se chamava Bismarck...

Mas a corneta acaba de tocar avançar para o 2.º tempo de aula. Trompowsky já está na sua sala. Fiscaliza atentamente a chamada e logo a seguir entra a esmagar a turma com a sua Geometria algébrica. O quadro negro não comportava aqueles desenvolvimentos vertiginosos, e assim "à proporção que iam golfando do giz as expressões diferenciais e as integrações, aceleradamente as ia apagando para dar lugar ao surto de outras e mais outras".

Si passarmos à aula seguinte do 1.º ano teremos pela frente o Conselheiro Francisco Carlos da Luz, prelecionando sobre física experimental ou química orgânica. Às vezes a memória lhe foge. Põe-se, então, a mastigar as palavras, as frases, até que consiga retomar o fio das ideias. Si ha alunos de côr na classe é certo vê-lo interrogá-los com tons irônicos, sob os quais esconde um secreto prazer de humilhá-los. As perguntas se sucedem sublinhadas com sorrisos sarcásticos, agravadas de novas dificuldades, enquanto o Conselheiro escorrega o corpo por baixo da mesa, num espreguiçar lento e volutuoso. "Quando o cavaignaque tangencia às bancadas e todo o mento e acostava à cátedra — é ainda Lobo Viana, quem nos descreve—a nota má estava assegurada. Nos exames orais era sinal evidente de simplificação ou reprovação esse bizarro escorregamento".

Experimentemos uma aula do 2.º ano. No edificio da Administração, ao rez do chão, por baixo da Enfermaria, fica uma sala de bancadas semi-circulares. Ingressamos nela ao instante em que o velho bedel Sobral vinha de concluir a chamada, uma tropega convocação de nomes estropiados. Ouve-se o pontual pigarrear ao Ten. Cel. Brasílio de Amorim Bezerra. Agora ele corre a mão direita pela linha dos botões dourados do colete, coça a barba, expede um demorado olhar sobre a classe repleta e lhe dirige por fim uma carinhosa saudação.

Possue apenas uma vista, pois a outra perdeu-a em combate no Paraguai. Essa aparência, esse indiscutível selo guerreiro, predispõe em favor da sua autoridade, na materia

que ministra, e que tem o nome de **Arte Militar**, abrangendo tática, estratégia, história militar,, fortificações. Mas o Prof. Brasílio Bezerra não vai direto ao assunto da aula. Consome a meia hora inicial na análise dos fatos sociais e políticos do dia:

— “Não sei se os senhores leram o **Jornal do Comercio de hoje**” — começa ele, e por aí vai, numa alocução fácil, calida e rica, discutindo com graça e proficiência os artigos, os discursos, as notícias do jornal que trazia sempre consigo. Só ao meio do tempo regulamentar de aula enceta a lição propriamente dita. Mas ainda é o mesmo envolvente expositor, a um tempo erudito e acessível, entrecortando a matéria, por vezes arida, com umas oportunas doses de humorismo e malícia.

Que sala atenta e cheia a que escuta o Ten. Cel. Brasílio Bezerra!

Já o Conselheiro Tomaz Alves Junior não alcança esse milagre com as suas aulas de **Direito Militar**. Também está muito velho, já devêra ter sido afastado! Além disso acredita que ninguém liga a sua matéria.

O fato é que as suas aulas consistem na leitura, com entonações oratorias, de laudas sobre laudas de uma limosa literatura juridica, a que não faltava, já vê, abundante e sebento latinorio... O melhor é que, por vezes, ao mudar de folha, o Conselheiro Alves Junior volve duas ou tres juntas e continua imperturbavelmente a sua leitura sem perceber a desconexão do texto. No fim ainda dirige um oferecimento à classe:

— “Se por ventura alguma falha ou lacuna ocorreram no decurso de nossa oração, ou se algum ponto doutrinario ficou obscuro ou controverso, volveremos gostosamente a explaná-los”.

Mas não apenas aulas ocupavam as horas na Praia Vermelha. Os exercicios fisicos e a instrução militar tambem tinham seu lugar.

Os exercicios físicos eram sobretudo remo e natação, esta a cargo do alemão Muller, que massacrava os jejunos na arte de flutuar com um minucioso treinamento previo, no seco.

A instrução militar dividia-se entre os exercicios de Infantaria e de Cavalaria. A nota variada eram as formaturas que de vez em quando se faziam através de Botafogo, sacudindo com ruidos marciais as quietas ruas daquele bairro...

Ao fim do dia escolar os cadetes se distribuam pelos mais diversos destinos.

Havia os que se encaminhavam para o baluarte e em lentos passeios ou sentados na abertura de uma barbeta, ao lado de algum venerando canhão, entregavam-se a cismas ou conversas intermináveis.

Outros lançavam-se à aventura pela redondeza, e eis as excursões ao morro da Babilonia, varando trilhas sinuosas, no meio dos cardos bravos; as pescarias a dinamite; os encontros inconfessáveis no "Beco do lá vem um", situado ao lado do Hospício e cujo nome derivava de seu caráter deserto; as serenatas, que tanto podiam ser serenatas românticas, dirigidas à namoradas, como podiam ser serenatas macabras, no cemitério de São João Batista, ao pé do tumulo de algum brasileiro ilustre, e neste caso eram regadas com caninha, pão e sardinha. Alguns se consagravam ao ofício de apreender, pelos arredores, todos os cabritos, leitões, galinhas e frutas possíveis, os quais depois seriam a matéria prima de animados convêscotes realizados na gruta. A arrecadação desses artigos chegou a tal volume que foi necessário erguer pequenas casas, nos terrenos da Escola, destinadas a armazená-los.

E os carôços? Eram dansas improvisadas, na sala de esgrima, quasi sempre aos sábados, quando saía soldo. Dançava cadete com cadete, sob os estímulos de paratí, cerveja marca barbante e capilé. Excepcionalmente os carôços assumiam um nível superior, que se materializava numa mesa com empadas, maravilhas, pasteis, e na obediência a certo protocolo.

A esses se associavam as Escolas de Medicina, Politécnica e Naval. O carôço clássico, porém, era puramente interno. E foi neles, nos extravagantes carôços da Praia Vermelha que nasceu uma dança nacional famosa — o maxixe. Inventou-a um aluno chamado Reis, que ficou sendo Reis-maxixe e Reis-maxixe morreu.

Ao lado, porém, da boemia e da aventura, os cadetes dos tempos de Euclides se davam a práticas serias e elevadas, nas suas horas de ocio.

E' assim que, grupos organizados em associações secretas, reuniam fundos e nos primeiros dias de cada mês, alta noite, sem que os beneficiados percebessem, depositavam sob os seus travesseiros um envelope com dinheiro. Dessa forma eram auxiliados os cadetes pobres, sem mesada, que teriam de manter-se com os 3\$500 de soldo. Mais, todavia, que a ajuda em si, sem duvida valiosa, além de proporcionada com sacrificios, pois os fundos provinham dos proprios cadetes componentes desses grupos secretos, comove-nos a forma delicada por que eram executados aqueles atos generosos. Obscuros,

sem ostentação, sem autores, procurando servir sem constranger ou maguar, que pura e sensível beleza de sentimentos documentavam aqueles moços da Praia Vermelha!

Também cultivavam entusiásticas relações com o mundo lirico. Adalgisa Gabí, Batistini, Sarah Bernhard — foram pessoas da intimidade da Escola Militar da Praia Vermelha, que frequentaram e presentearam com retratos, autografos e outras oferendas preciosas.

Conta o Gen. Afonso Monteiro, esse apaixonado memorialista de velha Escola, que quando da representação de *O Guarani*, sob a regencia do proprio Carlos Gomes, os cadetes se ausentaram da Praia Vermelha em massa, faltando às aulas do dia, para tomarem lugar desde cedo nas torrinhãs do teatro "Pedro II".

Outro setor em que muito se applicavam era o lítero-cientifico, através de sociedades e revistas. As sociedades foram muitas, com variados rotulos que imediatamente denunciavam as suas tendencias: Sociedade Fenix Literaria, Recreio Ilustrativo, Amor à Tribuna, Emancipadora, Clube Academico.

A Fenix e o Clube Academico tiveram vida mais longa e significativa. A primeira era formada somente de alunos do curso superior, enquanto o "Clube Academico", que surgiu mesmo com o fito de anular esse irritante privilegio, acolhia todos. Também se diferenciavam a "Fenix" e o "Club" em que uma era essencialmente literaria, ao passo que o outro se absorvia nas questões científicas, didaticas e matematicas.

A Revista da "Fenix", dirigida por Dantas Barreto, Licio Cardoso, Pedro Ivo, Rodolfo Paixão, Urbano Duarte, estampava colaborações subordinadas a títulos assim:

A poseia científica, D. Quixote, Evoluções do teatro no seculo XIX, A positividade do seculo, O seculo, O seculo XIX, O destino do realismo, As linguas neo-latinas, A harmonia do estilo, A literatura Americana, O realismo na arte, e até este tema — O celibato — que mais depressa devia interessar os moços de um seminario que da Escola Militar. Só uma vez a "Revista da Fenix" lembra a sua origem: é quando alguém escreve nela "Recordações do Paraguai".

Na Revista do "Clube Academico" os temas mudavam completamente, eram dos seguintes teores: Evolução cosmica, Navegação aerea, Considerações gerais sobre a classificação das ciencias, Teoria da maxima e minima, A aritmetica segundo o metodo comteano, Alçando vôo à concepção da mecanica, Teorias da eliminação e complementar de transformações de coeficientes diferenciais segundo a mudança de

dade Dramatica entrou em declínio. Alguns elementos foram atraídos ao **Clube Dramatico Familiar da Gavea**, e fizeram o o apogeu desse gremio. Mas a Escola era incorrigível, e tempos depois reanimou o seu teatrinho, reconciliou-se com a arte dramatica, que não podia ficar excluída das suas atividades...

Ponho diante dos olhos um derradeiro quadro da Escola da Praia Vermelha. E' Alfredo Severo, um dos de lá, quem o traça com a emoção das coisas vividas: "Após a revista das nove — descreve ele — depois que morriam na mudez da noite, as ultimas notas do toque de silencio, acendiam-se por todo o recinto da companhia, como laboriosos vagalumes, as velinhas espertas sobre as mesas de estudo".

Esse quadro humilde é, talvez, o mais significativo da existencia da velha Escola. Foi assim, pela noite a dentro, ao pé das "velinhas espertas sobre as mesas de estudo", que se aparelharam, sob a tutela dominadora de Benjamin Constant, aqueles vigorosos e nobres espiritos, que tornara n tão ilustre o nome da Escola Militar da Praia Vermelha, que tanto influíram no destino do Brasil, autores que foram da nossa integração na forma republicana. Ainda hoje, aproximarmos de qualquer deles, todos homens que ocuparam posições culminantes no cenario nacional, é sentir, na fidelidade admirativa que guardam ao antigo mestre Benjamin Constant, na intransigencia com que se apegam a um credo filosofico aposentado, e na sua incorrutível fé republicana, a força dos principios, a sinceridade dos ideais que dominaram e fizeram a magia da Praia Vermelha.

EXPLICAÇÃO DO INGRESSO DE EUCLIDES NA ESCOLA MILITAR

Aqui, pela magia da Praia Vermelha, eu chego à explicação da entrada de Euclides na Escola Militar.

E' verdade que antes ele foi ter à Escola Politecnica. Mas convem não esquecer que as duas Escolas — Politecnica e Militar — eram afins. Até 1874 formavam mesmo uma só, e depois de separadas a Escola Militar continuou a fazer acima de tudo engenheiros. Em todo caso, a nosso ver, essa identificação profissional das duas Escolas não foi o que, no fundo, atraiu Euclides à Praia Vermelha. Na Politecnica ele ingressou por influencia do pai, que o imaginara, dí-lo Eloi Pontes, "com pendores invencíveis para a engenharia" e considerava essa carreira "com enormes perspectivas entre nós". Euclides estava, todavia, longe de ser um apaixonado das matemati-

cas. Aprendeu-as por dever de ofício, vencendo repugnancias abertamente confessadas no soneto *Amor algebrico*, de 1884, justamente quando se preparava para o exame de admissão à Politecnica. Nesse soneto refere-se às Páginas crueis de um livro de Bertrand” e classifica a algebra de “ciencia fria e vã”.

Não há, pois, de ter sido para não se desprender dos estudos matematicos, ou para assegurar a continuidade do curso de engenharia, que se voltou para a Escola Militar, quando o seu pai transferiu residencia para S. Paulo. Não. O Euclides que se lançou à Escola da Praia Vermelha não foi o estudante de engenharia, foi o poeta, foi o sonhador, foi o estudioso sensível ao prestigio academico da velha Escola, foi o idealista já interessado no movimento republicano em marcha, foi o moço que conhecera Benjamin Constant no Colegio Aquino. “A carreira das armas — na aguda observação de Eloi Pontes — tornara-se de molde a seduzir os temperamentos liricos”; isto completa a explicação da preferencia de Euclides. De uma parte, portanto — imediata, forte, irresistível — a magia da Praia Vermelha, com o seu academicismo científico-literario, e com o seu “panache” republicano; de outra parte o Exército assumindo na vida da nacionalidade uma influencia como jamais tivera.

O TRANSITO DE EUCLIDES PELA PRAIA VERMELHA

E’ significativo que os contemporâneos de Euclides da Cunha na Escola da Praia Vermelha, inda os de melhor categoria, quasi nada sobem dizer, a seu respeito.

O Gen. Tasso Fragoso, a quem procurei especialmente para informar-me sobre o cadete Euclides, transmitiu-me apenas impressões muito vagas. Falou-me dos versos que Euclides lhe mostrava, da paixão com que discutia frequentemente questões filosóficas, das suas leituras que seriam sobretudo de geologia, do seu relativo desinteresse pelas matérias do curso, do seu cabelo impecavelmente alisado, em que ninguém tocasse.

Rondon, outro illustre colega de Euclides na Praia Vermelha, tambem se confina em escassas e vagas referências, mesmo quando escreve, como já escreveu, uma página especialmente consagrada à evocação de Euclides. Rondon, com efeito, recorda episódios, homens e coisas da velha Escola, mas sobre Euclides propriamente não forence nenhuma informação precisa e original.

Busquei ainda documentar-me sobre a passagem de Euclides pela Escola Militar com o Gen. Afonso Monteiro. Este é memorialista emérito. A Praia Vermelha imerge do passado animada e nítida, através das suas narrativas minuciosas, com todos os nomes, todas as datas, todas as circunstâncias. Servira além disso com Euclides na mesma Companhia, e foram companheiros de turma — avisa-me o Gen. Tasso. Pois bem, Afonso Monteiro desanda a falar de outros de numerosos outros cadetes do seu tempo. Calar-se é que não pode quando lhe tocam na Praia Vermelha. Quanto à Euclides, sabe apenas dizer que era muito arredo, sem relações; era contudo, amigo de Moreira Guimarães. Também faz menção ao cabelo, que Euclides teria o sestro de alisar constantemente.

Moreira Guimarães, apontado como amigo de Euclides, e que o foi realmente, também lhe dedicou uma página evocativa. Não foge, porém, à regra. Do cadete nada revela, a não ser o que se contém no seguinte diálogo, conversado num desvão da velha Escola:

— “Então Moreira Guimarães aonde te encaminhas pela vida em fóra?”

— “Escuta Euclides, como que tudo se me obscurece, assim diante dos olhos... Confesso: ignoro o que vai um pouco além do meu nariz; não vejo bem a estrada em que me arrasto—”.

— “Pois quanto a mim, — replica Euclides — serei jornalista. Mas, hei de sempre trazer uma bengala, para a defesa dos meus conceitos”.

Se assim falava o cadete, pode imaginar-se como se sentiria. E compreende-se então as revoltas, os anseios, as amarguras que veem a furo nas notas íntimas que escrevia sob o título — **Observando**. Numa delas lê-se isto bem expressivo do seu estado de espírito:

“Dominar-me! Este trabalho de Hércules, que a minha consciência a todo o instante impõe-me, constitue aqui — às vezes — o meu único esforço durante dias seguidos”.

De uma feita em que se atritou com um colega, quasi empenhando-se numa **tourada**, como se diz na gíria escolar para significar luta corporal, regista no “**Observando**”:

“Dominei-me, e bem foi que isso se desse, para que nesta dolorosa comedia eu não começasse representando o triste papel de capadócio”.

Aí estão os sinais claros da violenta inadaptação de Euclides no ambiente escolar da Praia Vermelha. Nem os torneios literários da “Sociedade Família Acadêmica” nem a ebulição republicana conduzida por Benjamin, eram sufi-

cientes para absorver e aplacar aquele temperamento indomável.

Si Tasso Fragoso, Rondon, Afonso Monteiro, Moreira Guimarães, não encontram o que contar de Euclides na Praia Vermelha, é que ele não se integrou no ambiente escolar, vivia à parte, retirado, fechado consigo mesmo, ausente dos carôços, das pescarias, das escaladas do Pão de Açúcar, dos aprasamentos no "Beco do lá vem um"... Só o episódio de insubordinação perante o Ministro da Guerra viria chamar a atenção sobre Euclides. Mas foi um episódio final. A Escola pôde apenas guardar o nome do seu herói. Guardou e recordou-o depois, no dia 16 de novembro de 1989, por intermédio daqueles que, já oficiais, acabavam de fazer a República.

Deve-se considerar ainda como um dos factos da inadaptação de Euclides à Escola Militar, o seu estado de saúde. No 1.º ano baixou à enfermaria três vezes; no 2.º duas, e obteve uma licença de 60 dias para tratamento.

Euclides, como se sabe, padeceu desde cedo de uma dispepsia atroz. A sua fácil irritabilidade, o mau humor com que às vezes amanhecia, segundo confissão no *Observando*, deviam vir daí.

É importante, todavia, notar que Euclides, apesar do interesse secundário que dispensou ao curso, ia levando-o com facilidades e boas notas. Nos exames do 1.º ano obteve as seguintes aprovações: em Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral — 8; em Física Experimental e Química Inorgânica — 9; em Desenho — 7; em Exercício Prático — 8; Ao termo do 2.º ano teve: 8 na 1.ª aula, isto é, Arte Militar, que compreendia tática, estratégia, história militar, fortificação passageira e permanente, noções de balística; 7 na 2.ª aula, que constava de "Direito Internacional aplicado às relações de guerra, precedendo noções de direito natural e público; direito militar, precedendo análise geral da Constituição do Império"; no desenho repetiu o grau 7.

Com essas aprovações, todas plenas, Euclides conquistara o direito, ao galão de alferes-aluno, como era da legislação vigente, e isto lhe valeria a promoção imediata, ao reverter com a proclamação da República. Porém, o que é mais interessante observar é que no 1.º ano ele obteve 8 nos "Exercícios práticos", grau só superado com o 9 de "Física Experimental e Química Inorgânica", no 2.º ano sua melhor aprovação foi a de "Arte Militar", um 8. Isso demonstra que Euclides, conquanto se não houvesse adaptado ao ambiente da Escola Militar, e já alimentasse, conforme se evidencia na

conversa com Moreira Guimarães, projetos alheios à farda, era mais aplicado, ou então tinha mais embocadura, para às matérias estritamente militares.

Outra desconcertante verificação em torno do trânsito de Euclides pela Escola da Praia Vermelha é que ele, às vésperas do incidente que lhe interromperia a trajetória militar, fôra nomeado sargenteante da sua companhia, por proposta do Comandante desta.

Ora, a função de sargenteante supõe umas tantas qualidades militares, é uma função de mando diréto. Para que o capitão fizesse de Euclides sargenteante, era preciso que confiasse na sua ascendência moral sobre os outros cadetes da Companhia, que o considerasse enérgico, correto nas atitudes militares e dedicado aos deveres de soldado. Em suma, para utilizar a expressão com que costumamos abranger esse conjunto de predicados, era preciso que lhe reconhecesse **espírito militar**.

A insubordinação famosa, em presença do Ministro Tomaz Coelho, não anula as boas sugestões criadas pela nomeação de sargenteante, em torno do comportamento militar de Euclides, na sua experiência de cadete. Além do caráter rigorosamente político que teve o seu ato, deve-se refletir que àquele tempo e sobretudo na Praia Vermelha, eram grandes as transigências disciplinares. A insubordinação de Euclides foi substancialmente igual a tantas outras lá mesmo ocorridas. O que a agravou foram as circunstâncias do momento político, extremamente crítico. Inda assim, porém, teria sido resolvida pela acomodação, não fôra a atitude impávida de Euclides.

Convenhamos, em todo o caso, que mesmo a solução adotada, a baixa de Euclides por "incapacidade física", não é um índice de firmeza disciplinar. Foi uma saída **camarada**, como **camarada** era o próprio regime da Escola.

A SEGUNDA FASE DE EUCLIDES NO EXÉRCITO

No dia 16 de novembro de 1869, pela mão de Edgar Sampaio, sobrinho do Maj. Solon, atravessou Euclides a cidade expansivamente republicana e foi ter à casa deste vitorioso do dia. Da visita saiu praticamente reintegrado no Exército, porque foi tudo que pediu quando se recordou e exaltou, na sala repleta de triunfadores revolucionários, o seu feito da Praia Vermelha. Antigos companheiros da Escola Militar, entre os quais Rondon, Tasso Fragoso, Sebastião Bandeira, influentes na situação que acabava de instalar-se, apressaram o ato oficial em favor de Euclides.

Assim, a 19 de novembro, o ex-cadete revertia por força de uma Portaria que tornou sem efeito a sua baixa do serviço.

Como fôra excluído quasi no fim do curso e quando já tinha direito à promoção a alferes-aluno, logo no dia 21 teve acesso a esse posto. Uma portaria de 6 dias depois mandou que o novo alferes-aluno prestasse os exames que lhe faltavam para completar o curso de Artilharia, e outra, datada de 8 de janeiro de 1890, autorizou a sua matrícula na Escola Superior de Guerra. Nessa Escola, criação da reforma de 9 de março de 1889, devida ao Ministro Tomaz Coelho, três eram os cursos: Artilharia, Engenharia e Estado Maior.

Euclides fez sem demora os exames correspondentes ao seu curso interrompido, pois já no dia 11 de fevereiro o Diretor da Escola Superior de Guerra oficiava comunicando que o Alferes-aluno Euclides Rodrigues da Cunha havia concluído o curso de Artilharia, de acordo com a reforma de 9 de março. Continuaria, em todo o caso, fazendo o curso de Estado Maior de 1.^a classe.

A promoção a 2.^o Tenente veio em 14 de abril e a primeira classificação foi no 4.^o Batalhão de Artilharia, em Bagé. Mas com poucos dias está o 2.^o Ten. Euclides nomeado para a 4.^a Cia. do Batalhão Acadêmico. Também não permanece nessa função. Em outubro é transferido para o 2.^o Regimento de Artilharia, sediado aqui no Rio. Em junho do ano seguinte (1891 troca ainda de unidade, vai para o 5.^o Batalhão de Artilharia, igualmente aquartelado nesta capital, e antes de terminar o ano, em 22 de dezembro, passa a subalterno da 3.^a Cia. do Batalhão Acadêmico.

Estava a concluir o curso de Estado Maior de 1.^a Classe, o que de fato alcançou em 8 de janeiro de 1892. Um decreto de 9 promoveu-o ao posto de 1.^o Tenente para o Corpo de Estado Maior de 1.^a Classe, ficando considerado na Escola Superior de Guerra. Logo a seguir, em 5 de fevereiro, era nomeado secretário da Escola Prática do Rio Grande do Sul. Lá não foi. Preferiu ser coadjuvante de ensino da Escola Militar desta Capital, cargo que assumiu em 13 de julho. Não chegou, porém, a desempenhá-lo, porque um mês depois, passou à disposição do Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas, a fim de praticar na E. F. C. B., conforme seu ambicioso pedido na extraordinária entrevista com o Marechal Floriano, que o chamara ao palácio da Rua Larga para oferecer-lhe o que escolhesse.

Dois meses foi quanto levou nessa prática ferroviária. A 28 de outubro apresentava-se na Diretoria Geral de Obras

Militares, em virtude de uma ordem verbal do Ministro da Guerra. Em meados de novembro já estava à disposição do Gen. Francisco Carlos da Luz, mas nos últimos dias de dezembro voltava à Diretoria de Obras, para em janeiro de 1841¹⁹⁸³ trabalhar nas fortificações em construção no litoral da cidade, contra os desembarques dos rebeldes do Almirante Custódio. Ainda a serviço da Diretoria de Obras desloca-se, ao expirar abril, para a cidade de Campanha, em Minas Gerais.

O ano de 1895 marca o afastamento de Euclides do Exército. Começou passando para a reserva de 2.^a classe, como agregado ao Corpo de Estado Maior em virtude do parecer de uma junta médica que o inspecionou. Isto foi em 28 de junho. Um ano depois, precisamente, era o afastamento definitivo, com a reforma "de conformidade com a 1.^a parte do parágrafo 1 do art. 9 da lei n. 648 de 18 de agosto de 1852, visto achar-se agregado ao Corpo a mais de um ano e ter sido em nova inspeção julgado incapaz".

Por que voltou Euclides ao Exército?

Por que, naquela reunião na casa poderosa, do Maj. Solon, na noite do dia seguinte à proclamação da República, teria Euclides deliberado retornar ao Exército?

Por considerações de conveniência seguramente não foi. Euclides não as atendia, não as atendeu em nenhum instante, nem mesmo nos lances mais difíceis da sua vida e precisamente contra todas as conveniências decidiu retirar-se em definitivo do Exército, alguns anos mais tarde. Com efeito, ao tempo em que se reformou era 1.^o Tenente, tinha mulher e filhos a sustentar, o sogro estava General, havia de ampará-lo, e desaconselhava a reforma com razões práticas, até práticas demais: "penso que será um desastre abandonar a melhor profissão que existe no país". Ao voltar-se de novo para o Exército, Euclides atravassava uma fase serena, fazendo jornalismo e prosseguindo no curso da Politécnica. Não tinha responsabilidades nem preocupações imediatas. O futuro que se lhe abria não era em nada inferior ao que a farda podia oferecer-lhe.

Por que então a espontânea reincidência militar de Euclides?

Vejo-a claramente explicada pelo mesmo mecanismo psicológico que o conduziu à Praia Vermelha. Euclides quis de novo a farda, enfeitiçado pela posição ideológica em que o Exército se colocara. Aquela embriaguez da implantação republicana contaminou-o. Rondon, Tasso Fragoso, Sebastião

Bandeira, e tantos outros do seu tempo na Escola Militar, eram oficiais e tinham parte ativa nos acontecimentos. Euclides foi na sedução de tudo isso. Com sua fogosa e pronta imaginação exagerou, talvez, o alcance do que se passava. Acreditou em mais do que realmente existia. Viu no Exército o setor onde se expandiria e onde muito teria o que defender. Nem preocupações utilitárias, nem tão pouco uma vocação. Moveu Euclides apenas isto: um dos seus tão frequentes arrebatamentos generosos, desta vez oriundo de uma ilusão, a ilusão criada pelas claridades de uma súbita transmutação política, operada entre delírios oratórios e festivas notas de clarim...

Logo entrou a manifestar-se o novo equívoco de Euclides. Não pára em nenhuma função militar. A cada momento muda de corpo, ou é nomeado para comissões diferentes, que por vezes nem chega a assumir. Essa instabilidade não é mais do que reflexo da sua própria flutuação íntima.

Que se passaria então com Euclides? Acalentaria ambições políticas? É fóra de dúvida que não. Teve uma grande, uma excepcional oportunidade quando Floriano, chamando-o ao palácio presidencial, disse-lhe para escolher a posição que desejasse, porque queria aproveitá-lo e, palavras suas, "não se julgava competente para indicá-la". Como se sabe, Euclides respondeu que "desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados — um ano de prática na E. F. C. B.". E podia ter pedido um Estado...

O caso é que Euclides não tinha, como não teve nunca, ambições materiais. E aqui retomo, para reiterá-la, a minha tese antiga, de que nada houve de particular no comportamento de Euclides no seio do Exército. Ele não se ajustou à carreira das armas como, de resto, não se ajustou a nenhuma outra, não serenou jamais em qualquer atividade.

Mas consagrou ao Exército e aos problemas militares brasileiros um interesse permanente, muito vivo, embora nem sempre bem compreendido, porque se colocava em plano bastante superior ao nível e às preocupações correntes, aquele extremamente rasteiro e estas eminentemente pessoais.

Opiniões sobre problemas de defesa nacional repontam com insistência na sua obra, e até na correspondência com os amigos, a exemplo disso que se lê numa carta a José Ve-ríssimo: "se eu fosse governo, trataria de garantir as três largas brechas do Javari, do Juruá e do Purús".

E não podia ser de outro modo porque Euclides era de um patriotismo intransigente e vigilante. Basta recordar-

mos o episódio do banquete que a "Comissão" peruana ofereceu à "Comissão" brasileira, por ele presidida, à chegada em Curanjá, que representava o feliz termo dos seus trabalhos. A ornamentação do local ostentava copiosamente a bandeira do Perú, e nem uma vez a nossa. Euclides estava contrariado, disposto a retirar-se, quando avistou entre os adornos "algumas folhas de palmeiras cujas faces internas de um amarelo muito intenso contrastavam no verde do resto da folhagem". Então, impaciente, mal tomados os lugares à mesa, "sem aguardar o momento oportuno para os brindes", tomou "de golpe a palavra", e formulou um agradecimento pela requintada galanteria com que se tinha posto naquela sala a bandeira da nossa terra". E ante o geral atordoamento, entrou a esclarecer que "ao invés de irem procurar no balcão mercenário de uma fábrica" a bandeira brasileira, "tinham-na buscado no seio magestoso das matas, tomando-a exatamente da árvore que entre todas simbolisa as idéias superiores de retidão e da altura", porque, conclue, "a minha pátria é retilínea e alta como as palmeiras".

Não sei, em toda a nossa história, de nenhum rasgo de patriotismo mais belo nem mais puro.

Muitas vezes, porém, os sentimentos patrióticos de Euclides se manifestam sem pompa, sem repercussões públicas, sem possibilidades de divulgação, o que seria um fator de crédito, si se pudesse pôr em dúvida a sinceridade de Euclides. Exemplo dessas manifestações obscuras, é o que diz a Alberto Rangel, numa daquelas conversas epistolares em que tanto se comprazia. Escreve ao amigo em dezembro de 1907: "Recebo sempre os teus cartões postais, gentilíssimos e breves e tão sinceramente admirativos ante os encantos do velho mundo. Mas penso com tristeza, que eles te estejam apagando na alma, a lembrança da nossa rude e formosíssima terra. Precisas reagir contra a feitiçaria da velha toda ataviada de primores — e que, afinal, não vale a nossa Pátria, cheia de robusta e esplendida virgindade".

Esse tom apaixonado, quasi ingênuo, não implicava, em todo caso, no entorpecimento do seu espírito crítico. Pelo contrário. Ninguém foi mais penetrante na análise dos nossos defeitos. O patriotismo e o nacionalismo de Euclides não eram feitos desse "verniz superficial e daninho de jacobismo furtacores", de que nos fala Oliveira Lima, vermelho, azul e "até amarelo, a côr do ouro — o qual é tantas vezes uma afetação e uma hipocrisia".

As atividades de Euclides como oficial

O segundo período de permanência de Euclides no Exército dissolve-se, também, no silêncio dos seus contemporâneos. Nenhum depoz sobre as atividades do tenente Euclides da Cunha no 2.º Reg. ou no 5.º Bat. de Artilharia, nem no Batalhão Acadêmico.

Na verdade é muito pobre a crônica dos nossos quartéis em depoimentos dessa natureza. Raro o nosso militar ilustre que tenha sido retratado pelos que com ele conviveram na caserna. As limitações do regime militar talvez expliquem isso. De Euclides, em todo caso, provavelmente não haveria muito o que contar. Já se viu que ele variou seguidamente de unidade, sinal de que não se afeioou a nenhuma.

O mais importante da sua trajetória de oficial parece estar mesmo nos trabalhos de fortificação costeira, que realizou aqui no Rio, por ocasião da revolta da Esquadra. Ele próprio, referindo-se a esses trabalhos, classificá-os de “azafama guerreira”, e de fato, não faltou neles sequer o fragor dos combates, porque cada noite lá vinham rebocadores hostis, fazer descargas de inquietação sobre as guarnições das praias.

Foi nessa quadra que Euclides enfrentou, pela imprensa, o senador João Cordeiro, florianista exaltado, que havia sugerido em artigo de jornal, o extermínio sumário e até cruel, de certa classe de adversários, cuja ação se manifestara sob a forma de atentados terroristas. Euclides, embora formasse firme e convictamente ao lado da causa encarnada por Floriano, saiu imediatamente a público para combater o que ele classificou de “represália talvez ainda mais criminosa que o crime”. O senador acudiu um tanto irritado e mantendo os seus pontos de vista. Euclides replicou ainda, e, detalhe curioso, desta vez assinou-se: Euclides da Cunha — 1.º Ten. Creio que foi esta a única vez em que se assinou assim.

O estágio na Cidade de Campanha, a serviço da “Diretoria de Obras Militares” não teve maior importância. O engenheiro militar devia reparar o prédio da Misericórdia para receber o 8.º Regimento de Cavalaria.

Veiga Miranda, estudando Euclides “antes dos Sertões”, tranmitiu-nos alguns dados sobre essa temporada na austera cidade sul-mineira.

Campanha, com seus quatro jornais ativos, era de índole conservadora, nutria-se de orgulhosas tradições. Euclides sacudiu-a com as suas fervidas pregações republicanas. E não

apenas a sacudiu, conquistou-a também, como é prova o fato de ter sido o seu nome dado a uma praça local, àquele tempo, quando era ainda, simplesmente um tenente do Exército.

Da sua vida lá, conta Veiga Miranda que se revelou um ativo fotógrafo amador; “vivia a bater chapas, mostrando particular empenho em tirar retratos de crianças”. Conta mais que os caipiras tinham medo de soldado, evitavam pender dara as bandas do quartel, com o que Euclides não podia conformar-se. Frequentemente interceptava um desses tímidos caboclos, e lhe falava:

— Tem medo de soldado? Por que? Soldado é homem como você, está ouvindo?”

Esse pequeno gesto, do fim de atividade de Euclides no Exército, oferece uma alta e grata lição de não arrogância. É claro que não poderíamos ter dúvidas sobre a conduta de Euclides neste particular. Jamais um homem da sua envergadura moral e intelectual procuraria valorizar-se ou impor-se pela encadernação da farda. Aliás, sempre foi um seguro índice de mediocridade, de falso valor intrínscio, a importância que os indivíduos muitas vezes assumem em função de posições públicas. Quanto maior a importância em que alguém se instala às expensas de um cargo, de um posto, tanto menor, pode-se contar, o seu real merecimento. Haverá mesmo aí um fenômeno inconsciente de compensação... Ora, como observa Oliveira Lima, “uma das linhas marcantes do caráter de Euclides estava no seu afan de dever a si próprio, ao prestígio que pudesse haver criado pelo seu esforço, à deferência que pudesse impor pelo seu mérito e conduta, sua elevação às posições”.

Aquele gesto, pois, de aproximação e nivelamento do tenente para com o caipira, não podia surpreender. Mas resta, de qualquer modo, a lição cuja oportunidade talvez seja eterna, por que é preciso ter sido oficial de carreira, acostumado ao mando e aos privilégios inerentes à estrutura militar, para saber o que custa afastar as deformações, e entre todas a arrogância, que está tão perto da altivez e da energia, virtudes essencialmente marciais.

O correspondente de guerra

Quando Euclides vai a Canudos fá-lo em condições perfeitamente caracterizadas como função militar.

A primeira notícia do Estado de São Paulo sobre a sua ida para o teatro de operações, era nos seguintes termos: “Devia ter sido ontem nomeado para o estado maior de S. Excia.

o Ministro da Guerra, o engenheiro militar Euclides da Cunha". Dias depois o Estado noticia o seu embarque para o Rio, "onde se apresentará ao Ministro da Guerra, com quem deve partir para os sertões da Baía".

De como Euclides se identificou com a função militar de correspondente, adido ao Estado Maior do Gen. Bitencurt, e posteriormente, do Gen. Artur Oscar, são muitos os sinais,

Começa que Euclides usava farda (pelo menos, em certa passagem do "Diário" de Canudos alude ao seu dolman), dorminava "um rude leito de soldado".

Estava sujeito a constantes perigos, que descrevia com esta tranquila naturalidade: "Sobre a cobertura de couro do casebre em que me acolho passam, sibilando, as balas. Já me vou afeiçoando a esta orquestra estranha. Não há um único ponto do acampamento em que ele não se faça ouvir; um único ponto em que não caíam os projeteis constantemente arremessados pelo inimigo".

Quando o Gen. Artur Oscar visitou pela primeira vez a fração conquistada do arraial de Canudos, Euclides acompanhou-o, chamando a isso "uma excursão atraentíssima".

Eis um precursor dos atuais Correspondentes de guerra. Estes, embora não combatentes, são parte integrante dos exércitos, a cujos Estados Maiores ficam adidos. A situação de Euclides foi tipicamente essa. O que os correspondentes comuns não possuem é um forro profissional-militar como Euclides levava. Por isso, pôde o correspondente vir a fazer, depois, a história militar da campanha.

A vida militar de Euclides e a sua obra

Euclides não foi, positivamente, um militar. Dí-lo, ele próprio, em francas e reiteradas confissões:

"Lá fui, constrangido na minha farda de 2.º tenente e atrapalhado com a espada", escreve contando a Lucio de Mendonça a já referida entrevista com Floriano.

Doutra feita, referindo os seus trabalhos de engenharia militar, durante a revolta da esquadra, assim se exprime:

"Não esqueci um adorável companheiro e mestre, Thomaz Carlyle, em cujas páginas nobremente revolucionárias me penitencio do uso desta espada inutil, deste heroísmo à força e desta engenharia malestreada".

Também não foi um engenheiro, convicto, contente com a profissão. Suas queixas contra a Engenharia são igualmente assíduas e talvez mais amargas. Em carta a Lucio de Mendonça alude à sua "engenharia rude, engenharia andante,

romanesca e esteril". Com Max Fleiuss tem certa vez um desabafo violento: "Aqui estou às voltas com o meu triste ofício de engenheiro. Quer isto dizer que bem pouco me sobra para cuidar de coisas mais altas. Calcule—continua ele distilando os venenos que lhe iam nalma, — a minha revolta contra essa situação lastimável: chumbado à profissão ingrata que me desvia tanto dos estudos prediletos".

É vão querer encarar Euclides como militar, engenheiro, jornalista, cartógrafo do Itamaratí (também abominou essa função) ou professor de Lógica no Pedro II.

O que importa em Euclides é a sua obra e somente a sua obra. Tudo o mais que ele fez, fê-lo a contra gosto, instigado pelas solicitações de vida cotidiana, ou acidentalmente. Lá está a prova indiscutível: "bem pouco tempo me sobra para cuidar de coisas mais altas". E essas "coisas mais altas" eram os seus "estudos prediletos", eram as tarefas que conduziam às poderosas construções que nos legou.

Dessa forma, consideramos que tudo o mais com que Euclides se ocupou, só deve ser apreciado em função da sua obra.

Que importância atribuir então, dentro desse critério, ao seu trânsito pela carreira das armas? Uma importância, evidentemente, enorme. Na Escola Militar da Praia Vermelha, "uma academia em um quartel", como definiu Alberto Rangel, formou-se Euclides com bons fundamentos científicos. Venancio Filho, ainda recentemente, em penetrante estudo, desenvolveu esse conceito, que há muito tempo, aliás, já firmar, ao assinar que a base científica da cultura dada pela Escola Militar a Euclides, "salvou-o de ficar apenas na literatura, sem lastro de idéias, como tantas outras inteligências nossas". Esta foi, pois, uma influência geral, uma influência na sua formação intelectual.

Onde, porém, incide direta e especificamente a experiência militar de Euclides é, precisamente, na sua obra máxima. "Os Sertões" seriam, sem dúvida, diferentes, se o seu autor fosse de todo em todo estranho à ciência militar e à intimidade dos nossos quartéis. Não seriam, pelos menos, uma obra tão completa nem tão verdadeira. E é isto, a meu ver, que torna importantíssima a passagem de Euclides pela carreira militar.



MINISTÉRIO DA GUERRA
3.º PAV. DA RUA MARCÍLIO DIAS
— RIO DE JANEIRO —